

Robinson Santos Pinheiro

GEOGRAFIA E LITERATURA:
DÍALOGO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL
SUL-MATO-GROSSENSE

Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD

Coordenação Editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria
Programação Visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Wedson Desidério Fernandes
Célia Regina Delácio Fernandes
Luiza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi

Foto da capa: fotografia de Thaís Moreira e manipulação de imagem Elias Coimbra da Silva.

Impressão: Gráfica e Editora Triunfal | Assis | SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P654g	Pinheiro, Robinson Santos Geografia e literatura: diálogo em torno da identidade territorial sul-mato-grossense. / Robinson Santos Pinheiro – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 156p. ISBN: 978-85-8147-048-1 1. Geografia. 2. Territorialidades. 3. Linguagem. 4. Literatura regionalista. I. Título. CDD – 304.2098171
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.
© Todos os direitos reservados. Conforme Lei n° 9.610 de 1998

Robinson Santos Pinheiro

GEOGRAFIA E LITERATURA:
DIÁLOGO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL
SUL-MATO-GROSSENSE



2014



Leitor, o presente livro, visando contribuir com o enriquecimento da linguagem geográfica, que inicia a leitura, apresenta referenciais que auxiliam o pensar a construção/invenção/produção da identidade territorial sul-mato-grossense através da interpretação do discurso literário regionalista. Escolhemos como obra de referência discursiva o livro de reminiscências *A poeira da jornada: memórias*, de Demosthenes Martins (1980).

O objetivo de tal trabalho consiste em compreender a “realidade” a partir das formas com que os indivíduos que vivenciam os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização significam/ressignificam suas experiências espaciais. Durante a análise da obra memorialística, utilizamos como referência metodológica a hermenêutica filosófica, a estética da recepção e a fenomenologia. Com o presente trabalho, demonstramos que a identidade territorial sul-mato-grossense é fruto da articulação de grupos sociais que se debatem para conseguir a hegemonia do poder (político, econômico etc.) perante as demais articulações.

Nesse sentido, perceber-se-á que a identidade territorial adquire duas características básicas: a da parcialidade e a da efemeridade. A identidade territorial faz frente ao contínuo embate das diferentes articulações sociais que, através das mais diversas estratégias, rivalizam-se durante o processo de sociabilização, tendo como resultado o suceder de grupos que vão assumindo o “poder”, e buscando assim a invenção/produção/construção de elementos simbólicos (materiais ou/e imateriais) que os representem identitariamente e que possam ser utilizados como referência identitária territorial para o restante da sociedade que ocupa determinado território.

Como resultado, acabam por ocultar diferentes grupos sociais. Esses grupos ocultos não se identificam com o que esta camada de “privilegiados” qualifica enquanto o próprio/típico do hoje Mato Grosso do Sul, pois os sombreados, devido às variegadas concepções/percepções temporais e espaciais, produzem significados outros no seu interagir com a espacialidade.



Dedico a presente tessitura discursiva à minha irmã (Alexandra Santos Pinheiro) e à
minha orientação hodierna Poesia (Érica Reis).



SUMÁRIO:

PREFÁCIOS	
O comparatista literário	11
A geógrafa	17
INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1:	
CRISE PARADIGMÁTICA, ESPAÇO LITERÁRIO E IDENTIDADE TERRITORIAL: INICIANDO UM PENSAR SOBRE MATO GROSSO DO SUL	
Da crise da modernidade: apontamentos para uma leitura crítica a partir das linguagens	31
Do espaço literário: o ato de criar e recriar o espaço	42
Identificação territorial: caminhos para compreender a formação identitária sul-mato-grossense	54
Capítulo 2:	
A POEIRA DA JORNADA EM SUA(S) TEMPORALIDADE(S) E ESPACIALIDADE(S): A OBRA NO CONTEXTO GEOHISTÓRICO	
Em Mato Grosso: adentrando em solos sul-mato-grossenses	67
Questões de terra: o advogado entra em ação	72
Revolução de 30: reconfigurações	83
Campo Grande: reconfiguração do centro político	89
O Regime (golpe) Militar e a secção do estado: surge o Mato Grosso do Sul	98
Capítulo 3:	
A POEIRA DA IDENTIFICAÇÃO: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL SUL-MATO-GROSSENSE	109
CONSIDERAÇÕES	141
BIBLIOGRAFIA	143
ANEXOS	155



PREFÁCIOS:

O comparatista literário

INTERSECÇÕES LITEROGEOGRÁFICAS: INTERMEDIÇÕES DO LUGAR

É sempre uma grande honra ser convidado para apresentar um livro. Ainda mais quando se trata de um livro como este, intitulado *Geografia e literatura: diálogo em torno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense*, de autoria do Professor Robinson Santos Pinheiro, geógrafo perspicaz que há tempo se dedica aos estudos de natureza comparatista, aliando seu objeto de interesse, “o conhecimento da geografia”, ao vasto campo da literatura comparada, demonstrando-se entusiasmado por um aspecto não só relevante para a área em questão, na atualidade, mas também assumindo provocativamente a complexidade de uma discussão, cujas reflexões mais revitalizadas são recentes, às vezes polêmicas, e a bibliografia especializada restrita, frequentemente matizada por terminologias quase inextrincáveis (PINHEIRO, 2009, p. 87)¹.

À minha satisfação aliam-se alguns aspectos que creio ser oportuno registrar. Antes de tudo, tive o privilégio de acompanhar o interesse de Robinson Pinheiro. Desde os tempos em que estudava em São Paulo. Depois, no âmbito da Faculdade de Letras, quando, de alguma forma, contribui com leituras e discussões em torno do objeto da sua dissertação de mestrado, tendo então participado da sua banca de qualificação, exitosamente defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD.

¹ Ver: PAGEAUX. *Diálogos entre comparatismo e ciências humanas e sociais: história, geografia, antropologia*, p. 73-108.

Também, minha condição de professor pesquisador de Literatura Comparada fez com que meu interesse pelos estudos comparados, ou seja, entre literatura e outros saberes, permitam-me vislumbrar o valioso *corpora* “literário” e suas confluências que ganha cada vez mais interesse de pesquisadores das ciências humanas, de um modo geral, amparados por abordagens que revitalizam o fato e o texto literários, hoje alinhados sob a perspectiva dos estudos inter ou transdisciplinares, quando não em reagrupamentos de epistemologias que (re)instrumentalizam conhecimentos pós-disciplinares. Hoje, discussões sobre a propriedade disciplinar e o domínio hierarquizado de disciplinas e saberes são dispensáveis. Ainda, de modo mais particular, fruto característico de um modo de “olhar” nosso entorno, cada vez que percorro nossas planícies sul-mato-grossenses, com seus horizontes amplos e abertos, que lembram o infinito e as paisagens pampianas de Jorge Luis Borges, mais posso reconhecer como a nossa literatura se apropria, decalcando o topos de um lugar particular que certamente se deixa transpassar nas redes textuais, simbólicas, de nossos escritores, como é o caso do sugestivo título: *A poeira da jornada – memórias*, de Demosthenes Martins, objeto e tema central da abordagem deste livro de Robinson Pinheiro. Vale lembrar que este, já em sua temática memorialística, sabemos tratar-se de ícone na evocação da terra e cor local do memorialista sul-mato-grossense. Ou seja, trata-se, numa feliz coincidência, de narrativa literária de elevado conteúdo memorialístico, talvez por isso mesmo mais reveladora de uma narração em confluência com a espacialidade e com o elemento regional sul-mato-grossense.

Com efeito, tudo isso equivaleria a reconhecer o poder cultural que o espaço geográfico passa a representar e que pode ser descrito e lido, seguindo a perspectiva da crítica do regionalismo como “o espaço que as obras descrevem, o tema que é retirado deste mesmo espaço em que as obras serão estudadas e reconhecidas” (KALIMAN, 1994, p. 5). Escrevendo de outra perspectiva, mas de significativa produtividade e “originalidade”, Olivier Rolin, em *Paisagens originais*, demonstrou que cada escritor volta-se para sua própria “paisagem original”, uma vez que a sua obra conduziria aos labirintos minuciosos do passado, assim como os amores da infância correm no mundo dos sonhos, e que há um *estranho frêmito que cresce em todos nós nesses momentos em que a lembrança se une ao sonho*. Assim, de tal forma, diz ele, a paisagem original de um Borges, por exemplo, reduzir-se-ia a seus elementos absolutamente primevos, *do espelhamento*

infinito, repetição de um tempo cíclico, reprodução de um mundo original do qual o nosso seria apenas a imagem especular.

Desse ângulo, resultaria uma concepção de “lugar, espaço da memória”, na qual “as paisagens originais são os espaços sentimentais pelos quais estamos ligados ao mundo, os istmos da memória.” (ROLIN, 2002, p. 148-149). Decerto que, em relação à obra do escritor Demosthenes Martins, seriam encontráveis marcas e rastros de lugares, topos, sendas, veredas e paisagens, deixando-se refletir como num espelho tríplico, onde sua escritura é, simultaneamente, contraface da história do local e do chão em que todos os três (lugar-escrita-autor) germinaram. Daí também a observação do crítico ítalo-brasileiro, Giovanni Ricciardi, que em “Espaço biográfico e literatura” diz serem inúmeros e coloridos os espaços em literatura: “[...] existe, antes de mais nada, um lugar, um espaço da alma e do corpo, um eu que interage com os outros, com o ambiente, com a história e as histórias e que caracteriza a minha maneira de ser, a maneira de ser do escritor ou até de uma geração” (RICCIARDI, 2008, p. 111). Assinala, ainda, motivos para discutir a relação de espaço biográfico versus criação literária, pois, segundo o crítico “Às vezes, porém, é o conhecimento das variáveis históricas, é o conhecimento dos ‘acidentes’ [termo que o crítico utiliza em oposição à substância] de um texto que permitem entender mudanças, passagens, escatologias na trajetória de uma obra ou de um autor”. Ao discutir o aspecto relacional do texto com a identidade e o pertencimento do autor, o ensaísta tece observações não só sobre a escrita do nosso Manoel de Barros, mas também propõe significativa análise de autores, como Ferreira Gullar, que assim se posicionara sobre a questão: “Minha luz, minha poesia nasce do chão, das pessoas e não do céu nem de anjo algum” (*apud* RICCIARDI, 2008, p. 111-113).

Dessa perspectiva, registrem-se as inúmeras páginas escritas com o objetivo de descrever, inventariando e fabricando a épica, se não do sertão, da paisagem e cor local de nossa literatura sul-mato-grossense. Já Hércules Florence, com a famosa expedição Langsdorff, mapeara os planaltos do Brasil central, e o Visconde de Taunay, acompanhado por um guia – o Guia Lopes – descreveu, maravilhado, compondo suas “visões do sertão”, as paisagens das serras de Maracaju e de Bodoquena registrando o poder daquelas planícies que lhe ficaram estereotipadas na retina: “Sobremaneira notáveis todas as paisagens d’aquelle mal conhecido recanto de Matto-Grosso [...]”. E prossegue relatando que o cenário que o cercava estava con-

tinuamente mudando. As serras de Maracaju, que tanto o impressionaram, mostravam suas reentrâncias e saliências e as bandas do aldeamento dos índios terenas da Pirainha causando legítimo pasmo, com

[...] arcos, arcos naturaes de extraordinaria regularidade geometrica, já destacados [...]; letras, inscrições, traços, gregas, como que borrados pela mão do homem, algum myste-rioso e cyclópeo artista; columnas a meio partidas, pórticos inacabados ou então rasgões monumentaes, quer singelos, quer ornamentados de delicadíssimos recortes e rendilha-dos–, enfim, essas formas tão caprichosas e variadas, [...] como se por alli houvesse, em tempos fabulosos, perpassado o gênio fantasioso, criador, subtil, de allgum architecto arabe (sic)(TAUNAY, 1923, p. 11, 13-14).

Hoje, essa região foi recém-demarcada como sendo a do Geopark Bodoquena – Pantanal, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MS) formalizou em protocolo, Plano de Desenvolvimento Territorial do Geopark Bodoquena – Pantanal (PDTG), junto à UNESCO, onde se destaca que este Geopark:

[...] envolve 20 mil quilômetros quadrados de área central e mais 12 mil quilômetros qua-drados de entorno na região sudoeste do Estado, onde estão situadas diversas riquezas geológicas, históricas e culturais nos territórios de Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Foram mapeados e incluídos no dossiê 45 geossítios, entre grutas, pedreiras, baías, minas, cachoeiras, nascentes, monumentos”; ressaltando, inclusive, a diversidade cultural cons-tituída por um patrimônio imaterial, etnográfico, arqueológico, histórico, arquitetônico e paisagem cultural (Cf. *Jornal Diário MS*. 01/11/10).

Assim, resta salientar, em tudo e por tudo, o vigor e o caráter original deste livro de Robinson Pinheiro, que, ao selecionar um *corpus* representativo de nossa literatura e a ele dar tratamento revitalizador, contribui para a constituição de um quadro de referências na área, ao mesmo tempo que demonstra o quanto e quão variegado podem ser os temas de abordagens nos campos da pesquisa contemporânea. Este livro torna-se, assim, um convite ao diálogo entre saberes, pressupondo que nele, e da área de onde provém, brotam questionamentos sobre “fronteiras”, que, *grosso modo*, como ensinam as práticas de saberes contemporâneas,

“incitam à migração de conceitos, à frequência exploratória de outros territórios, ao diálogo modificador com o diverso e o de outra forma, processos que não se esgotam na partição de um mesmo objeto entre disciplinas diferentes, prisioneiras de pontos de vista singulares, irreduzíveis, estanques, incomunicados” (SILVA, 2004, p. 36-37).

Paulo Sérgio Nolasco dos Santos
Doutor em Literatura Comparada pela UFMG; Professor Associado
de Teoria Literária e Literatura Comparada da UFGD; Pesquisador do CNPq

Referências:

KALIMAN, Ricardo. **El concepto de region desde la teoria literaria**. Tucuman: Universidad Nacional de Tucumán, 1994.

MASINA, Léa. Um roteiro singular (Prefácio). In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco. **Fronteiras do local**: roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 9-14.

PAGEAUX, Daniel-Henri. **Musas na encruzilhada**: ensaios de Literatura Comparada. In: MARINHO, (Marcelo; SILVA, Denise Almeida; UMBACH, Rosani Ketzer (Org.). Santa Maria: UFSM; São Paulo: Hucitec; Frederico Westphalen: URI, 2011.

PINHEIRO, Robinson Santos. Linguagem geográfica e literária: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. In: **Revista Raído**. Dourados, v. 3, n. 5, p. 87-101, jan./jun. 2009.

RICCIARDI, Giovanni. Espaço biográfico e literatura. In: CAIRO, L.R.; SANTURBANO, A.; PETERLE, P.; OLIVEIRA, A.M.D. de. (Org.). **Visões poéticas do espaço**. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis: Editora UNESP, 2008. p. 111-124.

ROLIN, Olivier. **Paisagens originais**: crônicas. Rio de Janeiro: Difel Editora, 2002.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco. A literatura sul-mato-grossense: intermediações do lugar. In: SANTOS, Paulo Nolasco; BESSA-OLIVEIRA, Marcos; NOLASCO, Edgar Cezar. **Arte, Literatura e Cultura em Mato Grosso do Sul**: por uma conceituação da identidade local. Campo Grande: Life Editora, 2011.

SILVA, Evando Mirra de Paula e. Os caminhos da transdisciplinaridade. In: DOMINGUES, Ivan (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 35-43.

TAUNAY, Visconde de. **Visões do sertão**. 1. ed. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato, 1923.



A geógrafa:

Linguagem geográfica e Literatura

Na esteira da produção geográfica, Eric Dardel (2011) com seu livro *L'homme et la Terre*, foi marcante para construir uma reflexão singular sobre a geografia humanista. Sua obra apresenta uma qualidade de expressão, um valor poético ao enfatizar os lugares como sítios de experiência humana, individual ou coletiva, experiência que se traduz por valores particulares. É a experiência que embasa a “geograficidade” do homem como modo de sua existência e de seu destino. Dardel faz a literatura porque ela é linguagem e, ao construir sobre a língua, anuncia uma experiência humana do mundo. A literatura é uma geografia muito humana que o corpus literário de Dardel testemunha com o auxílio da fenomenologia. Recorre à literatura porque para ele ela simboliza a escritura da Terra e, para ele a linguagem do geógrafo se torna sem nenhum esforço a linguagem do poeta. Trata-se da primeira vez na história da disciplina que o vínculo afetivo que reúne o homem com a terra influi de maneira explícita sobre o discurso geográfico.

Entre alguns geógrafos, nas últimas décadas, aprofunda-se a interlocução destes com a literatura. A literatura, ou melhor, uma dada leitura desta, permite aceder a um certo estado das coisas e do lugar. A literatura não é homogênea nas suas manifestações. O campo literário tem variedades, gêneros literários que entretêm com os lugares, pessoas e objetos. O romance, o poema, o *écrit/narrativa*, são, cada um no seu gênero, uma certa promessa de uma relação ao mundo.

Vejam os casos do romance, posto ser o objeto do livro em questão. A geografia romanesca empresta da geografia suas toponímias, sua qualidade paisagística, seu conteúdo humano e lhe restitui, com sentido, este interesse múltiplo da literatura, que faz do bom leitor um “geógrafo” sensível. Em outras palavras, o romance nem sempre apresenta as evidências

geográficas espaciais como Balzac sugeria em *Illusions perdues*; mas o gênero jamais rompeu com esta necessidade vital que constitui um espaço ficcional formado de lugares e de relações estabelecidas entre estes pelos personagens.

O romance propõe uma história, uma narrativa e uma geografia. Se a leitura remete mais ou menos diretamente à temporalidade da narração, esta se elabora com a apresentação sucessiva de lugares escritos, do espaço de vida dos personagens, das paisagens das paixões e ações e das paisagens percebidas de um espaço mais ou menos contínuo e coerente do romance. A literatura da imaginação não descreve o mundo tal como ele é, e sim como ele deveria ou poderia ser. Daí surge um caráter visionário e utópico que imprime na consciência dos leitores uma nova percepção da realidade. Para Marcuse, o romance rompe com o monopólio da realidade estabelecida.

No caso do livro apresentado por Robinson Santos Pinheiro, a profunda relação entre geografia e literatura pode ser lida na duplicidade oferecida pela obra de Demosthenes Martins e no texto em que ele redige o seu diálogo com aquele autor. Seu diálogo com a literatura se faz pela análise da obra de reminiscências *A poeira da jornada: memórias* (1980), escrita por Demosthenes Martins. Este autor rememora praticamente 65 anos de suas andanças vinculadas à porção sul do antigo Mato Grosso. Apresenta momentos poéticos de registros que puderam, como toda cumplicidade criada, emocionar o geógrafo. A experiência poética conduz Robinson a prestar atenção ao mundo e à linguagem. A atenção é esta forma particular da percepção que coloca em evidência um objeto que opera uma escolha e estabelece uma hierarquia no mundo percebido: entre o que merece um olhar atento, o que é digno de atenção, e aquilo que permanece percebido de uma forma indistinta. A linguagem poética é esta operação que dá uma forma distinta às coisas, ao mundo e às pessoas que sempre suscitarão a atenção.

Robinson evidencia, mais uma vez, o ser geógrafo, ao se preocupar com um delinear identitário presente na obra analisada, de Demosthenes Martins, de uma forma particular, exposta em suas memórias. Robinson percebe que a construção da identidade territorial sul-mato-grossense, na autobiografia estudada, reflete tanto a identidade pessoal quanto a social que aquele autor deseja que sejam visualizadas.

Este olhar seletivo que vem com um certo propósito e que se acompanha de uma forma de prazer quando se reconhece capaz de ler e interpretar a paisagem, Robinson transpõe para

análise de *A poeira da jornada: memórias*. É a prática do geógrafo. Assim, o pensar a construção/invenção/produção da identidade territorial sul-mato-grossense pela interpretação do discurso literário regionalista se torna o seu principal objetivo. Durante a análise da obra memorialística, Robinson recorre como referência metodológica à hermenêutica filosófica, à estética da recepção e à fenomenologia. Seu propósito é demonstrar que a identidade territorial sul-mato-grossense é fruto da articulação de grupos sociais que se debatem para conseguir a hegemonia do poder (político, econômico etc.) perante as demais articulações.

Narrativa, romance, poesia, apreendem diferentemente o mundo: como origem, como discurso. O geógrafo, para melhor identificar este mundo sensível, já foi dito, recorre à literatura. Ele o faz para “perguntar” à narrativa o que a “viagem” ao passado representa como descoberta de um sentido, e reconhecer tudo que o romance propõe como geografias simbólicas e imaginárias.

Ler e testemunhar que ele entretém uma ligação positiva com a literatura é, para o geógrafo, como no caso do Robinson, manifestar o lado mais sensível de sua atividade científica e social. Para ele, repetindo, a verdade literária é somente “diferente” da verdade científica, pois ela utiliza outras vias e maneiras de apresentar sua compreensão do mundo. Daí o seu valor geográfico.

O que Robinson realizou de forma luminosa foi demonstrar que a geografia e a literatura podem se cruzar e se reconhecer porque o mundo não é um livro já escrito com sentido dado. A literatura é incessante para dar-lhe uma forma humana pela linguagem, e a geografia para dar-lhe um sentido. Assim, o mundo possui uma “escritura” que o escritor e o geógrafo revelam, como foi feito neste livro.

Uma contribuição à geografia e uma escrita elegante nas fissuras da geografia e literatura é o duplo regalo oferecido por este livro. Uma leitura prazerosa lhe espera.

Maria Geralda de Almeida
Professora do IESA/UFG
Janeiro de 2012



GEOGRAFIA E LITERATURA: DIÁLOGO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL SUL-MATO-GROSSENSE

Introdução

[...] uma construção destinada a ser consumida e depois descartada, um discurso pontual, filho do seu tempo, de seu momento, de um preciso e irrepetível momento na viagem. Impressões, pensamentos fugazes, instantâneos, perecíveis, de um viajante acidental, percorrendo os incertos territórios da reflexão cultural, intelectual, artística (ACHUGAR, 2006, p. 10).

Por acreditar que o presente trabalho é pontual, efêmero e, depois de consumido, deve ser, necessariamente, reinterpretado, e que nada mais é do que o resultado das minhas andanças como Robinson Santos Pinheiro, e nisto incluem-se minhas aventuras e desventuras fora e dentro da academia, acredito que seja melhor introduzir a presente apresentação falando sobre mim; aliás, sobre o meu tempo de criança, período em que vivi na zona rural de Pindamonhangaba-SP. Meu pai, Pedro Pinheiro, trabalhava numa pedreira chamada Anhanguera, e morávamos ao redor dessa pedreira, local belo, contudo, muito isolado: nossa casa era cercada pelo mato das montanhas e as casas mais próximas se localizavam a 1 Km de distância.

Nessas minhas vivências, não fazia menção a nenhum tipo oficial de geografia, simplesmente aproveitava o período em que não me eram cobradas tantas necessidades de conhecimento; não sabia de discussões espaciais, das formas que fazem com que os indivíduos se movimentem espacialmente, simplesmente vivia. Hoje, rememorando o meu passado, percebo (talvez) o cerne das minhas ponderações enquanto pesquisador da ciência geográfica: da importância de observarmos as particularidades e as formas com que os indivíduos significam o seu viver, além da necessidade de fazermos alusão às mais variadas perspectivas de enten-

dimento do homem no mundo e os motivos que fazem com que o mesmo se movimente e construa sua existência espacial.

Caso caro à geografia, que na busca da sistematização do pensar, por meio das concepções modernas de produzir ciência, fez com que a mesma se esquecesse de olhar as produções que não necessariamente estavam assentadas a partir de grandes discursos sistematizados e passíveis de serem generalizados. Neste meu caso, a geografia se fazia presente nas histórias que nos eram passadas pelo “painho” e pela “mainha” ou por um terceiro; histórias fantásticas, cheias de místicas e de personagens lendários que nos envolviam espacialmente.

Durante o dia, a espacialidade que podíamos vivenciar era enorme, contudo, já existiam alguns limites impostos pelas histórias que meus pais inventavam ou reproduziam. O chocante acontecia à noite, pois as limitações que nos eram impostas, não fisicamente pelos nossos pais, faziam-se presentes nas narrativas que ouvíamos de monstros, de seres lendários, que nos afrontavam a coragem, fazendo parte das nossas movimentações espaciais cotidianas.

Seres lendários que se faziam presentes devido ao meu acreditar sobre a existência dos mesmos e que muito influenciavam/influenciam as minhas movimentações espaciais. Desta feita, estabelecia-se a construção da minha identidade com a localidade que habitava, uma identidade dada a partir da confluência dos elementos místicos e materiais que participavam do meu interagir com o mundo. Desta mesma forma, outros indivíduos tiveram como experiências de identificação o encontro com o místico e o material, com o silêncio e a fala, e esses encontros possibilitaram o ser se encontrar no mundo e construir elementos de orientação espacial muito além ou aquém das formas cientificamente elaboradas. Em meu entender, é na procura por compreender as formas que os indivíduos significam sua espacialidade que a geografia se faz importante; perscrutando os elementos eleitos enquanto fundantes do viver espacial. Nessa direção, este trabalho se coloca com o intuito de questionar as formas analíticas hegemônicas do pensar geográfico institucionalizado, averiguando em que medida estas formas podem ser enriquecidas por meio do diálogo com outras formas de saberes, no caso, a literária².

2 Sobre o tema e os processos de interação que houve entre o saber literário com o geográfico ver: BROSS-SEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música*

Aqui, procuraremos³ averiguar em que medida a compreensão das atividades humanas, a partir da relação com o território⁴, pode ser enriquecida por meio do diálogo com as linguagens que os indivíduos que vivenciam o processo de territorialização, desterritorialização, reterritorialização etc., significavam o seu existir e os presentes processos. Especificamente, intentamos visualizar como a identidade territorial do hoje Mato Grosso do Sul foi sendo orquestrada diante do contínuo interagir humano.

Antes de entrarmos na apresentação propriamente dita do que será feito, cabe destacarmos que não pretendemos confeccionar um capítulo ou subitem expondo os nossos métodos interpretativos, pois acreditamos que eles aparecem no decorrer da escrita, por meio das formas pelas quais analisaremos a obra memorialística de Demosthenes Martins, e da necessidade destes para o diálogo. Contudo, vale ressaltar que o instrumental teórico/metodológico que serve como base para análise do nosso objeto é dado a partir da hermenêutica filosófica, assim como, a estética da recepção e a fenomenologia. Entretanto, reduzir a discussão a uma questão metodológica é desvirtuar o objetivo aqui, por nós, exposto à discussão, que é crescer teoricamente frente à diversidade de linguagens, assim como, de referenciais metodológicos. Acreditamos que a questão metodológica e teórica deva aparecer durante as necessidades que o objeto pesquisado requisitar.

Feita esta ponderação inicial, a primeira apresentação deve se direcionar à explicação do título do presente trabalho. O objetivo é evidenciar a construção do entendimento do real por meio da inter-relação entre o discurso literário e o discurso geográfico. Buscamos um diálogo entre ciência geográfica e literária, um dialogismo (BAKHTIN, 1988) que procure apreender, de cada forma de entendimento ou de expressão da realidade, elementos que possam ser

e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

3 Na escrita que antecede este momento, como estava relatando as minhas experiências pessoais, preferi utilizar a primeira pessoa do singular, de agora em diante, utilizarei a primeira pessoa do plural. Sei que não é de costume dentro das publicações científicas, todavia, às vezes se faz importante sair das práticas costumeiras ou podemos pensar que: “[...] é bastante estranha a ideia da existência de um “texto padrão” que, sobre todas as demais possibilidades de texto, afirmasse a palavra da ciência como a definitiva, a que encerra a verdade sobre as coisas. O texto é, também, um produto do pensamento, de como ele está articulado. O texto é, ainda, produto da natureza do pensamento, de como ele se organiza para atingir um objetivo” (HISSA, 2002, p. 167).

4 Como Santos (2005, p. 31) destaca: “De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro”.

profícuos na compreensão do real, pois o “[...] interesse por uma relação dialógica reside na sua vontade de reconhecer o outro enquanto outro, isto é, na recusa de transformá-lo em objeto, de ‘homologá-lo’” (BROSSEAU, 2007, p. 81-82). Não se trata, como já evidenciado por Merleau-Ponty (2004) e Monteiro (2002), de negar o saber arquitetado pela ciência moderna, ao contrário, a busca do diálogo com o saber literário vem no intuito de enriquecer as elaborações teóricas das ciências humanas. No entanto, cabe destacarmos que a obra literária não pode adentrar no sentido de confirmar uma verdade arquitetada pela ciência humana, ou ser parafraseada para os anseios científicos. Devemos, segundo Brosseau (2007, p. 80), levar em consideração que:

O recurso ao romance, no âmbito de uma reflexão geográfica sobre os lugares, inscreve-se em uma perspectiva precisa, que se apoia no reconhecimento do caráter distinto do modo de expressão romanesca. A especificidade desse modo de expressão em relação àquele das ciências humanas deve ser plenamente assumida, se buscamos compreender melhor aquilo que o romance pode nos ensinar de novo ou de diferente sobre a escritura dos lugares.

Escolhemos para estabelecer o diálogo com a literatura a obra de reminiscências *A poeira da jornada: memórias* (1980), escrita por Demosthenes Martins⁵, que rememora praticamente 65 anos de suas andanças vinculadas à porção sul do antigo Mato Grosso. Contudo, seu começo remete para tantos outros começos de inúmeros brasileiros, que almejavam percorrer as regiões brasileiras em busca de melhorias das condições de vida, como a concretização de sonhos/desejos/vontades. Demosthenes Martins, em busca da concretização do sonho de se tornar advogado, participa de um contínuo territorializar, desterritorializar e reterritorializar. Assim, antes de vir para o hoje Mato Grosso do Sul, aos 17 anos, de Recife migrou para a região norte do país, foi-se para Belém-PA com o intuito de estudar Direito e trabalhar para suprir suas necessidades. Nessa localidade, por causa do declínio do denominado ciclo da borracha, o mesmo se viu com necessidades de continuar sua jornada para conseguir concretizar

5 De agora em diante, todas as vezes que fizermos referência ao autor/personagem do livro *A poeira da jornada: memórias* (1980), citaremos a partir do padrão que segue: Demosthenes Martins.

seu desejo/vontade de se tornar magistrado. Desta forma, já como telegrafista do governo federal, consecutivamente, Demosthenes Martins experimenta viver em diversas espacialidades. Primeiro, encaminha-se para a então capital brasileira, o Rio de Janeiro, depois é removido para Vitória-ES. Após sua remoção, Demosthenes Martins, em dois anos, aproximadamente, desloca-se para cinco cidades, como o autor/narrador relata: “Posteriormente retornei ao Rio e daí, sucessivamente, para Santos, Iguape, Uberaba e Mato Grosso” (MARTINS, p. 36).

Dessa passagem, podemos averiguar a grande movimentação espacial (ver anexo 1) que Demosthenes Martins realiza para alcançar suas pretensões enquanto indivíduo que sonha, que possui desejos e necessidades. Destaca-se que esta movimentação espacial é apenas uma entre tantas outras de indivíduos que buscavam, através da migração, um caminho.

Com suas memórias, Demosthenes Martins inscreve-se como fonte “rica” para compreendermos o processo de formação territorial sul-mato-grossense. Isto ocorre devido ao enredo da mesma se passar por grande parte do território que hoje é denominado como Mato Grosso do Sul (ver anexo 2), além de nos possibilitar visualizar como uma parcela dos diferentes grupos sociais estava se organizando e se reestruturando frente aos diferentes contextos históricos, tais como: a inserção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; o fim da 1ª Guerra Mundial; a Crise de 1929; a Revolução (ou Golpe de Estado) de 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932; a ascensão do governo Goulart, seguida pelo período de tomada do poder pelos militares etc.

A personagem principal é o próprio autor. Este adentra em territórios da parte sul do antigo Mato Grosso por volta da metade da década de 1910. De início, desenvolve a atividade de telegrafista. Após um período, começa a exercer a função de advogado de Nioaque, resolvendo questões que envolvem a posse de terras. Para além destas atividades, o mesmo, por causa das articulações políticas, atua como vereador, prefeito, secretário, líder político partidário. São essas atividades que permitiram que Demosthenes Martins conseguisse, em seu trabalho, juntar uma grande quantidade de informações/fontes referentes à formação espacial e histórica do hoje Mato Grosso do Sul. Assim, as recordações que afloram em Demosthenes Martins visam estabelecer os elos da construção política, econômica, cultural, administrativa, de uma porção territorial localizada no sul do antigo estado do Mato Grosso. Bungart Neto (2009) assevera que:

Publicadas [...] menos de dois anos após a criação do Mato Grosso do Sul, as memórias de Demosthenes Martins, intituladas *A poeira da jornada*, pertencem já a uma nova fase histórica da região e se compõem do relato pungente de um nordestino que, tendo passado pela Amazônia e se estabelecido em terras sul-mato-grossenses, torna-se advogado e político de prestígio (...) (BUNGART NETO, 2009, p. 112).

Em suas recordações, o autor destaca os seus feitos e vivências enquanto homem público, e são raras as passagens em que o mesmo ilustra sua obra com especificidades de sua vida íntima. Desta feita, Demosthenes Martins apresenta fontes e relatos que permitem, através do diálogo com outros referenciais, compreender uma parcela do processo de formação identitária que o sul do Mato Grosso “vivenciou”, isto pela ótica de um homem inserido no meio das decisões políticas e administrativas.

“A poeira da jornada” será a guia, todavia, isto não nos impedirá de trazermos passagens de outras obras literárias que exemplifiquem o que discutiremos em determinado momento da análise, já que é inegável que existem diversas literaturas ricas de leituras espaciais e de grande importância para a cultura de Mato Grosso do Sul, tais como: *Onde cantam as seriemas* (1988), livro de reminiscências, escrito pelo sul-mato-grossense Otávio Gonçalves Gomes, em que retrata as aventuras e as desventuras da infância vivida na década de 1920, cuja narrativa se passa na atual cidade de Ribas do Rio Pardo; *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, sobre o mito “gaúcho sul-mato-grossense” (1997), escrito por Brígido Ibanhes, também foi utilizado como referência, pois a história se baseia no relato da vida do mais famoso bandoleiro que viveu nesse território, retratando o período de 1930 até a metade do século 20; *Vento brabo* (1971), de Hélio Serejo, por sua vez, consiste na coletânea de contos que busca retratar o período vivenciado no fim da primeira metade do século 20; por último, *Selva trágica* (1976), de Hernâni Donato, um romance que retrata as mazelas e as alegrias vividas pelos ervateiros, no início do século 20, na busca desenfreada pela erva-mate. As discussões presentes nas obras literárias participaram do diálogo com a literatura científica, auxiliando na melhor compreensão da identificação que houve, e que ainda há, em solo⁶ sul-mato-grossense.

⁶ Em nosso trabalho, muitas vezes, podemos fazer alusão ao território como base física ou solo – substrato

Para conseguirmos compreender o processo de identificação territorial sul-mato-grossense, via diálogo com a obra memorialística de Demosthenes Martins, dividimos o presente livro em três capítulos, quais sejam: 1º - **Crise paradigmática, espaço literário e identidade territorial**: iniciando um pensar o Mato Grosso do Sul; 2º - **A poeira da jornada em sua(s) temporalidade(s) e espacialidade(s)**: a obra no contexto historiográfico e espacial; e 3º - **A poeira da identificação**: apontamentos acerca do processo de identificação territorial sul-mato-grossense. Por último, as considerações finais, que procuram costurar os fios da tessitura discursiva aqui presentes.

No primeiro capítulo, elaboramos discussões no sentido de evidenciarmos as categorias que elegemos enquanto centrais para se estabelecer a relação dialógica entre literatura (*A poeira da jornada: memórias*) e geografia. Para alcançar tal intenção, estruturamos o primeiro capítulo em três partes. No primeiro momento, procuramos colocar o interlocutor frente às discussões que envolvem a crise paradigmática, que se apresenta como uma grande indeterminação, visualizada na própria contradição discursiva para denominar tal estágio da organização social (pós/tardia/hiper etc. modernidade). Pensamos a questão da modernidade e da pós-modernidade inserindo o leitor nas amarras conceituais que nos influenciam o cogitar a ciência, além de apresentarmos nossa “crença” na necessidade de repensarmos nossas posturas científicas e valorizarmos as linguagens que, a partir da introdução da ciência nas bases do pensar moderno, foram negligenciadas ou silenciadas em prol de um discurso generalizante e sistematizador da “verdade”.

Na segunda parte do primeiro capítulo, objetivamos fomentar a discussão no que toca à questão do espaço literário, evidenciando as formas com que o autor expressa suas impressões, olhares, sentimentos, desejos etc., da realidade vivida. Nessa perspectiva, discutimos como a existência humana se estrutura por meio dos contatos que estabelecemos com o espaço durante o ato de viver. Aqui pontuamos a questão do ato criador, demonstrando que a literatura

que permite que as relações socioespaciais aconteçam em pleno interagir com o território/base física/solo, isto para arquitetarmos uma geografia descolonizadora, no sentido de permitir que os indivíduos exerçam suas práticas cotidianas e expressem aquilo que concebem como sendo seu espaço vivido: “[...] uma Geografia Cultural descolonizadora, que procure nas culturas populares ouvir e sentir as críticas profundas que estas vivências fazem às científicidades” (SAHR, 2009, p. 263).

carrega consigo um discurso que está inserido no mundo, uma vez que é no/do/com o mundo que o literário escreve. No entanto, como a obra analisada é de cunho memorialístico, cabe, segundo Bourdieu (2007), levarmos em consideração que a autobiografia só pode ser compreendida se for colocada no campo ideológico de que faz parte e, com isso, busca representar, nas palavras de Bourdieu (2007, p. 184):

[...] a teoria da biografia enquanto integração retrospectiva de toda história pessoal do artista em um projeto puramente estético ou a representação da “criação” enquanto expressão da pessoa do artista em sua singularidade, somente podem ser compreendidas inteiramente se forem recolocadas no campo ideológico de que fazem parte e que exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político, cabendo uma posição determinada à fração intelectual e artística.

Assim, para inserirmos a obra no contexto ideológico de que a mesma é fruto, elegemos conceitos que acreditamos serem centrais na leitura e, para melhor entendimento da obra de Demosthenes Martins, conceitos como enunciador, balbucio, enquadramento da memória, memória coletiva, silenciados/sombreados/marginalizados.

Já na terceira parte do primeiro capítulo, fomentamos a discussão sobre o processo de identificação territorial, averiguando como esse conceito se apresenta e como é possível conceber o mesmo através da literatura. Buscamos deixar claro que a identificação territorial, por ser um processo de construção identitária, dada pelo encontro com a diferença, acontece silenciando, marginalizando o Outro não lembrado pelos Outros hegemonicamente estabelecidos no poder, construindo, assim, uma identidade dada pela negação, e que somente se realiza e se generaliza por causa do arranjo dos grupos sociais que ocupam o poder político e econômico do estado, seja o nacional, seja o da federação⁷.

No segundo capítulo, procuramos contextualizar histórica e espacialmente a obra aqui analisada. Buscamos realizar tal contextualização destacando passagens que Demosthenes

⁷ Aqui, o tocante é referente ao processo que envolve a construção territorial do hoje Mato Grosso do Sul, que, no período, fazia-se pertencente ao antigo território de Mato Grosso.

Martins pontua/destaca em suas reminiscências. O que se consegue observar é que a historiografia que o autor apresenta é dada a partir de seu olhar para a história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), e, com isso, preenhe de subjetividade. Desta forma, no segundo capítulo, o leitor verá que neste momento inicia-se um delinear identitário, devido à forma com que Demosthenes Martins expõe suas memórias, contudo, estas são passíveis de serem questionadas com as outras referências que trouxemos para dialogar com a obra memorialística. Nesse sentido, percebe-se que a construção da identidade territorial sul-mato-grossense, na autobiografia estudada, reflete tanto a identidade pessoal como a social, que Demosthenes Martins deseja que seja visualizada: um contínuo celebrar a si e a seus companheiros.

Ao inserirmos a obra no contexto historiográfico e geográfico, conseguimos nos instrumentalizar histórica e espacialmente sobre a realidade sul do antigo Mato Grosso, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do capítulo seguinte. No terceiro capítulo, ao interpretar passagens da obra, percebemos que a construção da identidade territorial sul-mato-grossense via diálogo com a obra memorialística de Demosthenes Martins se confunde com sua própria formação identitária e do grupo social ao qual “pertencia”. Diante disso, percebemos que o processo de identificação territorial participa do contínuo processo de identificação social. Desta forma, podemos destacar que a identidade territorial assume duas características básicas: a de parcialidade e a de efemeridade. A primeira, devido à construção identitária territorial dificilmente conseguir abarcar todos dos grupos sociais em seu conceito, essa acaba por se destacar através das articulações sociais que se encontram no domínio político e econômico de determinada territorialidade; já a segunda característica atrela-se à articulação de interesses que se imbricam no território, e, por ser fruto do conflito, assume, assim, a característica de um conceito transitório/efêmero, pois o mesmo, com o passar do tempo, a partir de interesses novos, se rearticula, representando, agora, novos padrões que determinada articulação social acredita serem pertinentes como fonte de representação.

Por fim, em vista de uma possível conclusão, destacamos que a produção da identidade territorial sul-mato-grossense, no diálogo com a obra *A poeira da jornada: memórias*, aponta para a construção da identidade territorial via construção metafísica da mesma. Ou seja, não foi respaldado em uma realidade materialmente vivida que Demosthenes Martins utilizou-se para buscar suas referências identitárias, pelo contrário, a sua orientação e pontos elegidos como de

referenciais de localização estavam assentados pelos padrões e estereótipos externos do seu viver espacial.

CAPÍTULO 1

Crise paradigmática, espaço literário e identidade territorial: iniciando um pensar sobre o Mato Grosso do Sul

Da crise da modernidade: apontamentos para uma leitura crítica a partir das linguagens

A transição paradigmática tem várias dimensões que evoluem em ritmos desiguais (SANTOS, 2007, p. 16).

Na atualidade, é “consenso”⁸ afirmar que se sofre um processo de transição paradigmática⁹, em que, por causa das novas formas de organização social, a sociedade¹⁰ como um todo está se transformando e cobrando, assim, novos olhares do conhecimento científico para o seu objeto de análise, que é a realidade. Outro elemento de consenso entre os pesquisadores é a indeterminação do atual período histórico, em que não existe um acordo nas possíveis denominações que esta nova conjectura possa ser apresentada ou se a mesma não passa de um aprofundamento das contradições inerentes à própria modernidade.

8 Santos (1989; 2006; 2007); Harvey (2007); Giddens (1991; 2002); Jameson (1997); Hissa (2002).

9 Contudo, encontramos em Gomes (1996, p. 41), quando trabalha a geografia e a modernidade, uma posição contrária: “Estimamos que exista uma estrutura comum nas “revoluções” da geografia moderna, mas a interpretação da natureza deste movimento se faz sob uma outra ótica. Em nossa análise, não há exatamente novos paradigmas, trata-se muito mais de um processo de renovação em relação às posições fundadoras da modernidade científica”. Mesmo tendo ciência desta posição, preferimos acreditar que está havendo um processo de transição paradigmática, conforme Santos, e que a realidade espacial, devido aos processos globalizadores, se reorganiza numa outra lógica, assim, cobrando outras formas analíticas para compreender o real.

10 Aqui, quando falamos de sociedade, estamos nos referindo à mesma como um todo, não explicitando o quanto ela pode se apresentar confusa e complexa. Contudo, para quem quiser se aprofundar na temática, ver Castoriadis (1982).

Giddens (2002, p. 11), por exemplo, denomina este período como Mundo Moderno Tardio ou Alta Modernidade, por encontrar no presente estágio elementos que já estavam imbricados com o processo de formação da modernidade. Já Santos (1989; 2007); Harvey (2007); e Hissa (2002) preferem denominar este período como pós-moderno, por não haver, no momento, outra denominação para a referida forma de pensar a realidade. Os autores citados reverberam para o fato de que as condições de estruturação social se modificaram a tal ponto que as formas analíticas da modernidade não conseguem responder aos desafios lançados pela atual organização social.

Para esclarecer este processo de mudanças, Giddens (2002) nos instiga a pensar a partir de uma interessante metáfora: a da separação. Diz que “Um casamento que se desfaz tende a provocar luto, independente da infelicidade ou desespero dos parceiros quando juntos” (GIDDENS, 2002, p. 17). Aqui nos deparamos com uma analogia a partir das vivências cotidianas, do sofrimento da perda de um “amor”, que vai exigir de cada um dos envolvidos o reencontro com o próprio “eu”, e este reencontro, retomando a epígrafe que abre o presente texto, vai se desenrolando com temporalidades diferenciadas, pois dependerá do poder de reação de cada envolvido no enlace amoroso. No caso deste trabalho, a questão é centrada nas formas em que se consegue superar e redesenhar os traços que guiam o homem no entendimento da realidade, procurando tecer outras formas analíticas para acompanhar as transformações sócio-espaciais sul-mato-grossenses. Mesmo não sendo felizes com as promessas iniciais, elaboradas antes e durante o casamento¹¹, fica-se “sem chão”, com sentimento de abandono, de desespero diante da nova conjectura social com que o indivíduo, agora solteiro, ou sem as promessas da verdade advinda da razão, se depara.

O projeto do pensamento moderno¹² surgiu, segundo Habermas (*apud* HARVEY, 2007, p. 23), por volta do século 18, tendo por princípio o domínio científico sobre todas as esferas que compunham a realidade – tanto os aspectos naturais como os sociais. Este domínio tinha

11 Aqui, referimo-nos às promessas que estavam atreladas ao processo de sistematização do pensar moderno; contudo, esta problemática será aprofundada adiante.

12 A literatura também participa do projeto moderno de organizar o pensar, com isso, buscou-se, através do tempo, organizar a escrita em torno dos padrões modernos, ver Berman (1986).

por intuito “salvar” a humanidade dos enganos que a envolvia no seu processo de sociabilização, ou nas palavras de Harvey (2007, p. 23):

O domínio científico da natureza prometia liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

A crença nessa promessa de idílio paradisíaco na terra dos homens racionalmente livres e soberbos, acabou por contribuir para o uso desenfreado do processo de elaboração do conhecimento científico em nome da tão desejada verdade absoluta dos fatos e fenômenos. A geografia, como as outras ciências, ao longo do século XIX, acaba por se defrontar com a necessidade de arquitetar um discurso que tivesse por objetivo formulações de leis norteadoras da estruturação de dado projeto de sociedade. Assim, consequentemente, o olhar para o real se tornou seccionista e o complexo social se tornou o Estado-Nação.

A geografia, que então se consolida como conhecimento científico¹³, não estava preocupada em compreender certas particularidades e subjetividades presentes e imbricadas no interior da diversidade social; disso resultou que, diante da necessidade de se ter um conhecimento objetivo, rigoroso e generalizante de dada extensão espacial, o discurso geográfico selecionou aspectos da paisagem percebida e tentou organizá-los em determinados padrões classificatórios pertinentes com os interesses e possibilidades de administração e controle do território pelo aparato técnico, jurídico e político do Estado-Nação; o olhar volta-se para pensar a questão nacional e dos objetos de regulamentação das relações praticadas segundo uma lógica econômica-administrativa hegemônica, a qual subsumia os diversos agentes sociais em nome do desenvolvimento, notadamente o econômico.

13 Para maior aprofundamento sobre a geografia como projeto da modernidade, ver: MOREIRA, Ruy. As filosofias e os paradigmas da geografia moderna. *Para onde vai o pensamento geográfico?*: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

Já o seccionismo é evidente no pensar social, pois a realidade social é analisada de forma a não participar das condições naturais que movimentam a vida dos indivíduos; a separação é explicada pelo fato de o seccionismo residir “[...] na falsa universalidade das “generalizações transcendentais” (SANTOS, 2007, p. 89). Desta feita, contribuindo para o aprofundamento da dicotomia da ciência geográfica – entre geografia física versus geografia humana; esquecendo que ambos partem de uma profunda interação e que esta interação acaba por interferir na formação da espacialidade.

Em Capel (1981, p. 270), nota-se que um elemento central nesta discussão foi o surgimento do método investigativo positivista, que tinha por base “[...] el razonamiento inductivo, que parte de la observación y mediante clasificaciones y comparaciones se elea a conclusiones generales, al descubrimiento de leyes”. Como já mencionado, a busca da igualação das formas analíticas não exclui a questão central do seccionismo, em que a sociedade era vista a partir de uma perspectiva e a natureza de outra.

As ciências que se debruçavam sobre os processos das relações sociais, como a geografia, tinham por intuito o encontro com a verdade e esta somente era passível de ser alcançada por meio do uso hipertrofiado de um determinado modo de se exercitar a razão humana, a qual possibilitaria a elaboração de leis que explicassem as formas definitivas em que a sociedade estava estruturada. Desta maneira, percebe-se que a chamada razão humana ficou circunscrita a um determinado padrão metodológico de se pensar, o qual servia de parâmetro comum a toda prática científica, seja ela voltada aos fenômenos naturais, matemáticos ou sociais. Diante desse modelo lógico-racionalizante comum¹⁴, todo discurso que almejava ser científico, poderia alcançar o reconhecimento como um saber institucionalizado.

Ao seguir estas formas de apreensão do real, nos padrões estabelecidos pelas ciências exatas, o discurso das ciências sociais deveria ser exato, objetivo, não contraditório, totalizante

14 Cabe suscitar que havia um modelo lógico-racionalizante comum hegemônico, mas não podemos diminuir a discussão somente às forças hegemônicas. Para as pretensões do presente trabalho, limitaremos-nos a este. Entretanto, quem tiver interesse em ampliar a discussão sobre a temática, ver Capel (1981), quando trabalha a questão da tensão entre a ciência nomotética e ideográfica.

e absoluto em sua veracidade. Por conseguinte, as expressões artísticas e, consecutivamente, as outras esferas das quais pertence o mundo da subjetividade – intuição, desejos, silêncio, senso-comum, loucura¹⁵ etc. – foram, quando não negadas, classificadas como inferiores à capacidade do discurso científico. No caso da geografia, corroborando o poder de estabelecer o sentido único e verdadeiro dos fatos e fenômenos estudados, acabou contribuindo, segundo Ferraz (2001, p. 22), para a consolidação do “[...] status de discurso científico, portanto, eficiente, objetivo, exato, totalizante, não contraditório e absolutamente verdadeiro”. Assim, “[...] sacrificou toda uma diversidade de conhecimentos em prol do que oficialmente passou a ser considerado como geográfico”.

Percebe-se, então, que a modernidade, ao mesmo tempo em que tenta produzir saberes, técnicas, equipamentos e meios que possibilitem a superação das mazelas sociais, produz um simulacro discursivo estranho às condições em que a maioria dos indivíduos cotidianamente vivenciam, produzem e reproduzem suas condições de existência¹⁶. O surgimento do pensar moderno como “redentor” acaba sendo estranho e contribui para as catástrofes que se imbricam entre o social e o natural, nas palavras de Santos (2007, p. 56):

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à

15 Nesse momento, cabe destacarmos a ideia de lugares da verdade de Foucault (2007, p. 113). Quando discute a questão da ciência e a produção de verdade, Foucault se refere à casa de loucos, que é a representação da verdade científica, pois os “loucos” fogem à normalidade a qual a sociedade está acostumada. Diante disso, quem foge aos padrões normalizados é considerado estranho e o silêncio dos loucos é de vital importância para que a verdade científica não seja questionada. Pois, ouvir o que eles têm a dizer ou questionar se realmente o que vivenciam é loucura é questionar a própria verdade científica, que, neste caso, foi comprovada através da constatação do fato. As demais terminologias (desejo, silêncio, senso-comum etc.) não serão explicitadas aqui, pois serão devidamente trabalhadas no decorrer do trabalho.

16 Aqui, cabe fazermos referência às futuras cogitações que serão desenroladas no presente livro: intentamos realizar pensamentos que venham no intuito de amenizar o estranhamento da pesquisa acerca do entendimento da identidade territorial sul-mato-grossense e, como um segundo objetivo, pretendemos dar “voz” às formas com que parte dos sul-mato-grossenses significavam seu espaço a partir das maneiras com que os mesmos expressam suas impressões sobre o presente território através da linguagem literária.

catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza.

Em nome dessa verdade definitiva, sacrificou-se e continua-se a sacrificar os benefícios advindos com o conhecimento científico para o conjunto da humanidade, pois, por acreditar que só através desse rigor discursivo se atinge a verdade que a tudo explica, acaba-se obliterando a leitura das reais condições com que os benefícios desse conhecimento são produzidos e distribuídos. É importante reconhecer que a materialização e o acesso a essas melhorias se reduzem a minorias sociais distribuídas de forma desigual em alguns pontos do planeta. A consequência disso é que boa parte dos indivíduos não consegue encontrar nos produtos das elaborações científicas, sejam eles máquinas, serviços ou referenciais teóricos, uma contribuição necessária para os sentidos mais profundos do existir humano¹⁷. A ciência moderna produz, segundo Santos (1989, p. 35),

[...] um discurso que se pretende rigoroso, antiliterário, sem imagens nem metáforas, analogia ou outras figuras da retórica, mas que, com isso, corre o risco de se tornar, mesmo quando falha na pretensão, um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade.

A produção científica deteve-se no ato enrijecido de apreender a complexidade do real a partir de uma visão de fora, buscando construir visões da realidade social, mas se colocando

17 “O universo da ciência deixa de ser o da aventura e do prazer, tornando-se frio como o aço da máquina produzida que, por sua vez, nele ainda interfere” (HISSA, 2002, p. 99).

distante desta, como se não fizesse parte do contexto social que a produziu. Ou pior ainda, essa forma de se produzir ciência acabou identificando aspectos problemáticos ou complicadores na realidade, e passou a elaborar respostas que se impunham ao mundo dizendo como ele deveria e deve ser para se tornar mais eficiente. Mas eficiente para que e para quem¹⁸?

É de vital importância pensar o papel da ciência na construção de significados de entendimento da vida humana em sociedade. Os discursos científicos, como já evidenciado, apresentam-se dentro da perspectiva do binômio sujeito versus objeto. Frente a esta distinção, o ato de significar acaba sendo estranho, pois, de acordo com Santos (1989, p. 29),

[...] a ciência constitui hoje no seu conjunto um discurso anormal, ele é particularmente anormal no domínio das ciências sociais, porque, nestas o discurso científico dá sentido a uma realidade social, ela própria criadora de sentido e de discurso.

Como significar uma realidade que se autossignifica e constrói discursos para se dar sentido? Esta indagação suscita todo um pensar que se direciona ao questionamento das concepções modernas de fazer ciência. Tal questionamento se origina já no alvorecer da ciência iluminista, portanto, não é algo novo, fruto de discursos relativistas ou desconstrucionistas de pensadores pós-modernos. Tal crítica se fundamenta na constatação de que produzir ciência carrega a contradição ou paradoxo de limitar o que não pode ser limitado – a realidade social, pois as relações sociais não são passíveis de limitações. Por natureza, ela é ilimitada, contudo, a presente ilimitação, segundo Hissa (2002), torna-se limitada devido às fronteiras arquitetadas pelo pensamento clássico de produzir ciência, que nas palavras de Hissa (2002, p. 63):

[...] é contido pelas fronteiras: o pensamento clássico, convencional, normatizado. Pensamento reproduzido pela ciência moderna: condenado ao limite, às regras rígidas, aos modelos, às estratégias normativas, à imponderável fronteira da objetividade.

18 Estas indagações também podem ser direcionadas à compreensão identitária de Mato Grosso do Sul; indagando para que e para quem o processo de identificação territorial foi historicamente arquitetado.

Hissa (2002) ainda aponta a necessidade de cogitarmos fronteiras móveis para o pensamento das ciências sociais. Defende também a valorização do que outrora fora negado enquanto discurso de expressão do mundo, de tal maneira que não mais nos pautemos em posturas rígidas acerca dos métodos que orientam o ato de produzir científico, uma vez que a realidade espacial, como já exposto, está se reestruturando e exigindo novos olhares para a presente realidade. Desta monta, os geógrafos deveriam rever suas práticas analíticas para exercitarem: “[...] uma nova forma de geografia” (MOREIRA, 2006, p. 27).

Tal geografia cobra uma leitura do mundo a partir do entendimento mais contextualizada da lógica com que a mercadorização econômica da sociedade atual se territorializa. Harvey (2007) afirma que houve um processo de transformação de uma sociedade de acumulação Fordista para a Flexível, e que esta transformação foi acompanhada de novas tecnologias que orientavam o ato de fazer e refazer humano, mudando, dessa maneira, as formas organizacionais em que a sociedade estava estruturada.

Em decorrência desse contexto macroeconômico, o olhar geográfico se depara com a efemeridade espacial e com a consolidação do tempo amnésico. A concreta volatilização das formas e fenômenos direciona nossos olhares para os ritmos que vão sendo diferenciados e, assim, produzindo espacialidades sobrepostas, entrepostas e/ou justapostas, com suas rugosidades e fragmentações. O instantâneo, o imediato, o novo, adentram com virulência no sentido do tempo, corrompendo nossa memória do passado e implodindo o sentido de futuro num eterno agora, o que faz com que a sociedade se depare com uma nova forma de se fazer cotidianamente. Corroborando com essa análise, Achugar (2006, p. 125) tece considerações sobre o espaço, por meio da literatura de Jorge Luis Borges, ao afirmar que: “O espaço temporal que constitui o *Aleph*¹⁹ parece poder funcionar como uma analogia precisa de coexistência simultânea de diversos tempos, de diferentes culturas e de múltiplas perspectivas em nossa época”.

A geografia, para não ficar estranha a esta nova reestruturação espacial, promovida pela introdução das novas tecnologias – mas não somente a estas, e sim a todo um processo histórico de pensar que hoje não mais responde às reais necessidades, deve repensar sua prática

19 Faz referência ao conto *Aleph*, publicado no livro de histórias curtas *El Aleph*, de 1949.

de fazer ciência, valorizando o que outrora foi silenciado, não mais aceitando a construção do discurso geográfico pela via rígida e estreita da produção do conhecimento a partir das bases clássicas da razão instrumental.

Contudo, como conseguir o não estranhamento da pesquisa em relação aos sujeitos alvos de estudos? Diante desta indagação, adotamos a postura de se investir num olhar sobre a questão das linguagens. Nesta perspectiva, o encontro do discurso científico com as linguagens artísticas passa a ser um aspecto central para o melhor entendimento da geografia em relação à maioria social, pois este olhar pode engendrar os vários fios que tecem a “produção” do território pelo diálogo que se estabelece entre os sujeitos e o território. Esse encontro se torna possível quando percebemos que o saber geográfico ocorre em múltiplas e diversas escalas, muito além e aquém do conhecimento científico institucionalizado pela modernidade econômica.

Não se trata de fazermos uma distinção simplista entre um saber geográfico – produzido dentro das práticas cotidianas – e um conhecimento geográfico – produzido na academia (e instâncias vinculadas ao poder estatal e econômico). Na verdade, a relação entre as opções feitas pelo discurso científico se deu a partir dos saberes cotidianos, os quais são também influenciados pelo conhecimento mais rigoroso presente na abordagem científica.

Diante da crise e do estranhamento dos referenciais científicos atuais frente aos profundos problemas sociais, o diálogo com as expressões artísticas se torna necessário, principalmente pelo fato de muitas das práticas representacionais e criativas das várias artes abordarem aspectos da realidade pela perspectiva de um saber geográfico cotidiano que não foi, durante muito tempo, trabalhado pelo conhecimento institucionalizado.

As práticas artísticas acabaram assumindo essa forma de produção de conhecimento por meio de sua linguagem, mas usando elementos e referenciais que hoje podemos considerar como geográficos, porque ao longo da modernidade o olhar oficial da geografia optou por outros temas e análises que, atualmente, apresentam-se em grande medida descontextualizados para com as necessidades tanto individuais quanto coletivas. Por isso, entendemos que o caminho se dá através do diálogo entre a(s) lógica(s) do(s) texto(s) artístico(s) e a do texto científico na produção de narrativas, em que os conceitos geográficos buscam o contato entre as várias

formas discursivas, permitindo o desdobrar disso em abordagens e interpretações mais ricas do homem/mundo.

É de suma importância o questionamento do que vem a ser a ciência geográfica. Para que serve? Para quem serve? Todavia, o que observamos é o não questionamento dos moldes que o fazer ciência segue até a contemporaneidade. Por exemplo, na segunda metade do século 20 – com a crise do modelo acumulativo capitalista, juntamente com a crise do projeto societário articulado pelo Estado-Nação, somado à necessidade de elaboração de novas tecnologias e técnicas de comunicação etc., além do fato de a ciência ter de assumir a crise do conhecimento científico na edificação desse projeto de sociedade – percebemos que a solução, ou soluções, foi buscar elementos, no caso da geografia, que estavam negligenciados ou secundarizados, assim como outros referenciais metodológicos, como o materialismo histórico e dialético, a fenomenologia, para tentar dar novo fôlego ao discurso científico.

O que acabou se delineando foi que estas tentativas de renovação²⁰ não mexeram com o parâmetro de se pensar o discurso científico, ou seja, não radicalizaram o questionamento da estrutura e fundamentação do se fazer ciência, pois isso significaria questionar a própria função de controle e organização da sociedade. Daí o saber geográfico continuar escamoteado, manifestando-se ainda mais em outras expressões de linguagem, como a artística. Já o discurso científico insiste em uniformizar esse conhecimento, só que agora introduzindo os elementos até então excluídos, mas enquanto conceitos em si, ou seja, o cotidiano, a sensibilidade, a luta de classe.

É preciso pensar na poesia, no teatro, na literatura, na pintura, nos mapas²¹ como elementos possíveis de leituras geográficas, entendendo a relação destas manifestações com o seu tempo. E ainda, a partir do diálogo com a literatura científica, produzir um conhecimento preñado de sentidos de orientação para um determinado período e que, hoje, possamos nos

20 Tendo como referência as formas hegemônicas de fazer geográfico, pois, para além do pensar hegemônico institucionalizado, existiam outras formas de apreender o real que não eram consideradas pela forma institucionalizada de fazer ciência. Para maior aprofundamento ver: Capel (1981) e Brosseau (2007).

21 No que toca os trabalhos com mapas, ver Santos (2002) e Langer (2009).

apropriar destes para nos entendermos no tempo-de-agora, ressignificando e produzindo uma geografia que seja realmente expressão da vida humana.

Este seria o papel, em nossa concepção, da geografia no atual período vivenciado: um encontro com a produção do saber através da valorização de outras formas de expressão da vida, buscando aproximar o discurso científico às contradições produzidas no interior do viver. A construção de um novo senso-comum (SANTOS, 2007) se faz interessante a partir do momento em que a academia começar a introduzir as formas de vivência de cada grupo social analisado, aproximando-se das contradições e motivações que levam o indivíduo a buscar se constituir enquanto cidadão.

É de muita valia valorizar o que outrora foi negado enquanto processo de identificação do indivíduo – isto em prol dos princípios de sistematização do viver para se chegar à “verdade” sobre o complexo que é o real, valorizando elementos que fazem parte do cotidiano de cada grupo social, uma vez que estes elementos auxiliam os indivíduos em suas movimentações espaciais. Aqui podemos fazer uso do sentido do pensar mítico²² no imaginário popular, que está fortemente presente no viver hodierno.

A título de exemplificação, citemos os mitos que envolvem a denominada cultura pantaneira. Muito do que se pesquisou sobre o sentido de identidade regional pantaneira, pelo olhar geográfico, aponta para os mitos e as lendas como curiosidades e adendos explicativos da cultura local, evidenciando uma forma folclórica e sinalizando para o pitoresco dessa relação cultural. Nesse sentido, não demonstram que esses mitos expressam, na verdade, toda uma cosmologia da forma como os seres humanos ali significam e constroem sentidos existenciais para aquela espacialidade. Banducci Júnior (2007) explica que o mito nunca saiu de nossas práticas cotidianas de significação e ressignificação do real. O autor mostra como a espacialidade pantaneira possui um misto de real com os elementos místicos que o viver popular foi

22 Como citado, com o projeto moderno, o mito e as outras esferas que pertenciam às práticas cotidianas foram negligenciados. Estes elementos nunca deixaram de participar da vida social dos mais diferenciados indivíduos, influenciando na construção da espacialidade. Eis que, por não deixarem de existir, a literatura, entre outras linguagens artísticas, abordou a dinâmica espacial dessas narrativas.

confeccionando, e como estes elementos místicos participam do cotidiano das pessoas que vivem no ecossistema pantanal. Nas palavras de Banducci Júnior (2007, p. 13):

Umas das principais características das narrativas maravilhosas pantaneiras é que os seres que as povoam não se restringem ao universo mental da sociedade, mas convivem efetivamente com as pessoas, materializam-se diante delas através de sons, imagens fugidias ou mesmo em sua forma física plena.

Esses elementos místicos foram negados pela construção científica, contudo, aqui chamamos a atenção para a necessidade de retomarmos estes pensamentos e ressignificarmos, introduzirmos estes sentidos de vida para o nosso discurso acadêmico. A literatura regional foi a que expressou o sentido mais diverso desses mitos como forma de estabelecer significados de orientação e localização de seus habitantes no contexto espacial em que estavam inseridos, daí a pertinência de se debruçar sobre a literatura para identificar esses olhares/experiências espaciais que o discurso científico acabou ignorando ou menosprezando. Desta feita, no próximo subitem, procuraremos expor a questão do espaço literário, evidenciando de que forma o espaço presente na literatura é construído/arquitetado pelo autor, perscrutando os elementos que são inerentes ao ato criador, tal como o místico.

Do espaço literário: o ato de criar e recriar o espaço

Se a literatura é linguagem descontextualizada, cortada de outras funções e propósitos é também, ela própria, um contexto, que promove ou suscita tipos especiais de atenção (CULLER, 1999, p. 32).

Como já arguimos, o conhecimento geográfico pode ser enriquecido a partir da utilização dos elementos de interpretação do real materializado nas obras literárias²³, assim, permitin-

23 Lotman (1978), discutindo sobre “O problema do espaço artístico”, auxilia a pensar a presente discussão quando assevera: “Os modelos do mundo sociais, religiosos, políticos, morais, os mais variados, com a ajuda dos quais o homem, nas diferentes etapas da sua história espiritual, confere sentido à vida que o rodeia, encontram-se invariavelmente providos de características espaciais, quer sob a forma da oposição ‘céu-terra’

do leituras outras de entendimento do espaço tendo como orientação as ideias e percepções de quem autossignifica a espacialidade vivida. Aqui, pretendemos destacar os elementos que estão ligados ao ato criador que desembocam no fazer literário.

Dentro da ciência geográfica é difícil encontrarmos um conceito pronto e acabado para dizermos que geografia “é”, e esta dificuldade pode ser percebida em outras formas conceituais, uma vez que o conceito muito dependerá dos elementos com os quais o autor/pesquisador concebe o seu objeto. Marisa Lajolo (1982), no livro *O que é literatura*, aponta para esta direção, mostrando a imensa dificuldade de conceituarmos, pois toda a conceituação se dará pelas formas de entendimento do pesquisador. Diante disso, não procuraremos expressar uma verdade dada e pronta sobre o que é literatura, e sim mostraremos como concebemos e de que maneira é possível fazer uso desta para pensarmos a possibilidade de diálogo com a geografia. Enfim, como pontuado por Culler (1999), darmos a devida atenção às obras literárias.

Gustavo Bernardo (1999), ao discutir o conceito de literatura, traz elementos interessantes para se pensar as possibilidades, não necessariamente deste conceito, de entendimento da criação artística. O autor apresenta a figura de um centauro, desenhado pelo pintor espanhol Pablo Picasso (1881 - 1973). O desenho é feito com uma única linha – do começo ao fim, sem interrupções ou quebras. No entanto, o que nos interessa é percebermos, para além dos meios técnicos de confecção, o desenho em si, um centauro, figura inexistente e que só se tornou existente porque possui partes de coisas existentes (o cavalo e o homem):

É o que faz o pintor, que escolheu, para além da técnica em si, como motivo, um ser que, sabemos, não existe, formado por dois seres que, acreditamos, existem: o cavalo e o homem. Sobre o corpo de um cavalo, emerge o torso de um homem. Este ser, o centauro, representa muito bem outra contradição: o artista, ao inventar, deve respeitar o limite da existência, recorrendo a formas e entes que de fato existem, para recombinar tais formas e entes de tal modo que crie o inexistente (BERNARDO, 1999, p. 137).

ou ‘terra-reino subterrâneo’ (estrutura vertical de três termos, ordenada segundo o eixo alto-baixo), quer sob a forma de uma certa hierarquia político-social com uma oposição marcada dos ‘altos’ aos ‘baixos’, noutro momento sob a forma de uma marca moral da oposição ‘direita-esquerda’ (as expressões: ‘A nossa causa é justa’, ‘pôr qualquer coisa a esquerda’”) (LOTMAN, 1978, p. 361).

O artista pratica um ato contínuo de inventar. Procura, dessa maneira, elaborar referenciais imagéticos ou simbólicos, figurativos ou não, que permitem aos que entram em contato com a obra, dialogar com a mesma no exercício de produção de significados para a vida, ou seja, elaborar referenciais de orientação e localização do ser no mundo. O artista inventa um espaço para que possamos melhor ler o nosso espaço concreto, contudo, esta capacidade criadora de um espaço inexistente se dá a partir do existente, temos limites e só conseguimos transcender pontos a partir do nosso entorno²⁴. Este inexistente se encontra passível de interpretação e significação no momento em que contextualizarmos e dotarmos de referenciais analíticos (GADAMER, 1998, 2007). Desta maneira, vamos nos deparar com “todos os existentes” que constituem o texto, perscrutando as possíveis significações que o autor teceu acerca da sua realidade vivida.

O ato de conhecer humano é dado pela relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido. Porém, o objeto não é algo isolado do ato de conhecer, pois ele interfere no processo de produção de sentido ou de sentidos. O mesmo ocorre com o sujeito do conhecimento: ao entrar em contato com o objeto, ele não se coloca numa postura neutra e distante, uma vez que acaba projetando sobre o objeto o conjunto de valores, ideias e sentimentos que embasam suas percepções e processos de leitura do mundo. Segundo Ferrara (2007, p. 7):

Toda representação é uma imagem, um simulacro do mundo a partir de um sistema de signos, ou seja, em última ou em primeira instância, toda representação é gesto que codifica o universo, daí se infere que o objeto mais presente e, ao mesmo tempo, mais exigente de todo processo de comunicação é o próprio universo, o próprio real. Dessa presença decorre sua exigência, porque este objeto não pode ser exaurido, visto que todo processo de comunicação é, se não imperfeito, certamente parcial.

24 Moretti (2003), em seu livro *Atlas do romance europeu – 1800 – 1900*, contribui com a presente discussão no momento em que comenta a influência espacial no ato de articular as tramas literárias. Em suas palavras: “O espaço não é o ‘fora’ da narrativa, portanto, mas uma força interna, que o configura a partir de dentro [...] nos romances europeus modernos, o que ocorre depende muito de onde ocorre. Assim, quer saibamos ou não – fazemos tantas coisas, sem saber que as estamos fazendo, seguindo ‘o que ocorre’ produzimos um mapa mental dos muitos ‘ondes’ dos quais nosso mundo é feito” (MORETTI, 2003, p. 81).

Desta feita, percebe-se que qualquer indivíduo acaba por criar a realidade enquanto a conhece, produzindo as suas subjetividades dadas pelas experiências estéticas daí resultantes, pois: “A afirmação da origem da realidade não está no real, mas na leitura que fazemos. A verdade histórica não tem uma existência empírica e independente de nós, os leitores; existe porque nós, os leitores, somos seus criadores” (ACHUGAR, 2006, p. 136).

Em decorrência de tal concepção, tanto a arte, de forma mais afetiva, quanto o estudo científico, de forma mais objetiva, produzem o conhecimento de mundo, enquanto auxiliam na própria criação do mesmo. Desta feita, a arte de conhecer, tanto nas práticas artísticas quanto nas científicas, é resultante da relação estabelecida entre os envolvidos nesses processos. Isso é o que Quintás (1993) denomina como interação criadora:

A forma de conhecer mais perfeita não é a que realizamos com atitude incomprometida, objetivante, como um sujeito que se defronta com um objeto, mas a que realizamos através de encontro, respondendo à apelação que a realidade conhecida nos dirige. Por se tratar de um gênero de interação criadora, a experiência estética, como todo tipo de jogo, se converte numa fonte de luz (QUINTÁS, 1993, p. 17).

Deste jogo resulta uma fonte de luz, inspiradora, que pode servir para que o indivíduo materialize suas impressões/conhecimentos do real através da linguagem²⁵, como evidenciado por Marcondes (1992, p. 134):

[...] temos uma interpretação da linguagem como um sistema simbólico permitindo a comunicação humana, e em última análise, a constituição do significado da experiência humana, enquanto social, cultural. Significado este que, por sua vez, não é nem subjetivo, individual, nem objetivo, autônomo, mas intersubjetivo, isto é, constituindo-se a partir da interação humana, do mundo da cultura.

25 Entrementes, gostaríamos de salientar que a linguagem possui seus limites, devido à mesma dificilmente conseguir expressar o todo do pensar humano, pois, como apontado por Ferrara (2007, p. 7): “[...] todo processo de comunicação é, se não imperfeito, parcial”.

O ser humano acaba por se conhecer a partir destas interações, produzindo meios para se comunicar, de modo que esses meios são os mais variáveis possíveis. Tanto a linguagem artística como as mais diversas linguagens vistas no cotidiano podem ser instrumentos de comunicação, em que os diferentes, a partir das subjetividades inerentes a cada um, produzem um conhecimento de mundo dado pelas formas discursivas que os mesmos constroem por meio de sua interação com o meio. “A linguagem deve, assim, ser considerada fundamentalmente como discurso, e não como um sistema de natureza formal” (MARCONDES, 1992, p. 135).

Aqui cabe discutir um conceito central para pensarmos a questão da produção de sentido que a literatura pode apresentar em relação ao mundo: a mimesis (AUERBACH, 1987) – arte de imitar/representar certa realidade por meio de técnicas que possibilitem tal feito. Bernardo (1999) já apresenta elementos importantes para se pensar a representação, pois a arte de criar será dada a partir de elementos que constituem o entorno de determinado autor, e a representação, pelas formas com que o pesquisador se depara com o seu objeto e o pensa.

Nesse sentido, Merleau-Ponty (1996, p. 393) muito corrobora para entendermos que “[...] o mundo nos obceca até no sono e é sobre o mundo que sonhamos”. Esse pensamento de Merleau-Ponty vai ao encontro do que estamos aqui argumentando, qual seja, que só podemos elaborar sentidos para o mundo porque estamos nele mergulhados, até em nosso devaneio mais ilógico estamos inseridos no contexto do mundo. É através do ato perceptivo que construímos e consolidamos nossa existência, somos um contínuo interagir de nosso corpo enquanto carne e sentimentos, enquanto racionalização e desejos, enquanto intelecção e puro imaginário com o espaço que nos envolve fisicamente e que assim o produzimos em seus sentidos e significados. Interagimos com os elementos espaciais que nos circundam. Desta interação, é possível construirmos elementos perceptivos do mundo, que ficam em nossa consciência possibilitando o encontro ou a construção da nossa, segundo Merleau-Ponty (1996), existência espacial, num contínuo conflito de imagens que se materializam em nossas mentes:

Dissemos que o espaço é existencial; poderíamos dizer da mesma maneira que a existência é espacial, quer dizer, que por uma necessidade interior ela se abre a um ‘fora’, a tal ponto que se pode falar de um espaço mental e de um ‘mundo das significações’ e dos objetos de pensamento que nelas se constituem (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 393).

A partir do momento em que aceitamos o contínuo interagir na construção espacial, um interagir dado pela existência e a base física espacial, adentramos num ponto muito interessante que é o papel do autor, um indivíduo que cotidianamente passa por este processo de interação entre sua existência e sua espacialidade vivida. Nesse ponto, a mimesis toma relevância enquanto processo que visa representar os elementos físicos do espaço, mas que só tomam significado quando o imaginário de nossas experiências espaciais cotidianas se projeta sobre esse mundo e, assim, coloca-o como realidade. Percebendo que o ato criador passa pelo campo do seu contexto histórico-espacial e do momento psicológico que o autor vivencia²⁶, são os elementos fundantes do ato de viver que acabam por culminar nas tramas narradas durante o processo criador. As personagens se movimentam, possuem atitudes, questionam determinado fato, usam determinadas vestimentas, revelando as facetas das formas perceptivas que o autor tenta exprimir através de um meio linguístico²⁷ – no caso, o literário.

Esse processo de criação de uma obra literária, a partir da perspectiva do autor, como um ser humano que interage com o mundo, acaba por criar um “mundo(s)” em sua obra; finge uma espacialidade com o enredo narrativo. Entretanto, esse enredo só toma sentido de fato quando os elementos mimetizados na obra estabelecem contato com o leitor, ampliando, assim, o diálogo do homem com o mundo através da obra. A partir desse contato, as experiências espaço-temporais vivenciadas pelo leitor servirão de parâmetros para ele estabelecer significados às experiências narradas no romance, as quais reverberam no imaginário e em elementos perceptivos e intelectuais do leitor, permitindo um transbordar dessa espacialidade fingida que se projeta no espaço da vida do ser leitor²⁸. Aí se dá o aspecto mais rico desse dialogismo,

26 Ver Amora (2006, p. 114).

27 Aqui se encontra a pertinência para um trabalho como este, tentar compreender as formas analíticas que o literato tivera frente ao contexto histórico, espacial, ideológico, político de formação do território sul-mato-grossense.

28 Neste momento, destacaremos Culler (1999), e o presente autor assevera que: “Estudar algo como a literatura [...] é olhar sobretudo a organização de sua linguagem, não lê-la como a expressão da psique de seu autor ou como o reflexo da sociedade que a produziu” (CULLER, 1999, p. 33). Concordamos que a literatura deva ser analisada a partir da análise da linguagem (discurso), todavia, apropriando-nos do pensar de Amora (2006), Moretti (2003) e Lotman (1978), acreditamos que devemos levar em consideração a *psique* e o contexto societário em que a obra literária emergiu, pois, segundo Lotman (1978, p. 361): “Os modelos históricos e nacionais-

a intersubjetividade (BRAIT, 2005, p. 29) exercitada pelos sujeitos por meio do espaço vivido do autor/leitor e do espaço fingido da obra que se imbricam no processo de criação do mundo enquanto espaço de experiências humanas, ressignificadas no próprio ato de instaurar a vida.

A literatura é linguagem que pode ser entendida enquanto discurso, ou seja, a forma mais convencional e institucionalizada de se comunicar. O discurso literário, portanto, segue determinados padrões estéticos, acadêmicos e gramaticais que tomam determinadas formas e conteúdos a partir do contexto histórico, social, cultural, político, econômico, ideológico nos quais tanto o autor como o leitor se encontram.

Uma obra literária, portanto, por meio do contexto espacial-temporal em que foi elaborada, estrutura-se numa determinada forma discursiva. Contudo, conforme os mecanismos culturais dos vários grupos sociais, em sua diversidade espacial ou ao longo do tempo, as singularidades das ferramentas interpretativas podem permitir que o discurso literário, presente na gênese de determinada obra, possa transcender seus limites originais e transbordar para além dos referenciais institucionais e convencionais, produzindo ressignificações que se adaptem à criação literária, ao tempo e à espacialidade vivida pelos novos leitores.

Nesta direção, podemos pensar a literatura enquanto narrativa – segundo a concepção de Walter Benjamin (1993). O narrador seria o sujeito que busca evidenciar as experiências espaciais produzidas num tempo passado, atualizando-as significativamente para o espaço do agora. Temos de ter consciência de que este ato de narrar tem todo um valor social, pois estas narrativas devem ser lidas e compreendidas no sentido do indivíduo que as ouve ou entra em contato com as mesmas para poder abstrair elementos ou signos que melhor o orientem espacialmente no tempo-de-agora. O que se coloca a partir dessa possibilidade de o leitor interpretar o discurso literário como narrativa social, fazendo dele um narrador da construção histórica dos processos que auxiliam a entender a lógica espacial da sociedade atual, é que a efetivação desse leitor/narrador pressupõe um domínio dos elementos e conceitos geográficos que permitam a ele ser um sujeito/leitor mais conscientemente espaço-temporalizado.

linguísticos do espaço tornam-se a base organizadora da construção de uma ‘imagem do mundo’ – de um completo modelo ideológico, característico de um dado tipo de cultura”.

Uma vez conscientemente espaço-temporalizado enquanto sujeito, poderá fazer referência aos conceitos geográficos trabalhados em suas vivências mundanas, e enquanto leitor será um indivíduo que, fazendo uso dos referenciais teóricos estudados e apreendidos no ato de viver hodierno, perceberá a realidade vivenciada por ele, presente mimeticamente nas obras literárias, fazendo parte do seu cotidiano social concreto e simbólico. Este sujeito mais consciente de sua espaço-temporalidade não é um sujeito em si – ser que pensa em si separado de sua extensão e do outro; ele é o que se efetiva na relação, no dialogismo do ser com/no mundo, estabelecendo diálogo e deixando de ser um mero receptáculo, quanto no que toca à parte da aprendizagem dos conceitos, ou referenciais, trabalhados dentro da ciência geográfica, quanto também no que toca às suas vivências cotidianas e suas leituras de obras literárias, produzindo um: “[...] sujeito da enunciação no espaço de seu discurso” (BRAIT, 2005, p. 67).

Nesta perspectiva dialógica, vale pensarmos a utilização da geografia enquanto uma ciência que venha no sentido de auxiliar o indivíduo no processo de entendimento de sua relação de localização espacial, em sua relação com o Outro, capacitando-o para melhor interpretar as experiências que o ser humano produziu em outro espaço-temporalidade por meio da criação que as mesmas sofrem na narrativa literária, permitindo, assim, a produção de referenciais e sentidos polifônicos (BAKHTIN, 1988), que cobram as devidas interpretações para as experiências espaciais atualmente edificadas.

Compreender o conceito de identidade territorial através do diálogo com a linguagem literária pode se apresentar de forma profícua, pois permitirá que as concepções conceituais, identitária e territorial, aproximem-se das tramas articuladas durante o ato de viver. Isso produz sentidos outros para os estudos geográficos, possibilitando a construção de conceitos ricos de subjetividades. Assim, a busca da compreensão da identidade sul-mato-grossense pode ser vislumbrada por meio de lógicas organizacionais diferenciadas, em que daremos voz e razão às outras formas de expressão que procuraram relatar como o território de Mato Grosso do Sul foi se formando, apontando os elementos que parte da sociedade qualifica como de identificação social e territorial. Nas palavras de Bhabha (1998, p. 42): “Viver no mundo estranho, encontrar suas ambivalências e ambiguidades encenadas na casa da ficção, ou encontrar sua separação e divisão representadas na obra de arte, é também afirmar um profundo desejo de solidariedade social”. Ao inserirmos outras formas de expressão na compreensão identitária

sul-mato-grossense, conseguiremos perceber que o processo de identificação está em andamento. Diante disso, o conceito de identidade territorial deve acompanhar o mesmo e não cristalizar a realidade social num específico momento temporal e espacial.

Nolasco (2008, p. 18), ao discutir o conceito de região, sob a perspectiva dos comparatistas, apresenta a seguinte ideia:

No plano da transversalidade, o ontem e o hoje se encontram, assim como o arcaico e o moderno mantêm-se na reconfiguração de uma dada região cultural. Por isso mesmo, torna-se relevante refletir sobre as produções regionais enquanto narrativas que são tessituras do local; apesar da fluidez da ideia de região e regionalismo, a investigação nesse campo tende à consolidação de uma série de escritores, obras e produções simbólicas de modo geral, que justificam o rótulo de uma literatura regional.

Este espaço narrado pelo literato é arquitetado dentro de suas experiências espaciais. Diante disso, estudar literatura é estudar as próprias manifestações sociais e territoriais que se desenvolvem durante o processo de identificação territorial/regional. Conquanto, para o momento, nos deteremos sobre a discussão territorial nestas palavras iniciais, pois esta discussão será aprofundada no subitem que segue.

Ao se considerar a discussão sobre a identidade territorial, procurar-se-á, aqui, compreender os atos de significar e representar do artista, ou de qualquer indivíduo que se comunique através das mais variadas linguagens, dando destaque para o fato de que o significar e o representar o real se assentam justamente, como já mencionado, no *locus* de enunciação de quem representa e ressignifica essa realidade. Os atos de significar e representar estão, portanto, respaldados diante da identidade que o enunciador deseja que se visualize. Nesse sentido, trazemos as memórias de Demosthenes Martins para o debate identitário sul-mato-grossense, levando em consideração que sua obra, por se tratar de memórias, participa da representação histórica e da identidade cultural sul-mato-grossense²⁹. Desta feita, podemos

²⁹ Aqui, cabe citarmos Bosi (2003), quando a autora trabalha a questão da narrativa, dizendo que a mesma, seja explicadora ou legitimadora, serve para difundir e transmitir o poder de quem enuncia. Nas palavras da autora: “E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (BOSI, 2003, p. 17-18).

destacar Pollak (1989), que argumenta que as memórias são tecidas, como em um *front* de sombras, de silêncios e não ditos, e estes são dados a partir do fato de que o ser, como já dissemos, quer se representar no agora, tendo como referencial as convenções que os processos civilizadores (ELIAS, 1993) estruturaram diante das transformações históricas. Assim, os não ditos, os sombreamentos, não se apresentam estanques, e sim em constantes movimentos, pois as conjecturas históricas se modificam e aquilo que outrora não era de agrado, hoje pode não mais participar do que a sociedade qualifica como estranho às normas sociais, ou nas palavras de Pollak (1989, p. 8):

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.

Pollak (1989) trabalha com a memória na perspectiva do coletivo, pois as lembranças pessoais participam de uma relação maior, que são as histórias que terceiros trazem e “ofertam” para iluminar nossas recordações, elementos que outrora havíamos esquecido e, em determinado momento, são retomados por terceiros. Neste processo, segundo Pollak (1989, p. 4), interpretando o pensamento de Halbwachs, está inclusa a seletividade da memória como o processo de negociação³⁰ da mesma, pois nas palavras de Halbwachs (*apud* POLLAK, 1989, p. 4):

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.

Outro referencial que pode auxiliar a pensar a questão da memória encontra-se na bela letra da música *Doze anos*³¹ (1979), escrita pelo cantor e compositor Chico Buarque, em que o

30 Podemos fazer referência à ideia de identidade segundo Hall (2006), também negociada frente à relação dos diferentes.

31 Chico Buarque “parafraseia” o famoso poema *Meus oito anos*, de Casimiro de Abreu, que se inicia com o

mesmo versa sobre o tempo de infância – que pode ser a de qualquer indivíduo. Chico Buarque, nessa canção, relata as aventuras e desventuras que qualquer jovem pode vivenciar em diferentes localidades, como chutar latas, jogar botão, rodopiar pião, jogar futebol de rua, pular muro, ver mulher nua, fazer guerra de pipa no céu etc. Todavia, a parte que mais interessa para pensarmos a questão da memória advinda da zona de sombreamento é a passagem em que ele diz “fazendo troca-troca”. Esta passagem nos faz pensar que indivíduo, hoje, inserido numa sociedade, em sua grande maioria, patriarcal e cristã, vai assumir que quando criança realizou este ato, que para as crianças não necessariamente passa pela questão do homossexualismo, e sim pelo encadeamento de conhecimento e reconhecimento enquanto ser humano, que ainda não conhece todas as normatizações do processo civilizador. Desta feita, deve-se levar em consideração que a memória é revestida de múltiplas formas, como conseguimos observar na letra da música citada acima.

Chico Buarque cita as brincadeiras mais rotineiras durante o processo de formação do indivíduo e que, segundo os padrões sociais, tornam-se comuns, todavia, quando o mesmo destaca o “troca-troca” sua música ganha em especificidade e foge dos padrões sociais normatizados, contextualizados. Claval (2001, p. 83) também contribui com a presente discussão:

Na medida em que a ação humana é fundada diretamente sobre o instinto, mas sobre o instinto contextualizado, normatizado e canalizado pela cultura, ela supõe memorização de esquemas de condutas, atitudes, práticas e conhecimentos. As formas que revestem a memória são múltiplas.

Ao retomarmos a questão da memória coletiva, podemos inferir que mesmo o indivíduo escondendo o ato que realizara enquanto criança, esta lembrança pode ser retomada por seus companheiros de “troca-troca”, que, na contemporaneidade, não veem problemas em aceitar aquilo que outrora realizaram. Todavia, esta memória/recordação acaba sendo negociada den-

seguinte verso: “Oh! Que saudades que tenho / da aurora da minha vida, / Da minha infância querida / Que os anos não trazem mais! / Que amor, que sonhos, que flores, / Naquelas tardes fagueiras / À sombra da bananeiras, / Debaixo dos laranjais!” [...] (ABREU, 1985, p. 43).

tro da relação que se estabelece entre ambos no agora, pois, por algum motivo qualquer (até mesmo para não constranger seu parceiro de “troca-troca”), o que agora não vê problema em assumir este ato acaba por omitir a participação de seu amigo³².

Aqui, iremos nos ater às memórias de Demosthenes Martins, seu enquadramento (POL-LAK, 1989, p. 9) memorialístico e, a partir da visão que temos no hoje, trazer para esclarecer suas memórias outros referenciais, com o intuito de observarmos quais foram os acontecimentos/fatos/grupos sociais que Martins, em sua obra, *A poeira da jornada*, representa, assim como aqueles que ele não levou em consideração. Este não levar em consideração pode ter acontecido por diversos motivos, seja pela omissão ou simplesmente por não ter as preocupações que suscitamos com a nossa leitura. Entretanto, como pesquisadores e, principalmente, como receptores de sua obra, acreditamos que devemos fomentar a discussão a partir daquilo que não vimos na obra e que gostaríamos de ter visto, acreditando que: “Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (BOSI, 2003, p. 18). Cabe destacar Foucault (2009), no momento em que agradece a M. Dumézil, no fim da sua aula inaugural no Collège de France (02/12/1970), publicada com o título de *A ordem do discurso*:

[...] foi ele que me ensinou a analisar a economia interna de um discurso de modo totalmente diferente dos métodos de exegese tradicional ou do formalismo linguístico; *foi ele que me ensinou a detectar, de um discurso ao outro, pelo jogo das comparações, o sistema das correlações funcionais; foi ele que me ensinou como descrever as transformações de um discurso e as relações com a instituição* (FOUCAULT, 2009, p. 71).

É através do entendimento do jogo discursivo e suas transformações como relações que procuraremos compreender a formação identitária territorial sul-mato-grossense.

32 Esta discussão pode estar atrelada à questão que Foucault denomina como *Microfísica do Poder* (2007), pois o “amigo” que, na contemporaneidade, não vê problemas em assumir o ato, se retrai frente ao Outro, todavia, o Outro retraído também exerce poder. É frente a estas relações de poder que a memória, como a identidade, vai sendo arquitetada.

Identificação territorial: caminhos para compreender a formação territorial sul-mato-grossense

[...] uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto (HAESBAERT, 1996, p. 178).

Como apontado por Haesbaert, a questão da identidade territorial está diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento que os indivíduos constroem com o território. Este vínculo se estabelece de diversas maneiras, seja a partir dos elementos enaltecidos enquanto típicos ou pitorescos de uma dada espacialidade via concepção simbólica, seja através da busca de elementos concretos, utilizados como referência identitária.

Percebe-se que os indivíduos “buscam” (in/conscientemente) consolidar a construção de uma possível identidade territorial, arquitetando vínculos de pertencimento. Nesta perspectiva, elegeu-se a noção de dentro e de fora: o que estava do lado de lá da fronteira era o Outro, que foi construído para enaltecer o “eu”, o próprio, separado de nós através de uma linha imaginária que, com o passar do tempo, materializou-se em determinados fenômenos e objetos representativos da construção de um processo de identificação territorial. A partir do Outro, buscamos nos constituir, construindo símbolos que representem quem somos, formando, assim, nossa identidade territorial. Como diz Woodward (2000, p. 9): “A identidade é, assim, marcada pela diferença”³³.

O reconhecimento da diferença nunca é harmonioso e acabado, pelo contrário, por se fundar na diversidade, a diferença é fruto desses conflitos de interesses e necessidades em constante processo de transformação. O que se tenta estabelecer como identidade acabada e definitiva, incorporada pelo discurso oficial, hoje acaba conflituoso com a dinâmica social,

33 A esse respeito, o próprio processo de interação do leitor com a obra ganha em especificidades identitárias, pois os poemas e os romances se dirigem a nós de forma a sedimentar o processo de interação, e isso resulta na identificação, elemento gerador da identidade. Nas palavras de Culler (1999, p. 111): “Os poemas e os romances se dirigem a nós de maneira que exigem identificação, e a identificação funciona para criar identidades”.

que sempre ressignifica e redefine esse sentido de pertencimento para um espaço futuro a ser construído. Nas palavras de Bhabha (1998, p. 76):

[...] a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser *para* um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação, como inferimos dos exemplos precedentes, é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura do Outro de onde ela vem.

Dentro da tensão de interesses, que realiza a eleição de elementos simbólicos e concretos, os quais se apresentam no nível do indivíduo, é que a noção de pertencimento territorial se firma. Nesse sentido, muito ilustrativa é a fala de Haesbaert (2002, p. 158):

O território [...] não seria um simples instrumento de domínio político-econômico e/ou espaço público de exercício de uma (pretensa) cidadania, mas efetivamente um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a “natureza”.

Resultante da busca pela identificação é o conflito, de modo que é o contínuo conflito que passa pelo nível do sujeito em relação ao seu grupo social, ao conjunto da sociedade e do estado como um todo. Nesta perspectiva, evidenciada por Bhabha (1998), perscrutamos que a identidade se dá a partir da interação, mas uma interação estabelecida via conflitos que acabam por fazer com que determinada cultura aceite parcialmente, ou totalmente, a cultura do Outro.

Todavia, também pode haver a recusa dos elementos culturais em prol de uma “autenticidade” da localidade. Isto é denominado por Hall (2006)³⁴ como negociação. Os “diferentes” se veem obrigados a negociar e, assim, o território acaba sendo este elemento de reestruturação cultural que expressará as formas com que a sociedade vai negociando e se formando enquanto município, estado da federação ou Estado-Nação. Conforme as palavras de Bossé (2004, p. 163):

34 “Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2006, p. 88).

A identidade é uma construção social e histórica do ‘próprio’ [do *soi*, do *self*] e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço.

Nessa direção deve-se, ao pensar a questão da identidade territorial, levar em consideração quem é, ou são, o(s) enunciador(es) do processo simbólico e histórico de identificação territorial. Faz-se importante ter ciência de quais foram os arranjos políticos, econômicos, culturais, ideológicos que promoveram a construção dos meios simbólicos que ofertaram a identificação territorial; no caso deste trabalho, o arranjo dos grupos sociais que efetivaram a identificação territorial sul-mato-grossense.

Tendo consciência dos enunciadores, conseguiremos melhor compreender os elementos que foram enaltecidos como de identificação social, pois “[...] todo lugar de enunciação é, ao mesmo tempo, um lugar concreto, verdadeiro, e um lugar teórico ou desejado” (ACHUGAR, 2006, p. 19). Sendo a procura do local de enunciação chave para entendermos a identificação territorial a partir do seu caráter transitório, pois conseguiremos identificar as transformações ou reterritorializações que as articulações sociais vão tecendo através da inter-relação com a base física que vivenciam, assim ofertando características diferenciadas ao território dentro das mais variadas escalas temporais, nas palavras de Souza (1995, p. 81): “[...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Desta feita, levando em consideração os enunciadores do discurso, poderemos compreender as invisibilidades que ocorreram durante o processo de formação histórica espacial, ou seja, aquilo que era concebido enquanto *différence*, o Outro ou a alteridade não inserida no processo de formação identitária territorial. Aqui cabe destacar Foucault (2009), quando levanta sua contundente hipótese relacionada à produção do discurso, afirmando que o discurso é, ao mesmo tempo, controlado, selecionado, organizado e distribuído a partir das tramas de interesses que envolvem o enunciador do discurso, que pode esquivar-se daquilo que venha de encontro com o que ele almeja “ser” ou o que ele apresenta “ser” para a sociedade. Nas palavras de Foucault (2009, p. 9):

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Nesse sentido, vale ressaltar a questão dos sobreamentos. Brandão (2005), analisando o romance de Antonio Tabucchi – *Noturno indiano* –, pensa a questão da identidade nacional tendo como referência metafórica o percurso de sombras. Para o autor, a noção de identidade nacional é dada a partir do imaginário de quem a produz³⁵. Ao mesmo tempo em que produz sentidos e significados para iluminar determinada comunidade também produz as sombras, outras paisagens que o discurso generalizante ou excludente não nos permite visualizar. Nas palavras de Brandão (2005, p. 23): “Há [...] outro espaço que margeia o percurso retilíneo da luz; há outra paisagem, que se esquia à visibilidade pretensamente total”. O ato de imaginar é um ato egocêntrico porque comunga na procura da visibilidade dos seus iguais, desta monta, é o celebrar a si, dentro dos seus iguais, negando ou marginalizando, até mesmo colocando nas sombras os “diferentes”, segundo Brandão (2005, p. 22):

Se a nação é, conforme pretende Benedict Anderson [...], uma comunidade imaginada, a condição de imaginar é definidora, mas também instabilizadora da noção de comunidade. O imaginário viabiliza a luz nacional, mas, simultaneamente, nela inocula sombras. Para se indagar o imaginário nacional, pode-se partir, portanto, de duas poderosas vertentes: um imaginário da luminosidade, que se manifesta nos inúmeros discursos e realidades que, pelas mais diversas razões e métodos conquistam o poder de celebrar a si próprios; um imaginário da penumbra, cujas concretizações são a contradita de tal poder, as variáveis que perturbam o equacionamento e os princípios de seus métodos e razões.

35 Nesse sentido, cabe destacarmos Bhabha (1998) quando trabalha a questão da *Disseminação*, em que procura discutir como a ideia de nação é arquitetada pela afiliação social e textual, por parte dos membros da nação, todavia, Bhabha (1998) argumenta que as categorias acima devem ser consideradas via a história específica e significados particulares frente às diferentes linguagens políticas. Desta feita, para entender a questão da nação, segundo Bhabha (1998, p. 199), deve-se levar em consideração: “[...] as estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome “do povo”, ou “da nação”, e os tornam sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias”.

Brandão contribui para pensarmos a questão da identidade territorial, seja a questão regional ou a estadual, pois ambas acabam por participar dos mesmos princípios de imaginação, dados a partir dos enunciadores do discurso, como o de sombras, de invisibilidades, cujo cogitar o processo de identificação se constrói, pois a identidade só existe pela criação imaginária de estereótipos – signos que representam dadas comunidades/grupos. Esses estereótipos são analisados por fora, ou seja, pelo olhar do outro que se compara e que acaba por criar ou formar a sua identificação.

Tal identificação se desenrolará de múltiplas maneiras, seja através dos rituais sagrados que determinado grupo desenvolve em seu território, seja pela forma com que cuida da lavoura. Contudo, este olhar é seccionista e, muitas vezes, está carregado de preconceitos no que diz respeito à crença na existência da superioridade de um perante o Outro. Exemplo caro é o olhar dos ocidentais – localizados no hemisfério norte – direcionado aos países localizados no hemisfério sul; e também nos olhares, aproximando o exemplo para mais perto das nossas empirias brasileiras, que grande parte dos moradores da região sudeste direciona tanto para a região nordeste do país como para as regiões Centro-Oeste e Norte do território nacional. É um construir-se dentro do processo de negação e um supervalorizar-se em detrimento dos Outros. Todavia, durante o processo de interação social, acaba-se esquecendo como estas identidades são promíscuas, pois ambas possuem muito umas das outras. Além disso, o ato de negação é dado somente nos olhares generalizantes e artificiais, pois ao aproximar os olhos efetivamente para mais próximo do Outro se perceberá o quanto de igual possuem. Enfim, guardando as proporções, cada localidade, à sua maneira, é o mundo (SANTOS, 1997).

No caso de Mato Grosso do Sul, o índio, o negro e outros grupos sociais que não se atrelam ao modo de ser e estar ocidental/capitalista foram negados ou, em muitos casos, julgados inferiores na construção do processo de identificação, sendo silenciados e colocados numa terceira margem³⁶, pois não atendiam aos anseios de uma camada de privilegiados que estava se

36 A invisibilidade, o silenciamento, o colocar numa terceira margem contribuem para explicar os atuais conflitos de terra pelos quais passa o Mato Grosso do Sul, em que os indígenas reivindicam o direito a terra,

assentando no poder, arquitetando referenciais que os distinguissem destes Outros, clamando por uma camada de “pioneiros” e “desbravadores” que legitimassem suas famílias no poder político e administrativo de uma porção territorial que buscava se emancipar politicamente de Mato Grosso³⁷.

Frente a uma identificação dada pelos opressores é que Mato Grosso do Sul vai se formando. Os pioneiros ou os desbravadores adentram e começam a eleger símbolos que legitimam suas práticas de dominação em solo sul-mato-grossense. Contudo, estes símbolos vão se consolidando como universais e buscam expressar um todo da camada social que habita a parte sul de Mato Grosso. Mas esses elementos, enaltecidos enquanto sul-mato-grossenses, acabam não expressando todas as significações que o conjunto dos diversos grupos sociais produzia a partir da construção dessa territorialidade. Em território sul-mato-grossense, os diversos grupos sociais que o compõem elegem elementos outros para se identificar, pois a identificação se assenta naquilo que os “iguais” destacam como próprio ao seu grupo.

Num movimento que vem ao encontro do questionamento dessas práticas hegemônicas de identificação, podemos fazer menção à necessidade, tomando emprestadas as palavras de Achugar (2006), do “balbucio”³⁸, elementos dos quais os diferentes grupos sociais que ocupam o território sul-mato-grossense se utilizaram para expressar suas reais condições de vida cotidiana. Segundo Achugar (2006, p. 14), “[...] o balbucio é nosso orgulho, nosso capital cultural, nosso discurso raro, nosso discurso *queer*”. Esta frase foi escrita tendo como motivação a necessidade de os povos do Sul ou grupos, que foram secularmente marginalizados ou excluí-

para que eles possam garantir a produção e a reprodução das suas vidas. Contudo, no discurso oficial, os índios são silenciados e o exaltado é o direito dos fazendeiros as terras, pois são parentes dos pioneiros, dos desbravadores que trouxeram o dito “progresso” que hoje gozamos.

37 O presente assunto será retomado no decorrer do entendimento da invenção territorial sul-mato-grossense através da obra *A poeira da jornada: memórias*, de Demosthenes Martins.

38 Nesse momento, podemos fazer alusão aos “balbucios” comparados aos estudos pós-coloniais, pela perspectiva de narrar a história (ou estória) da modernidade capitalista tendo como perspectiva outro viés interpretativo, para além da centralidade hegemônica europeia de entendimento. Nas palavras de Hall (2009, p. 106): “Essa renarração desloca a ‘estória’ da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas ‘periferias’ dispersas em todo o globo”. Contudo, devido a nossa preferência analítica, ater-nos-emos ao conceito de “balbucio”. Quem quiser se aprofundar mais sobre os estudos pós-coloniais, ver Hall (2009) e Bhabha (1998).

dos dentro do grande complexo do sistema-mundo, de se colocarem, de se escreverem a partir de suas reais condições de vivências. Aqui nos apropriamos dessa expressão para afirmarmos a necessidade de pensarmos o processo de identificação territorial através dos balbucios que foram sendo arquitetados pelos Outros, historicamente silenciados.

Revel (1998), discutindo a questão escalar da história microssocial e da macrossocial, aponta-nos importantes contribuições para pensarmos o processo de identificação territorial. O autor assegura que é de grande importância para os estudos historiográficos pensarmos a relação direta entre o micro e o macro, pois o micro está no macro como o macro está no micro. Além do mais, a escala micro pode ser melhor compreendida a partir do momento em que os historiadores inserirem os contextos que auxiliaram a formação de determinado fenômeno estudado.

Ao possibilitar uma aproximação analítica, a escala micro permite uma melhor compreensão dos problemas ou mazelas enfrentadas pelo objeto/sujeito alvo de estudo, coisa que a escala macro não permite devido ao alto grau de generalização. Nas palavras de Revel (1998, p. 32): “A aposta da análise microssocial [...] é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se insere no maior número de contextos diferentes”.

Nesse sentido, a geografia deve fazer uso interpretativo dessa dinâmica escalar para melhor compreender o processo de identificação territorial, visto que, desta maneira, o conceito de identidade pode ser ampliado e enriquecido com as leituras dos fenômenos, ideias e ações que possuem diferentes escalas de manifestação e se inter-relacionam de forma concreta e/ou simbólica no lugar em que o sujeito pensa/vive o mundo.

Diante dessa dinâmica escalar, cabe ao geógrafo procurar ouvir as vozes que foram colocadas numa terceira margem e que, diante disso, são esquecidas durante o processo de identificação territorial, ou seja, encontrar o lugar dos sujeitos e dos símbolos que foram forçados a não ter lugar, aparentando, portanto, não possuírem uma escala física ou imaginária de manifestação no território.

No caso de Mato Grosso do Sul, esta política de silenciamento do Outro pode ser explicada pelo fato de os ditos pioneiros, ou desbravadores, terem o desejo de se colocar, ou

se representar, a partir das mesmas formas/maneiras de civilidade dos principais centros econômicos, políticos etc. do Brasil. Buscavam outras formas de civilidade, respaldadas em outras paisagens, em grande maioria, fundamentadas na vontade de deixarem de ser representados através do estigma ou do espaço da *barbárie* (GALETTI, 2000, p. 239), deixando essa conotação aos habitantes da parte norte ou hoje Mato Grosso (a presente discussão será aprofundada no terceiro capítulo). Este Outro, a que os pioneiros se pautam, são aqueles oriundos das elites brasileiras localizadas nos grandes centros urbanos da hoje região sudeste do país³⁹. Contudo, dentro do jogo de escalas, percebemos que a inter-relação escalar se encontra presente na constituição territorial brasileira, pois os moldes de civilidade que uma camada de privilegiados da região sudeste assumiu é oriunda das formas com que as elites europeias se organizaram.

É possível compreender que o processo de identificação territorial perpassa por um complexo jogo de escalas, em que, por causa do avanço nos meios tecnológicos de comunicação e de transportes, as informações vão sendo repassadas, causando assim um processo de contínuo embate. Esse embate ocorre entre as mais diversas formas culturais de organização espacial, pois as diferentes localidades acabam por receber informações sobre os “diferentes” e, desta maneira, acabam por se apropriar dessas informações e ressignificá-las em suas práticas cotidianas.

É frente a este jogo escalar que o processo de identificação brasileira, como também a sul-mato-grossense, vai se consolidando/firmando. Sempre um negar às reais condições que vivenciamos em nossas territorialidades para buscarmos no Outro, civilizado, os referenciais de identificação social que permitem formar a nossa identificação – tanto nacional quanto estadual.

Entrementes, fica claro que o processo de contato cultural transcende as vontades e os estereótipos arquitetados pelos grupos sociais dominantes que se organizam no território, pois, no momento de contato, os “diferentes” se relacionam e, assim, acaba havendo a inter-relação cultural, em que as diferentes culturas sentirão o estranhamento e a negação perante o Outro. Todavia, após o contato inicial, acontece uma transformação mútua em ambas, formando o

39 Fazemos alusão à atual região Sudeste, esta, no período, centraliza as decisões políticas, administrativas e econômicas do país. O Sul, no entanto, também participa desse imaginário, embora com um peso menor.

processo de identificação, um contínuo/processo que se realiza diante do Outro, uma vez que tanto a cultura que chega traz sua territorialidade na “bagagem”, quanto a que já está continua realizando suas práticas cotidianas. Haesbaert (1996, p. 184) assevera que:

Um exemplo analisado por nós em maior detalhe [...] revelou que determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem.

Resultante desse contato tem-se a formação de um processo de identificação híbrida ou de transculturação, um contínuo interagir e se apropriar do Outro (ou negá-lo) para dar legitimidade ao seu Eu, assim, conferindo o caráter de transitoriedade do processo de identificação territorial, pois o território não “é”, está sendo. Aceitar o processo de contato dos diferentes torna-se pertinente aos estudos geográficos, porque permite pensar a identidade territorial não como algo estanque, separada uma da outra, e sim como um conceito que abrange os “diferentes”. E, por se formar pelos diferentes é que esse conceito torna-se de difícil compreensão e exige uma quantidade maior de fontes que direcionem o pensar e o escrever sobre o processo de identificação territorial. Segundo Silva (2000, p. 87):

[...] o hibridismo – a mistura, a junção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas.

Desta forma, o território pode ser pensado como base física que se relaciona com os “diferentes”, permitindo que esses, dentro dos processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização, transterritorialização, ajeitem-se e, também, organizem suas relações socioespaciais. O território assume a função que permite a relação física e as relações socioespaciais na confecção ou na formação identitária. O território é a base física com que os diferentes grupos sociais vão se relacionar para representar as suas simbologias identitárias, construindo símbolos que os representem. Essas simbologias adentram em direta relação com as outras simbologias que expressam os Outros diferentes dentro do território, como, por ex-

emplo, nas festas da migração japonesa, festas nordestinas, italianas, alemãs, ou ainda, nas de Santos, como também, nos monumentos que enfeitam as cidades – estereótipos que buscam a legitimação do processo de identificação, seja pela exaltação do “pioneiro”, seja pelo destaque aos elementos naturais que compõem o território, além de outros meios simbólicos.

Frente a estas confluências de simbologias é que a territorialidade vai se organizando e formando o processo de identificação territorial, que também perpassa pelo processo de identificação social. Desse modo a geografia avança em suas análises territoriais, pois o conceito de identidade territorial se torna mais complexo ao levarmos em consideração que a identidade territorial vai sendo arquitetada a partir dos interstícios, dos vazios, das fronteiras, uma vez que a:

[...] fronteira é demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é poder pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser de marcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de intersecções (HISSA, 2002, p. 35).

Sendo um campo aberto a intersecções, a fronteira faz com que a identidade seja algo em constante transformação e reestruturação. Porque será o local no qual os diferentes irão se confrontar com os outros diferentes e, dessa interação conflituosa, resultará o processo de identificação, em que, como já mencionamos, haverá uma negociação e dessa negociação surgirá, momentaneamente, uma nova identidade territorial. Sendo assim, devemos conceber a fronteira enquanto o local da interpenetração (HISSA, 2002, p. 41), da mistura, do vago e do contínuo fronteirizar.

A identidade será sempre fruto de um momento histórico, espacial, ideológico, econômico que poderá ofertar o grau de autenticidade, ou não, a esta identificação. É importante aceitarmos que a identificação não vai ser desenrolada de forma simples. Assim, é necessário observarmos os locais em que estão sendo enunciados os estereótipos de identificação, pois as práticas de silenciamento precisam ser reveladas e, com isso, tentarmos insurgir a consciência dos diferentes grupos para que consigamos realizar um processo de democratização efetivo.

Durval (2008) corrobora com a presente ideia ao discutir a história regional. Para ele, os historiadores devem assumir posições de perscrutar através e para além do aparente, despendo-se de determinadas concepções de identificação regional, pois o historiador pode tanto confeccionar discursos que produzam a manutenção de uma determinada concepção regional, como pode ser o instrumento que auxilia a observar a região a partir de outro prisma. Nas palavras de Durval (2008, p. 67):

A história pode ser o discurso que fabrica e repõe as grades desta jaula, mesmo flexível, mas pode ser o discurso que nos ajuda a simular e experimentar a possibilidade de vê-la de fora, de seu exterior: um discurso que nos permita dela duvidar e dela se afastar, fazendo desta prisão casebres em ruínas, muros escalavrados e nós, como a lesma, recuperarmos a liberdade de irmos nus e úmidos, prenhes de novas trilhas, permitindo traçarmos novos caminhos brilhantes como a gosma do molusco pantaneiro.

A literatura aponta para essa perspectiva, tendo em vista que nos evidenciará as formas com que a personagem/autor se utilizou para expressar suas opiniões e angústias vivenciadas em solos sul-mato-grossenses. Esse autor, é importante destacar, escreve sob um ponto de enunciação que pode estar conjugado com as formas que as elites de Mato Grosso do Sul se utilizam como mote de identificação. Tendo ciência desse *locus* de enunciação, perceberemos como a identificação territorial foi se consolidando dentro do jogo de escalas, dos estereótipos e dos silenciamentos.

Mato Grosso do Sul, portanto, só é Mato Grosso do Sul através de seus elementos enaltecidos enquanto típicos/próprios do território sul-mato-grossense, porque uma trama de interesses articulados por lideranças de grupos sociais dominantes permitiu a captação dos diversos interesses e necessidades da maioria social, em prol da construção imaginária de um território diferenciado dos demais estados. Porém, cabe fazermos a seguinte indagação: quem estabeleceu essas fronteiras culturais dentro das fronteiras político-administrativas que limitam o território de um estado em relação ao Outro?

A resposta passa, necessariamente, por um conjunto complexo de elementos (processo de ocupação do território, definição de poder local, interesses econômicos diversos, características e interações culturais várias, conflitos políticos), que acabam contribuindo para que certas elites políticas, econômicas e intelectuais estabeleçam seus domínios territoriais. E que,

por fim, essas extensões sejam aceitas ou compartilhadas por boa parte da diversidade socio-cultural estabelecida no território delimitado, por exemplo, como Mato Grosso do Sul.

É no desvendamento desses agentes que o presente livro busca se “embrenhar”, tendo como mediadora a relação direta entre a linguagem científica e a linguagem artística, perscrutando a possibilidade de darmos voz a um conjunto maior de moradores do território do hoje Mato Grosso do sul. Há a ciência de que não podemos exigir de Demosthenes Martins questões que se colocam a partir de nossa recepção da referida obra analisada, no entanto, como pesquisadores e, principalmente, como leitores, acreditamos que podemos “olhar”/questionar e trazer os questionamentos para iluminar o entendimento da construção/confecção/invenção identitária sul-mato-grossense, apresentando, através do diálogo com as mais variadas fontes, a diversidade que se apresentava e que agora se presentifica no hoje Mato Grosso do Sul e que, por algum motivo, não foi trabalhada em *A poeira da jornada: memórias*.

Desta feita, mostra-se que a identidade territorial – por ser o espaço físico em que os indivíduos se movimentam e se relacionam, levando consigo as suas atividades culturais, ideológicas, econômicas, políticas – pode ser compreendida a partir do momento em que inserirmos as formas que o literato pensa e escreve as simbologias que buscam dar legitimidade de existência ao território. Pratica, assim, a invisibilidade, o silenciamento, o estranhamento em prol de um determinado grupo social ou não. O pensar a identidade territorial também pode ser um instrumento de insurreição (BHABHA, 1998) devido aos invisíveis, os silenciados, os estranhos buscarem se colocar e mostrar suas simbologias e os elementos que os mesmos elegem durante o processo de identificação territorial.



CAPÍTULO 2

A poeira da jornada em sua(s) temporalidade(s) e espacialidade(s): a obra no contexto geohistórico

Em Mato Grosso: adentrando solos sul-mato-grossenses

Demosthenes Martins rumou para solos sul-mato-grossenses em 5 de novembro de 1915, com o intuito de, enfim alcançar suas pretensões enquanto vivente que tem necessidades e possui sonhos/desejos. A viagem foi realizada pela estrada de ferro Noroeste⁴⁰. Tendo por destino Corumbá, logo que sai de Três Lagoas, cidade fronteiriça com o estado de São Paulo, observa, através das janelas do trem, em seu “tremitante” balançar, uma fina mata, árvores retorcidas, além da poeira vermelha que o trem fazia levantar. Assim relata sua chegada à antiga vila de Campo Grande-MS:

Ao nos aproximarmos da vila, a terra tomara uma coloração vermelha, da qual o comboio fazia levantar uma nuvem de poeira fina que invadia o vagão, sufocando os passageiros e tingindo as suas roupas de marrom. Um martírio (MARTINS, 1980, p. 37).

O martírio é dado pelas adversidades causadas pelo estranhamento que obteve ao entrar em terras desconhecidas, trazendo em sua bagagem concepções como ideários diferenciados de mundo ou de relações socioespaciais.

Outro fator que causou estranhamento a partir do contato com a espacialidade sul-mato-grossense foi a nomenclatura Mato Grosso. Tendo como mediadora outra espacialidade experimentada, como a Amazônica, Demosthenes Martins intuía que Mato Grosso seria uma

40 Importante meio de locomoção que auxiliou na reconfiguração espacial do sul do Mato Grosso.

grande extensão territorial coberta com uma densa mata⁴¹. Após seu primeiro pernoite em Campo Grande, continua a viagem. Logo que sai da hoje capital de Mato Grosso do Sul, indagando ao companheiro de banco se realmente estava no território de Mato Grosso. A pergunta é feita como consequência de toda a estranheza paisagística que observa, como podemos conferir na seguinte passagem:

No dia seguinte, deixando a vila, logo entestamos o amplo descampado, despido de árvores e mesmo de arbustos, em que se desatava o nosso horizonte. Na altura em que, depois, veio a ser a Vila Militar e a Base Aérea, perguntei ao companheiro de banco: Isto aqui é mesmo Mato Grosso? Nem mato fino existe... Sim - respondeu-me ele. É Mato Grosso. Estamos atravessando uma região de campos que se estende por muitos quilômetros, até Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. São os famosos campos da Vacaria, que aqui começam. O mato, o mato grosso que deu nome à terra, está no Norte do Estado! – Constatava, destarte, mais um paradoxo dos muitos que são aplicados a nossa toponomástica (MARTINS, 1980, p. 37).

Percebe-se que a existência espacial que Demosthenes Martins vivencia anteriormente serve como modelo comparativo, ou seja, o autor constrói uma realidade aprioristicamente formatada em sua mente e, por não encontrar a mesma, o estranhamento se faz presente; a realidade com que se depara, em solos sul-mato-grossenses, não corresponde à paisagem que metafisicamente criou para se orientar. Assim, ao invés de encontrar a floresta densa, observa áreas de cerrado, campos limpos e florestas tropicais, como vegetação específica do Pantanal⁴².

Como arguimos, Demosthenes Martins caminha rumo a Corumbá, cidade que, no período, toca a parte sul de Mato Grosso, e ganha destaque por se tratar de importante entreposto

41 Assim, Demosthenes Martins descreve sua impressão: “Deixando matas do território paulista, esperava encontrar uma floresta semelhante as que conhecera na Amazônia, um grosso mato, correspondente ao nome da terra em que me achava. O que estava vendo era desconcertante” (MARTINS, p. 36).

42 Sobre o assunto, de forma introdutória, ver Gressler e Vasconcelos, 2005, p. 167.

comercial, assegurada pela acessível navegação pelo rio Paraguai⁴³. Corumbá⁴⁴, principalmente após a Guerra da Tríplice Aliança, aumentou o recebimento de produtos do mundo, ainda mais no intenso processo de ampliação de mercados que os países desenvolvidos otimizavam com o intuito de ampliar a reprodução de seus capitais. A cidade também servia como entreposto para o escoamento dos produtos produzidos em sua região de abrangência (norte e sul de Mato Grosso) para os principais centros econômicos, tanto internacionais como nacionais. Nas palavras de Queiroz (2008, p. 40):

[...] a via platina oferecia também a possibilidade de contatos diretos com o restante do mercado mundial. Desse modo, o polo comercial de Corumbá tende a apresentar-se cada vez mais internacionalizado, sobretudo a partir de fins do século XIX, quando se amplia o movimento de exportação de capitais dos países centrais do capitalismo em direção aos países periféricos, numa fase que duraria até as vésperas da Primeira Grande Guerra.

A porção sul do território do antigo Mato Grosso, no princípio da colonização, foi recantada pelos projetos reais de ocupação, e isto se deve ao fato de que, em solos sul-mato-grossenses, os minerais ouro e diamante se apresentaram escassos. Em decorrência, as principais vilas, na parte sul do Mato Grosso, além das fortificações e de outras povoações, foram construídas como postos de passagem, lugares em que os comboios que transportavam mercadorias pudessem parar para o descanso da árdua viagem. Como Corrêa salienta (1999, p. 11):

Salvo raras povoações e fortificações, na prática, esta vasta extensão de terra caracterizou-se pelo colonialismo português como uma área de apresamento indígena e de passagem para outras regiões. Poucas foram as experiências de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a pecuária e o comércio de trocas.

43 Cabe mencionarmos que a historiografia demonstra que a discussão sobre a navegabilidade no rio Paraguai está recheada de especificidades – acordos internacionais. Quem quiser se aprofundar no tema ver Queiroz (2008).

44 Mais informações sobre Corumbá no fim do século 19 e início do 20 ver: Marin (2001), págs. 156, 157 e 158.

O interesse da Coroa pelos recursos auríferos fez com que Cuiabá ganhasse destaque econômico e político. Em consequência do fato, por um longo período, segundo Corrêa (1995, p. 52): “[...] a história de Mato Grosso confundiu-se com a própria história de Cuiabá, pelo menos até meados do século XIX”. Já a parte sul do estado, como resultado do desinteresse da Coroa, como já mencionamos, somente começou a experimentar um sistemático processo de ocupação após metade do século 19, nas palavras de Corrêa (1995, p. 52): “Quanto ao sul de Mato Grosso, e em especial a região pantaneira, apesar da existência de uns poucos povoados, guarnições e fazendas, só começou a ser sistematicamente ocupado a partir do segundo quartel desse mesmo século”. Percebe-se, então, que o processo de ocupação territorial vivenciado pela porção sul do antigo Mato Grosso só se efetivou devido ao advento das navegações a vapor, como a posterior construção da Ferrovia Noroeste do Brasil. Como Demosthenes Martins vivenciou a espacialidade mais afastada do principal centro de navegação, o mesmo destaca a importância da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Isso se dá porque, para as suas vivências espaciais, a ferrovia torna-se mais importante, pois permitiu a maior fluidez das comunicações, como entrada e saída de mercadorias. Demosthenes Martins (p. 50-51) escreve:

Terminara a primeira grande guerra e o mundo debatia-se numa desoladora depressão econômica a que não se subtraía o Brasil, máxime Mato Grosso. Nosso Estado começara a participar do desenvolvimento nacional, com a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil à sua região meridional, no final de 1914. Passamos, assim, a integrar, realisticamente, a união brasileira, rompido o isolamento que nos colocara em compartimento estanque, desde os tempos da Colônia, pela ausência de comunicação.

Mesmo com o advento dos elementos técnicos que destacamos, o sul de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século 20, com o início do processo sistemático de povoação não indígena, apresentava-se com uma colonização densamente fraca. Desta monta, o estranhamento que Demosthenes Martins vivenciou ao chegar à referida porção territorial é facilmente compreendido se rememorarmos as espacialidades que ele experimentou antes de chegar em território sul-mato-grossense. Como já apresentamos, Demosthenes Martins vivenciou a espacialidade de Belém, uma grande cidade movimentada pela riqueza oriunda da borracha. Logo após, experimentou as vivências da capital do país (Rio de Janeiro), e outras localidades que

não se apresentavam tão “isoladas” do restante do contexto nacional e internacional, devido à maior proximidade com as áreas de maior fluxo de capital. Nesse sentido, Demosthenes Martins se vê perdido, pois não consegue se relacionar com a sua espacialidade vivida. Isso ocorre porque o mesmo está se relacionando não com a espacialidade física que vivencia, mas com uma espacialidade que só se efetiva em sua mente, ou seja, uma realidade metafísica, causando, assim, o estranhamento e o não conseguir se orientar, pois seus padrões de referências são externos.

Fato que reverbera no entendimento do estranhamento que Demosthenes Martins vivencia é encontrado na passagem em que nosso autor encontra um amigo numa parada do trem em Aquidauana, um antigo amigo de república, do tempo em que morava em Belém, Carlos Perdigão. Este era o segundo na hierarquia do posto de telégrafo de Aquidauana. Pelas atribuições de seu cargo, o mesmo ordena que Demosthenes Martins desembarque e fique para trabalhar com ele. O interessante desta passagem são os motivos que fizeram com que Carlos Perdigão fosse enviado para esta região, como podemos observar na citação que segue:

Esclareceu-me que se encontrava em Mato Grosso a Castigo, em virtude de discurso, em Meeting, na Bahia, onde prosseguia os seus estudos de engenharia, contra o Coronel Setembrino de Carvalho, Interventor Federal na sua terra natal, o Ceará. Mato Grosso era terra de castigo [...] (MARTINS, 1980, p. 37).

Um lugar desconhecido, pouco povoado, com suas particularidades/singularidades oriundas do distanciamento da região em relação às outras áreas do território brasileiro, fazendo com que seu processo de ocupação não indígena se tornasse limitado. Todavia, como podemos observar nas mais diferenciadas fontes (científica, literária, jornalística etc.), mesmo possuindo um grande distanciamento dos centros econômicos e políticos do país, além dos limites impostos pelas precárias vias de circulação, a parte sul de Mato Grosso recebia e ressignificava as informações e os produtos das áreas brasileiras consideradas avançadas nos padrões de civilidade, no entanto, as concepções de civilidade, muitas vezes, eram importadas dos europeus e dos norte-americanos.

Nesse sentido, a título de exemplificação, podemos citar o livro *Onde cantam as seriemas*, escrito por Otávio Gonçalves Gomes (1988), rememorando seu tempo de infância, vivenciado

na atual cidade de Ribas do Rio Pardo, MS, por volta da década de 20 do século passado, especificamente a passagem em que cita os passeios do professor Pimenta a São Paulo ou Rio de Janeiro: “[...] e sempre trazia terno novo, sapato, gravata; coisas da última moda, pois que o velho solteirão era vaidoso” (GOMES, 1988, p. 57). Ou quando relata as idas de seu pai e sua mãe para São Paulo, em que refaziam todo o seu guarda-roupa e, segundo o autor, apresentava-se, sua mãe, como a mulher que melhor se vestia na vila de Ribas do Rio Pardo (GOMES, 1988, p. 79).

Podemos observar que mesmo com o avanço nos meios de circulação, através da estrada de ferro Noroeste do Brasil, o sentimento de isolamento era constante, resultante das precárias condições estruturais, como o dispendioso trajeto que deveria ser tomado. No entanto, mesmo com todo o sentimento de isolamento e distanciamento, as notícias, as últimas “modas” adentravam no território sul de Mato Grosso. Tais notícias e “modas” exigiam de cada morador o processo de ressignificação e adaptação ao meio em que estava inserido, promovendo o contínuo processo relacional (território – sociedade) na configuração espacial do território hoje denominado Mato Grosso do Sul.

Questões de terra: o advogado entra em ação

Com o passar do tempo, Demosthenes Martins se vê perdido em relação ao seu sonho primeiro, que era estudar Direito, sonho que fez com que se mudasse para outra região do país, a norte, e depois migrasse para outras localidades, buscando a sustentabilidade financeira e, com isso, o investimento na própria formação.

Em Mato Grosso, começou a pensar as possibilidades que dariam a ele o ingresso na faculdade de Direito. Um de seus planos era ingressar nas fileiras do exército, todavia, com o decorrer do tempo, em 1919, ele viu desmoronada mais uma tentativa fugaz de realização de seu sonho. Fora dispensado das fileiras do exército, recebendo o certificado de reservista de 3ª categoria, devido à miopia de que era portador.

Frente a esta desilusão, com as esperanças esparsas, pois os recursos que possuía eram poucos, não sendo possível largar o emprego e nem pedir transferência como telegrafista para o Rio de Janeiro, conversou com o Dr. Álvaro Novís, um antigo amigo que conhecera em

Nioaque, no período em que o autor trabalhara como Promotor de Justiça na referida cidade. O amigo o aconselhou a pedir a provisão de advogado junto ao Tribunal de Justiça, como observado na passagem que segue:

[...] orientei-me na acolhida da sugestão do Dr. Álvaro Novís, que conhecera em Nioac, quando ali exercia o cargo de Promotor de Justiça. Expunha-lhe o meu propósito de regressar ao Rio, para matricular-me na Escola de Direito e dizia das frustrações que esse meu intento vinha sofrendo [...] Já me compenetrei da impossibilidade de obter, como telegrafista, minha transferência para a Capital Federal e não disponho, sem o meu emprego, de recursos financeiros para estudar. Assim, não sei que fazer... [...] – E para que você não requer provisão de Advogado no Tribunal de Justiça? Isso o habilitaria ao exercício da advocacia sem necessidade de tirar o curso de Direito, sugeriu-me (MARTINS, 1980, p. 48).

Diante da falta de profissionais para desenvolverem as atividades, os administradores locais buscaram alternativas para suprir a falta de determinados profissionais no mercado de trabalho, como visto na seguinte passagem: “Disse-me que a concessão de Provisão era imposta pela falta de bacharéis para atenderem às necessidades forenses das comarcas”. O desembargador continua “[...] a comarca de Nioac, para qual o senhor pretende Provisão, não tem advogado lá residente” (MARTINS, p. 49-50). A falta de profissionais nas localidades mais afastadas dos centros de decisão político/administrativo é, de forma simplificada, explicada pela permanência dos recém-formados no entorno de seus centros formadores, sendo esses centros, praticamente todos, no período, localizados nas áreas mais desenvolvidas economicamente. Isto permite que os estudantes consigam desfrutar dos “prazeres” materiais e imateriais que esses centros podem oferecer. Nesse meio termo, muitos não voltam à localidade de origem e outros que se formam não sentem interesse em se locomover para lugares longínquos⁴⁵.

45 Numa possível analogia com a contemporaneidade, podemos fazer comparações através das resistências que se formam para a locomoção de recém-formados às regiões menos favorecidas economicamente e culturalmente, ou que se apresentam muito longe dos centros políticos e econômicos do país. Mesmo com o avanço tecnológico nos meios de circulação, percebe-se o desinteresse de grande parte dos graduados ou pós-graduados de migrarem para estas localidades, que o fazem somente em último caso, ou como uma alternativa

Para a realização do exame que lhe daria a Provisão de advogado, pede licença por 90 dias do serviço público, alegando problemas de saúde⁴⁶. Em Cuiabá, encontra-se com o desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, que o assegura de que a prova: “[...] não é de rigor a temer, não é, também de favorecimentos” (MARTINS, p. 50). Assim, sugeriu que estudasse a lei estadual com maior empenho. Demosthenes Martins consegue passar na prova e recebe o título de Provisionado, abandona o emprego do telégrafo e inicia seu trabalho como advogado em Nioaque.

Esse relato se torna interessante por ser uma manifestação da maneira com que as elites dominantes – tanto administrativas como políticas – buscavam para suprir a precariedade dos serviços ofertados, causados devido ao isolamento que os lugares mais longínquos dos centros econômico, administrativo e político do país enfrentavam. Essas atitudes estavam atreladas ao interesse das elites de arquitetarem um caráter de normatização ou civilidade nas relações socioespaciais. Contudo, o fato de trazermos essa passagem da obra ao diálogo geohistóricográfico adentra no intuito de iniciarmos uma discussão muito cara ao hoje estado de Mato Grosso do Sul⁴⁷, pois Demosthenes Martins se dedicava às, como diz, “pelejas” de terra, ou seja, advoga para resolver alguns problemas atrelados à posse, escritura e conflitos envolvendo propriedades rurais.

No fim de 1919, Demosthenes Martins inicia seus trabalhos como advogado. O autor expõe, como faz em vários momentos de seu trabalho memorialístico, o contexto mundial que o Brasil vivenciava, mostrando como isso influía na organização política e econômica da parte sul do antigo Mato Grosso.

Assegurou que, a partir de 1914, por intermédio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o hoje Mato Grosso do Sul vivenciou um princípio de integração nacional⁴⁸. Como

de caráter provisório.

46 Tema que será retomado e aprofundado para os interesses do terceiro capítulo.

47 Aqui nos referimos ao atual (2008, 2009, 2010) debate envolvendo a demarcação de terras indígenas.

48 Como podemos observar na passagem que se segue: “Terminara a primeira grande guerra e o mundo debatia-se numa desoladora depressão econômica a que não se subtraía o Brasil, máxime Mato Grosso. Nosso Estado começara a participar do desenvolvimento nacional, com a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil à sua região meridional, no final de 1914. Passamos, assim, a integrar, realisticamente, a união

consequência da integração econômica, vivenciou o processo de crise econômica seguida após a Primeira Guerra Mundial. Como salienta Hobsbawm (1995, p. 32): “Locais, regionais ou globais, as guerras do século XX iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes”.

A escala de abrangência da Primeira Guerra Mundial está imbricada com as formas com que a Divisão Internacional do Trabalho estava se reestruturando. Desta feita, após a Guerra, o mundo passou a enfrentar uma grave crise econômica, pois: “[...] após uns poucos anos [...] nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conheceu desde a Revolução Industrial” (HOBSBAWM, 1995, p. 43).

O Brasil sentia os efeitos da Guerra e da consequente crise econômica, pois, nesse período, era um país com a economia agroexportadora, ganhando destaque para a produção e exportação do Café (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo), além de outras regiões brasileiras possuírem suas especificidades, como o Norte com a produção e exportação de borracha, o Nordeste com a produção de algodão, cacau, açúcar etc., e a região Sul com a exportação de couro. Já em Mato Grosso, especificamente na parte sul do referido estado, no início do século, segundo Abreu (2003), era predominante, como aspecto econômico, a questão da exploração dos ervais, do gado, além de lavouras de cereais, tais como milho, arroz e feijão.

É nesse contexto de crise e de singularidades econômicas que Demosthenes Martins inicia seu trabalho como advogado. Seu primeiro trabalho foi defender o senhor Sudário, que vendeu a mesma propriedade para dois diferentes compradores, tendo o segundo como portador da escritura transcrita. O primeiro comprador requereu, junto às instâncias reguladoras, o

brasileira, rompido o isolamento que nos colocara em compartimento estanque, desde os tempos da Colônia, pela ausência de comunicação” (MARTINS, p. 50-51). No entanto, a ideia de uma total integração nacional deve ser ponderada. Acreditamos que a sensação de isolamento diminui, pois as estruturas de circulação não são suficientes para abranger todo o território. Devido aos poucos recursos, utilizaram-se do sistema de linha-tronco na construção da ferrovia, por estar instalada como um sistema de linha-tronco, acabara por beneficiar algumas localidades, mas não o todo do território sul-mato-grossense.

direito de proprietário legal das terras. No diálogo entre Demosthenes Martins e o Sr. Bueno, um antigo tabelião, podemos observar como o caso acaba sendo esclarecido pelo interlocutor do nosso narrador:

- Aquele velho é um grande velhaco escondido em barbas patriarcais. Ele fez uma safadeza. As terras que vendeu, agora, a Roldão, ele as vendera, há dois anos passados, ao sogro do Alziro. No negócio, como é praxe costumeira dos contratantes, o valor dado às terras correspondeu a 30% do verdadeiro da transação realizada. O comprador, porém, não fez a transcrição da aquisição, como já era exigido, na data, pelo novo Código Civil, como ato transmissor de propriedade. Instigado por um tal Eunápio Rondon, consumado grileiro de negócios de terras, que advertiu o Sudário dessa falha da escritura, ele fez nova venda ao Roldão, venda esta que foi transcrita (MARTINS, 1980, p. 52).

Assim, já que a escritura de Roldão estava transcrita, sua venda deveria prevalecer perante a realizada ao sogro de Alziro. Todavia, o valor que o sogro do Alziro pagou deveria ser devolvido, e seria pago pela escritura a Sudário. Mesmo tendo que devolver o dinheiro, Sudário leva vantagem na questão judicial, pois:

Acrescentavam os maldosos que sua⁴⁹ alegria era tanto maior porque se tivesse de fazer restituição do valor que embolsara, este seria muito pequeno, pois o próprio comprador porfiara em passar a escritura pelo mínimo possível, visando reduzir o imposto da transmissão, ônus que cabe ao adquirente satisfazer (MARTINS, 1980, p. 53).

A partir deste “caso” explicitado por Demosthenes Martins, podemos averiguar as formas com que as leis criadas para garantir a segurança entre o processo de compra e venda de terras acabam sendo utilizadas como um meio para a prática da ilegalidade, no mínimo, moral, devido ao desconhecimento das leis por parte dos cidadãos. Outro fator de interesse é o fato do comprador 1 (um) – o sogro do Alziro, duas vezes perder na transação, uma por causa do duro golpe que levava e, segundo, por ser vítima de si mesmo, uma vez que procurou pagar menos impostos, omitindo o valor verdadeiro que pagara pela terra.

49 Do vendedor da terra – o Sudário.

Esse caso acaba sendo de muita valia para entendermos o contexto de ocupação e de territorialização que se passava na parte sul do Mato Grosso, uma promiscuidade de elementos que se inter-relacionavam ou interpenetravam e, assim, davam o(s) sentido(s) das relações interpessoais, um processo de territorialização assentada por grilagens, por posse e expulsão dos que, naquela territorialidade, já se relacionavam e mantinham uma prática de produção e reprodução do existir – fazendo com que estes “expulsos” sofressem o processo de des-territorialização. No entanto, devido às formas culturais presentificadas através de atitudes e símbolos, como da própria materialidade do espaço físico que vivenciam (como é o caso dos índios e dos grupos quilombolas), há o processo de reterritorialização dos “expulsos”. Como destaca Bittar (1999, p. 95):

A parte sul de Mato Grosso, desde que começou a ser povoada pelas primeiras famílias mineiras e paulistas, em princípios do século XIX, foi palco de conflitos envolvendo a posse de terras. De um lado, os núcleos povoadores brancos, ao adentrarem em território sul-mato-grossense, ocuparam áreas que já tinham donos. Muitas vezes, os que chegavam tiravam o espaço dos índios escudados em documentos governamentais, como o de 1874, do Império, que autorizava a *arredar os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir família*.

Nesse sentido, o processo de ocupação não indígena do território sul-mato-grossense se apresenta complexo e confuso aos nossos esforços analíticos iniciais, pois ganha em especificidades e caráter múltiplo dentro da própria socialização. Aqui, para responder ao nosso objetivo, vamos nos centrar, basicamente, em dois processos de significativa importância para entendermos, durante a colonização não indígena, as questões fundiárias do sul de Mato Grosso, que são: o monopólio exercido pela Companhia Mate Laranjeira, empresa que extraía a Erva-Mate, monopólio este autorizado pelo próprio governo federal em fins do século 19 até a segunda década do século 20; e o processo de formação dos latifúndios, das tramas realizadas para tal feito, relatadas, segundo Corrêa (1995), no interessante livro *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889 – 1943)*, corroborando para o surgimento do banditismo.

Em primeiro lugar, gostaríamos de tratar com mais especificidade do monopólio exercido pela Companhia Mate Laranjeira⁵⁰. Segundo Bittar (1999, p. 95), o monopólio acabava por impedir as migrações que tinham por intuito a ocupação e a exploração das terras localizadas na parte sul de Mato Grosso:

[...] os imigrantes, especialmente as “comitivas” gaúchas, tentando se estabelecer e conquistar seu quinhão de terra, tiveram que enfrentar o monopólio e o poder desmedido da Mate Laranjeira, que ameaçava tornar-se um “Estado dentro do Estado” ocupando grande parte do território no antigo sul de Mato Grosso.

A violência seguida da força física servia como uma ferramenta para conter a chegada de possíveis posseiros, que vinham com o intuito de adquirir seu “quinhão” de terra, pois a Mate Laranjeira queria resguardar e manter suas minas de erva, ampliando e consolidando a produção da erva que tanto marcou e influenciou os viventes desta localidade. Isso foi destacado no romance *Selva trágica*, escrito por Hernani Donato, um interessante romance que busca evidenciar as relações sociais que se estruturavam na Companhia Mate Laranjeira e em seu entorno. No romance, percebemos como a violência servia para facilitar as relações que se estabeleciam, o que corrobora com as considerações tecidas por Bittar.

Exemplificadora é a passagem em que a personagem Pytã questiona Augusto quando este busca convencê-lo a se juntar ao grupo que intentava fugir da Companhia, galgando os passos da liberdade. Todavia, segundo Pytã, “[...] vi dezenas de mineiros pular no mato, mas são menos do que os meus dedos os que atravessaram o rio. Quem não voltou amarrado e acabou no chicote, morreu baleado por aí. Nos ervais ninguém chega a velho” (DONATO, 1976, p. 17).

A estrutura funcional da Companhia fazia com que os seus empregados fossem eternos devedores da mesma, pois tudo o que consumiam e utilizavam no trabalho era cobrado, e quando iam receber o pagamento do mês, viam-se já devedores.

50 “[...] costuma-se associar à ação do empresário Tomás Laranjeira, entre fins da década de 1870 e inícios da década seguinte, o início da montagem de um grande empreendimento ervateiro, estabelecido formalmente em 1883” (QUEIROZ, 2008, p. 41).

Além desse fato, a trama também articula o viver das personagens, como, por exemplo, o viver amoroso, em que o homem mais cobiçado era aquele que conseguia trazer mais provento para casa, ou aquele que trabalhava na organização (administração) e “caça” dos funcionários fugidos⁵¹. Esta relação de interesses e mútuos favores não pode ser explicitada como a falta do sentimento a que denominamos “amor”, pois as relações sociais transcendem determinados olhares e significações. Passagem que elucida o que argumentamos é encontrada no diálogo estabelecido entre Pytã e Flora, no momento em que Pytã se recusa a ficar com ela, dizendo que nem cheiro de mulher possui, pois já se entregou para vários homens. Flora, num gesto simples e acalentador responde: “Que tonto você é, Pytã! A coisa, pra mulher, não acontece assim, não senhor. Ela é nova outra vez quando se guarda pro homem que escolheu. Não tem memória pro acontecido antes. De cada vez é como se fosse a primeira. Entende?” (DONATO, 1976, p. 27). De certa forma, essa passagem exemplifica de que maneira as relações sociais também possuíam singularidades estabelecidas para além dos mandos e condutas que se originavam na e no entorno da Companhia Mate Laranjeira.

“Che, Osório! Ôôô, pessoal! Pois é notícia das grandes. Manda dizer o Luisão que passou a tal lei! Acabou-se o monopólio. Ninguém mais é dono da erva. Acabou-se o changa-y⁵²! todo mundo pode procurar as minas...!” (DONATO, 1976, p. 224). Após longos anos de exploração e monopólio da extração da erva, a Companhia vê aparecer um decreto do Rio de Janeiro, então capital do país, tratando do fim da concessão do direito exclusivo de exploração das minas de erva. Com isso, nas primeiras décadas do século 20, tem início uma nova forma de organização e estruturação social e espacial que, de certa forma, foi impelida de se manifestar em solos sul-mato-grossenses devido ao monopólio da Companhia Mate Laranjeira.

51 Aqui não queremos deixar transparecer que as moças que viviam nesse período eram meras interesseiras, o que argumentamos é que a espacialidade que vivenciavam acabava por deixar algumas opções às mesmas, opções que transcendiam suas vontades e sentimentos, pois estavam pensando em assegurar o seu direito mais básico que é o da sobrevivência. Donato (1976, p. 206) tecendo comentário sobre a personagem Zola, após perder o seu “protetor”, argumenta: “Numa terra onde as mulheres são instrumentos de trabalho ou de prazer, ela já não é forte para o trabalho nem moça para o prazer”. Os sentimentos acabavam por ficar em segundo plano, pois cada um tinha a sua função na divisão do trabalho, e quando a mulher não mais conseguia exercer suas funções era colocada de lado, ficava somente com a esperança de alguma “alma bondosa” a lhe acolher e ajudar.

52 “Ervateiro clandestino, operando em concessão alheia” (DONATO, 1976, p. 229).

Já o segundo fator que influenciou na organização espacial da referida territorialidade foram os latifúndios ou os grupos de fazendeiros que aqui procuravam organizar o território e nele se estabelecer. Intrigante passagem que nos orienta no entendimento desta temática encontra-se no capítulo *Questões de terras*, em que Demosthenes Martins nos coloca à frente das ocupações que, com o passar dos anos, foram se realizando em Mato Grosso. A ideia espacial que percebemos na obra de Demosthenes Martins é de espaço vazio, ou seja, uma área desocupada que merecia os olhares e investimentos dos desbravadores, que pudessem adentrar no território e ir, aos poucos, consolidando o “progresso” e o “desenvolvimento”, expulsando, marginalizando os indígenas de suas terras ou buscando a transformação destes para se adequarem aos padrões sociais hegemônicos do período. O processo de ocupação territorial acaba sendo fruto da ampliação territorial da economia capitalista, e esse processo se deu a partir da introdução das novas técnicas e tecnologias de circulação e de comunicação, assim como dos referenciais ideológicos de civilidade moderna e de barbárie primitiva.

Elemento interessante no processo de ocupação territorial não indígena é dado pelos limites econômicos impostos pelo projeto de modernização civilizatório que houve na região, sendo esta organização territorial via fazendas/latifúndios uma forma de organização que, segundo Corrêa (1995), fez com que surgisse um grupo paralelo às normas e às convenções. Em muitos casos, como resultado do monopólio (tanto da Companhia Mate Laranjeira como dos fazendeiros), diversos grupos de migrantes tiveram que se estruturar e arquitetar meios que garantissem o direito à produção e reprodução da vida. Vários grupos de caráter banditista surgiram no território sul-mato-grossense, em destaque podemos mencionar dois grupos, um chefiado por Silvino Jacques e o outro por Baiano. Esses grupos estabeleciam diretas relações com os fazendeiros, inclusive para resolver algumas desavenças por terra ou praticar a expulsão de pequenos proprietários das terras que o fazendeiro contratante tinha interesse em somar às suas posses, ou que já lhe pertenciam e haviam sido “tomadas” pelos atuais ocupantes.

Corrêa (1995), em *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989 – 1943)*, afirma que a existência do latifúndio, seguido de sua modernização, diminuía a necessidade de demasiada mão de obra, aumentando o fluxo campo-cidade. Aliado a esta migração, houve o aprofundamento do abismo das desigualdades sociais, ou seja, um contingente maior de espoliados se aglomeravam nas espacialidades que lhes restavam, fosse no entorno das fazendas ou nos arrabaldes das

vilas e cidades que se formavam. Desta feita, segundo Corrêa (1995, p. 151), o ambiente para o surgimento do banditismo florescia:

A existência do latifúndio e seu confronto com a pequena propriedade, por exemplo, ou a modernização dos meios de produção, que provocaram a migração campo-cidade, a marginalização dos pobres do sistema produtivo nos centros urbanos, o desemprego, enfim constituíram-se em variáveis para a compreensão do aparecimento de focos de banditismo.

No romance *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, podemos observar como os grupos de caráter banditista eram utilizados pelos fazendeiros para resguardarem suas terras, ou ampliarem-nas:

[...] o Sr. Luiz Fernando Lago Escobar, mais conhecido na região de Aquidauana (MS) por Seu Tico, dono da Fazenda Palhoça, mandava o Silvino retirar os grileiros de suas propriedades, sendo que o próprio Delegado Bonifácio lhe fornecia arma e munição para esse fim (IBANHES, 1997, p. 90).

Contudo, na configuração espacial, a relação que se estabelecia entre os bandoleiros e os fazendeiros se apresentava com caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo em que o fazendeiro abrigava e recebia auxílio desses grupos, podia ser, também, uma possível vítima, seja por brigas, intrigas, mentiras, ciúmes, desavenças, ou melhores pagamentos. Nas palavras de Corrêa (1995, p. 152):

Por um lado, as relações do banditismo com o latifúndio foram, de fato, ambíguas e, nesse caso, a grande propriedade rural tanto foi alvo de ataques de bandidos por motivos diversos (desavenças ou inimizades com o grande proprietário, ou pela simples atração do saque), como podia ser o *quartel general*, parte fundamental no esquema defensivo dos bandidos/bandos (quando o grande proprietário foi o coiteiro).

Nesse cenário de conflitos dados pela ilegalidade, como a expulsão dos indígenas, assassinatos, invasão e expulsão de pequenos proprietários é que Demosthenes Martins “pelejava” nas resoluções das desavenças dos seus clientes, tendo que utilizar da lei para amenizar

as “pendengas” originárias da ocupação não indígena da territorialidade sul do antigo Mato Grosso. A questão da terra nessa região ganha em especificidades e ilegalidades, oriundas de diversas maneiras e beneficiamentos, basta retomarmos à discussão do romance *Silvino Jacques*, no momento em que o narrador relata as formas com que os indivíduos se aproximavam de Silvino e aproveitavam das (des)aventuras e desventuras deste “herói/bandido” ou vice-versa. Compravam a preços ímpares os animais roubados por ele, como também assumiam de forma fraudulenta a posse da terra das famílias que fugiam da fúria e da perseguição de seu bando: “Esses amigos também se beneficiaram, comprando a troco de banana as boiadas e cavalladas que o Jacques roubava e requerendo a posse, de maneira fraudulenta, de terras abandonadas pelas famílias perseguidas pelo bandoleiro” (IBANHES, 1997, p. 162).

Por fim, o que conseguimos observar, através das memórias de Demosthenes Martins, é que legitimar através da lei o ilegítimo, segundo outros padrões de sociabilidade, foi a missão e o compromisso de nosso autor nos assuntos ou questões que envolviam a posse e o direito sobre a terra, terra que já foi e é muita coisa, inclusive Yvy⁵³ e Tekoha⁵⁴. Todavia, estas outras conceituações de terra foram julgadas inferiores dentro das concepções espaciais dominantes, que possuem por base concepções ideológicas – branca, urbana, mercadológica e tecnicista – que, no período, estavam se espraiando pelo pensar e fazer do “eu” (o eu aqui participa com o sentido identitário escalar frente às suas diferentes possibilidades de escala, do local ao global, ou vice-versa) no mundo hegemônico.

53 Esta palavra significa, segundo Chamorro (2008, p. 355): “terra, mundo, universo”.

54 “O *tekoha* é, assim, o lugar físico “terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc.” onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado”. (Disponível em: <<http://pib.socio-ambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/552>>. Acesso em: 06 jan.2010)

Revolução⁵⁵ de 30: reconfigurações

Como almejamos destacar os elementos centrais de uma geografia a partir da obra estudada, não cogitamos pesquisar o todo, mas articularmos os aspectos que identificamos serem fundamentais para melhor entendermos a obra e, a partir disso, o que da obra pode ser interpretado na direção de uma linguagem geográfica pertinente para a leitura e o entendimento do hoje Mato Grosso do Sul. Nesse aspecto, a questão da mobilidade (migração) e instauração de uma ordem civilizatória (justiça e legalização da posse da terra) apontam para o papel do Estado como grande articulador do processo de produção dessa territorialidade. Para o Mato Grosso do Sul de hoje, relacionando com as pretensões identitárias de um povo do sul, a partir do diálogo com as reminiscências de Demosthenes Martins, dois momentos de gestação do território pela ação estatal merecem destaque: a ascensão de Vargas e a posterior ascensão dos militares. A primeira será destacada no presente subitem e a segunda em momento posterior.

A ascensão de Vargas ao poder político e administrativo do Estado brasileiro inicia uma nova fase de transformações e integrações econômicas e políticas. Esse feito, como pode ser visto em Levine (2001), ganha ascensão no cenário geográfico sul-mato-grossense, pois as políticas de Vargas vinham ao encontro de amenizar o sentimento de desarticulação nacional que as áreas mais distantes dos centros de decisão vivenciavam.

A revolução de 30 trouxe ao poder um homem que se aproveitou do desmoronamento do velho regime, devido ao surgimento de diversas elites, residentes nas mais distantes localidades do país, exigirem a participação nas decisões político-administrativas que influíam na organização da estruturação territorial do país.

Segundo Levine (2001, p. 15), Vargas: “Entrou na política nacional quando o velho regime se desintegrava de dentro para fora, e quando as elites dissidentes das regiões remotas do país procuravam aliados entre seus pares no meio urbano e militar”. Este feito transforma-se, para as pretensões desenvolvimentistas das articulações elitistas das regiões mais longínquas dos centros de decisões, num grande impulso de integração nacional, favorecendo as articula-

55 Utilizaremos o termo revolução por ser a forma com que Demosthenes Martins o denomina, sabemos que tais momentos históricos podem ser concebidos como golpes de estado.

ções políticas e econômicas de diversas áreas do nosso território nacional, inclusive na parte sul de Mato Grosso. Como destacado por Levine (2001, p. 15), o Governo Vargas: “Construiu um novo papel para o governo e deu impulso à industrialização, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional”.

O regime Vargas institui várias políticas que tinham por objetivo a formação de um Estado-Nação forte e centralizado, em que os espaços, de uma forma geral, fossem “ocupados⁵⁶”, as fronteiras nacionais resguardadas e o esperado desenvolvimento dado pelos padrões norte-americano e europeu alcançados:

[...] na atmosfera de uma crescente depressão mundial, e da aparente incapacidade do Brasil de responder às necessidades sociais, Vargas abraçou um modelo benevolente e intervencionista de Estado orgânico, considerando a sociedade uma coleção de grupos diferenciados e organizados hierarquicamente segundo o papel produtivo ou econômico que desempenhavam (LEVINE, 2001, p. 51).

E é a aceitação dos diferentes arranjos políticos que constituíam o território nacional e a direta intervenção que possibilitou a ascensão, no cenário nacional, das regiões mais afastadas da área litorânea. As localidades mais afastadas do litoral eram vistas como atraso, a parte do país que os brasileiros, principalmente da hoje região sudeste, queriam esconder, tanto dos seus próprios olhares como dos estrangeiros⁵⁷. Esta elite política e econômica queria se apresentar

56 Terminologia com a qual não concordamos, pois não compartilhamos da ideia de um espaço vazio. Acreditamos que a história (pelo menos a oficial) é contada pelos dominadores, diante disso, cabe a nós, tanto geógrafos como historiadores, evidenciarmos como a espacialidade é arquitetada por diferentes histórias, e trazermos à tona as histórias marginalizadas, sombreadas, silenciadas, esquecidas para somar com as histórias que oficialmente são difundidas, assim como o historiador Albuquerque Júnior aponta no livro *A invenção do nordeste e outras artes* (2009).

57 Vidal e Souza (1997) auxilia a pensar a presente problemática, quando busca compreender como a visão de sertão (interior) e litoral se presentifica nas pesquisas dos pesquisadores sociais, evidenciando que a visão de interior era dada a partir da perspectiva do vazio e do não civilizado, sendo, para os pesquisadores, de suma importância a união do litoral com o sertão na perspectiva de integração nacional, para conferir, assim, elementos que garantissem o caráter de brasilidade a todos do conjunto nacional. Esta visão dualista está atrelada a processos históricos diferenciados, pois: “[...] se o trajeto imperialista percorre sempre o sentido

como desenvolvida, moderna, assim, deixando à margem um contingente populacional que se encontrava nos “arrabaldes” do território nacional. Como destacado por Levine (2001, p. 153):

Os visitantes procedentes do litoral e do exterior olhavam para as pessoas do interior do Brasil como se fossem estrangeiras em sua própria terra. Os jornais e revistas quase não davam atenção ao interior, cujos habitantes eram vistos de uma forma simplista, que enfatizava seu atraso.

No intuito de diminuir a impressão que ia sendo confeccionada em torno da identidade dos interioranos no cenário nacional, Vargas auxilia os moradores das áreas longínquas a partir da construção de estradas que ligavam as áreas interioranas aos principais centros do Brasil. Além disso, facilitava e estimulava a migração de indivíduos que buscavam manter o direito da condição cristã ou animal da produção e reprodução de suas vidas, ampliando, assim, o campo de possibilidades espaciais para os brasileiros e para a grande leva de estrangeiros. Nas palavras de Levine (2001, p. 153): “[...] ajudadas pela construção das novas estradas, as famílias migravam cada vez mais para lugares onde acreditavam poder encontrar trabalho: não só para as cidades industriais do sul [...]”.

Assim, espaços, em pleno século 20, considerados mitológicos, desconhecidos pelos poderes políticos e administrativos do país, e não reconhecidos por um conjunto dos habitantes das áreas de decisão político/administrativo e econômico, eram ocupados. Espaços que a conjuntura dizia serem vazios, e que, através de incentivos governamentais, deveriam ser ocupados e ter o desenvolvimento e a integração promovidos ao restante dos espaços brasileiros, como a conhecida marcha para Oeste, que muito auxiliou o “desenvolvimento” e a reconfiguração espacial através da ocupação não indígena, por exemplo, da parte sul de Mato Grosso⁵⁸. Segundo Bittar (1999, p. 103), a Marcha para o Oeste “[...] sintetizou os propósitos de interiorização do país”. Junto a isso, soma-se a vontade que a Liga Sul-mato-grossense

da hinterlândia, não poderá nunca ser extinto o lugar para colonizar. Devem estar para sempre disponíveis partes do Brasil que necessitem dos recursos civilizadores. A mobilidade precisa ser mantida; em quaisquer planos da vida nacional haverá horizontes para a mudança nacionalizante” (VIDAL e SOUZA, 1997, p. 125)
58 A parte sul de Mato Grosso inicia o processo de integração nacional desde o início do século, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, como já destacamos.

(formada no Rio de Janeiro por estudantes oriundos da parte sul de Mato Grosso) tinha por ver consolidada a ascensão política e econômica da referida localidade em que tinham famílias. Diziam “[...] O nosso país tem necessidade de crescer dentro de suas fronteiras” (LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, apud BITTAR, 1999, p. 103). Desta monta, o discurso de espaços vazios vigorava: “Assim, era necessário ocupar as suas “áreas desertas”. Decorrente dessa política, Vargas voltou as vistas para o sul de Mato Grosso e criou, em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados e o Território Federal de Ponta Porã (BITTAR, 1999, p. 103).

Na obra analisada, percebe-se que a Revolução de 30 ganha em especificidades e estas localizam-se nas divergências das próprias elites locais, atritos nas mais diferenciadas escalas de poder institucional, pois as diversas facções das elites queriam a manutenção de uma ordem e poder local. Passagem que elucida tal fato é encontrada no momento em que Demosthenes Martins questiona a entrada e as políticas realizadas pelos interventores que Vargas escolheu para a região; tal questionamento se direciona, segundo as palavras de Martins, às “debilidades” administrativas dos mesmos.

Num primeiro momento, Demosthenes Martins evidencia os conflitos oriundos da má administração do interventor Coronel Antonino Mena Gonçalves, que Getúlio Vargas enviou para Mato Grosso, pois, segundo Demosthenes Martins, o Coronel apresentou-se com debilidades administrativas. Dentro da própria Revolução, Demosthenes Martins (p. 95) evidencia o surgimento de outra revolução, arquitetada pelas lideranças sul-mato-grossenses, contrária ao interventor nomeado por Vargas, dizendo que o mesmo não sabia dos problemas locais por eles enfrentados e muito menos sabia administrar o território para o qual foi nomeado. Como podemos perceber na citação que segue:

Ocorria, portanto, uma revolução dentro da Revolução – e isso despertou o Sr. Getúlio Vargas, forçando-o a uma ação imediata. Em resposta ao meu despacho recebi a notícia da nomeação do Dr. Artur Antunes Maciel, em substituição do Coronel Antonino. Com a posse do novo interventor, a 24 de abril de 1931, renovaram-se as esperanças dos revolucionários mato-grossenses. Logo, porém, elas se desfizeram pela sua insignificante ação administrativa.

Antunes Maciel, infelizmente, além de não ter o menor conhecimento dos problemas do Estado, não era um líder esforçado e cheio de iniciativas, como muitos que a Revolução revelou. E a frustração desse segundo delegado revolucionário gerou uma verdadeira revolta em todos os prosélitos do movimento de 1930. Essa frustração, como um verda-

deiro desencanto, se alastrava em quase toda a área nacional (MARTINS, 1980, p. 95-96).

A resolução do “entrevero” realizada por Vargas foi colocar outro interventor nacional, no entanto, essa medida, de forma paliativa, não agradou aos revolucionários mato-grossenses. A troca trouxe um interventor que também não conhecia a espacialidade que administrava e não possuía, segundo evidenciado por Demosthenes Martins na citação acima, iniciativas que o permitissem administrar as singularidades territoriais. Nessa passagem, interessa-nos também pensar a questão do elemento desafiador às pretensões da Revolução de 30, que é a administração territorial via respeito e a integração de diferentes interesses e singularidades espaciais. Nessa medida, Demosthenes Martins demonstra como seu grupo político pensara a revolução e de que medida esta, por se tratar de diretrizes gerais e tomadas de forma exógena, desagradara a ele e aos mais diferenciados grupos de articulação política e econômica do interior do país.

A questão é que com a vinda dos interventores, as elites locais que viviam em constantes “choques” para se estabelecerem no poder viram diminuir o poder local de atuação. As estratégias de Vargas apontavam para a modernização do aparelho administrativo como uma maior efetivação da centralização burocrática, o que retirava dos senhores locais o poder quase absoluto que possuíam sobre as vidas e os lugares dos quais se julgavam donos.

Outro fator que muito corroborou para a colonização não indígena e a estruturação espacial de Mato Grosso foi a investida no desarmamento dos fazendeiros e a eliminação dos grupos de caráter banditista. Como mencionado no item anterior, o domínio dos fazendeiros com as ações dos grupos de bandoleiros – ora ajudados pelos fazendeiros ora perseguidos pelos mesmos – davam as diretrizes do processo de ocupação e organização espacial. Vargas, buscando a integração nacional e a normatização das relações sociais, inicia o processo de desarmamento dos fazendeiros como a busca de um fim para as ações de mando e desmando dos grupos armados de bandoleiros. Intrigante passagem que exemplifica a preocupação de Vargas é encontrada em Levine (2001, p. 57):

O poder que os coronéis tinham de agir com impunidade em seus domínios foi atacado. Vargas desarmou-os, refreou sua capacidade de usar capangas contratados e exércitos pessoais, e, já a meio caminho de consegui-lo, prendeu ou matou milhares de bandidos – entre eles, em 1938, o mais famoso de todos: Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que junto com seu bando aterrorizara o sertão durante vinte anos, atacando cidades, dando entrevistas à imprensa e bancando Robin Hood (LEVINE, 2001, p. 57).

Essa atitude de Vargas é exemplar para entendermos quão importante fora a medida tomada para as pretensões da integração nacional. Devido à construção de uma lei paralela em que o Estado-Nação não se fazia presente e por causa da escassez de recursos, condições científicas, técnicas e informacionais acabavam por impedir o processo de colonização não indígena da espacialidade sul-mato-grossense, em que, como vimos, esses grupos de indivíduos se constituíam no poder através do uso da força física e das articulações políticas e econômicas que estabeleciam.

A partir do contato com o romance historiográfico Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, escrito por Brígido Ibanhes (1997), um fato nos chama a atenção, que é a participação direta do grupo do bandoleiro Silvino Jacques na Revolução de 32 ou denominada por Demosthenes Martins como a “Revolução dentro da Revolução”. Jacques adentra no conflito a fim de proteger e garantir a manutenção do seu padrinho/tio Getúlio Vargas no poder político/administrativo do país. Como podemos observar na passagem que se segue:

Silvino Jacques, através do seu amigo Prudente d’Ornellas que viera diretamente do Rio Grande do Sul, recebeu o convite, a convocação, do general Flores da Cunha para que formasse um grupo armado de civis, e lutasse a favor do seu padrinho Getúlio Vargas (IBANHES, 1997, p. 65).

Essa sucinta passagem demonstra, a princípio, uma visão contrária àquela do discurso de Demosthenes Martins em seu trabalho memorialístico, pois, em sua escrita, ele deixa transparecer que o questionamento contra o governo Vargas foi algo comum entre todos os sul-mato-grossenses⁵⁹, em que todos os moradores destas localidades estavam descontentes com

59 A construção de uma unidade dentro da contrarrevolução pode ser observada na passagem da obra em que Demosthenes Martins cita uma carta que enviou para o amigo jornalista, que por quatro anos ficou exilado em terras estrangeiras (Paraguai e Argentina). Na carta, relatava o seu desagrado ao ler um artigo de Matias Ayres, durante a celebração de 9 de Julho. Nela, Matias tecia comentários de louvor e de apreço ao Rio Grande do Sul e Minas, até mesmo para um fraco levante no Pará, mas nenhuma palavra aos sul-mato-grossenses, que tanto lutaram para derrotar o Governo Federal, como podemos observar nas palavras de Demosthenes Martins (p. 109): “Nas celebrações de 9 de julho, vejo, com tristeza desaponto, o silêncio de vocês paulistas, relativamente à nossa cooperação na luta constitucionalista. Matias Ayres, no seu brilhante artigo de 9, UNIONISTAS E NÃO SEPARATISTAS, tem frases ungidas de ternura para o Rio Grande e Minas, e,

as políticas e atitudes do governo central. Pelo contrário, essa passagem e encontro de visões históricas demonstram que não era o conjunto dos indivíduos que ocupam esta porção territorial denominada hoje Mato Grosso do Sul, que estava descontente frente às políticas nacionais, e sim uma articulação política e econômica que se via descontente frente aos mandos e desmandos do governo federal.

Outro elemento de interesse é que, depois de um tempo, o então Presidente Vargas buscou combater os grupos que outrora, no caso do Silvino Jacques, auxiliaram-no durante os conflitos da contrarrevolução de 1932 – combatentes que se utilizavam de lenços vermelhos ao pescoço, símbolo dos getulistas e de um modo de vida próprio, indivíduos que estavam dispostos a dar suas vidas aos propósitos governistas, como evidenciado na seguinte passagem:

Todos do grupo do Jacques eram obrigados a colocar um lenço vermelho no pescoço, que era o símbolo dos getulistas, e também era a cor do próprio sistema de vida. O lenço encarnado representava que o sujeito estava preparado para matar ou morrer e que sua filosofia de vida era da cor do sangue. Silvino usava o seu lenço espalmado por sob a axila esquerda e preso sobre o ombro direito, escondendo-lhe assim parte da cintura e do tórax, onde carregava as armas (IBANHES, 1997, p. 66).

Percebe-se, a partir dessa tessitura discursiva, que a espacialidade do hoje Mato Grosso do Sul é rica em singularidades e complexidades e que somente “amarrando” os fios das diferentes memórias ou histórias poderá ser compreendida.

Campo Grande: reconfiguração do centro político

Assim Demosthenes Martins (p. 88-89) inicia seu capítulo sobre *Campo Grande, o novo centro político*:

O desenvolvimento econômico, demográfico e comercial de Campo Grande decorreu de uma série de fatores favoráveis. Enumeremos entre eles a chegada da estrada de ferro

até, para um quase platônico movimento dos estudantes do Pará e Bahia. Para nós, sul-mato-grossenses, que levamos nossas falanges às trincheiras de Buri e outros setores da terra paulista, nem uma palavra”.

Noroeste do Brasil; a amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos desatados campos da Vacaria, propícios ao aparecimento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola; sua posição geográfica de dominante centripetismo da região. Campo Grande, graças a tudo isso cresceu e arrebatou de Nioac a liderança política do Sul do Estado, a partir do meado da segunda década deste século.

O autor, para se referir à centralidade que a cidade de Campo Grande começara a ganhar no estado, compara-a a Nioaque. Contudo, esta perspectiva analítica entra em conflito quando destacamos as cogitações tecidas por Bittar (1999), que, ao retratar o aparecimento de Campo Grande no cenário de decisão política da região do antigo Mato Grosso, relaciona sua ascensão em comparação com Corumbá, Miranda e Nioaque, sendo essas de maior destaque no cenário sul-mato-grossense. Como podemos observar nas palavras da autora:

Esgotado o ciclo das lutas armadas, os caudilhos, que, segundo relatos da época, deixaram “*intranquilo todo o sul de Mato Grosso*”, foram substituídos por um novo grupo político que agora centrava-se em Campo Grande, a pequena vila da década de 10 que em pouco tempo sobrepujou Nioaque, Corumbá e Miranda (BITTAR, 1999, p. 97).

Essas cidades exerciam importantes papéis econômicos e políticos na parte sul do Mato Grosso. As mudanças das elites políticas estavam assentadas frente às condições econômicas de seus participantes. Comerciantes e fazendeiros das referidas cidades (Corumbá, Nioaque e Miranda) investiam em grandiosos apoios às articulações políticas de interesse, além do mais, fato passível de ser visualizado na própria obra de Demosthenes Martins, a maioria dos políticos que engrossavam as fileiras das disputas políticas no sul do estado eram coronéis, médicos, militares, advogados etc., enfim, indivíduos que possuíam certa condição financeira.

Como eram distintas as articulações políticas, estas se viam em constantes atritos. Quando chegavam ao poder, legislavam a favor do grupo social ao qual se viam participantes, desta feita, tecendo e auxiliando a manutenção dos mesmos no poder, tanto político como econômico⁶⁰. A título de exemplo, citamos o caso dos comerciantes de Corumbá, uma cidade

60 Para dialogar com o subitem anterior, cabe destacarmos que é esta disputa interna que os projetos governamentais de Vargas atrapalhavam e que, diante disso, as elites se viam incomodadas e descontentes

que muito se destacava no cenário sul de Mato Grosso, como resultado do comércio que lá se realizava através do rio Paraguai, nas palavras de Oliveira (2005, p. 27): “A influência dos comerciantes de Corumbá era, igualmente, exercida no aspecto político, mediante o apoio a determinados grupos coronelistas, os quais defendiam os interesses das casas comerciais”.

Campo Grande ascende no cenário político sul-mato-grossense a partir do contínuo embate entre as diferentes lideranças residentes na parte sul do antigo Mato Grosso. A título de exemplificação, temos o momento em que Demosthenes Martins supervaloriza Nioaque, colocando-a como centro dinâmico político do espaço sul-mato-grossense. Essa passagem reverbera o fato dessa valorização estar assentada na própria valorização subjetiva de Demosthenes Martins, pois o mesmo, no período, exercia atividade de prefeito naquela localidade. Contudo, valorizar Nioaque também passa por questões objetivas, como a busca da ampliação do poder político a partir da centralidade administrativa da localidade que governa perante o conjunto do território.

Albuquerque Júnior (2007), ao trabalhar a história enquanto arte, a arte de inventar o passado, apresenta-nos elementos que podem auxiliar a melhor compreendermos a obra de Demosthenes Martins, principalmente quando escreve sobre nossos limites analíticos. Quando olhamos para o passado, nosso olhar sempre será dado a partir de uma ordem discursiva presente no hoje, e ele também será direcionado para uma perspectiva de compreensão a partir de um *locus* de enunciação.

Feitas essas considerações, corrobora-se com a ideia de que o próprio engrandecimento realizado por Demosthenes Martins da cidade de Nioaque está assentado na valorização pessoal do mesmo. Quando o fazendeiro Francisco de Paula Souza renunciou ao cargo de Prefeito da referida cidade, Demosthenes Martins foi nomeado. Em suas memórias, enumera suas ações como administrador, seja do projeto de iluminação pública, seja da construção da rodovia Aquidauana – Nioaque – Bela Vista, confirmando a ideia exposta acima – de valorização pessoal. Podemos observar a passagem em que Demosthenes Martins cita o Major Horta Barbosa, um dos designados a realizar os estudos de viabilidade, ou não, da construção da rodovia:

com as mesmas. Pois esta afetava diretamente as formas organizacionais às quais as diversas elites estavam acostumadas, introduzindo novos agentes políticos, notadamente o funcionalismo público/urbano.

Estimo muito saber que a nova estrada, entre Aquidauana e Nioac, já está sendo trafejada por automóveis e que há esperanças de melhorar também a da Serra. Felicito-o por essa vitória, que em grande parte lhe pertence, como campeão que foi e um dos esforçados cooperadores desse melhoramento para Nioac (BARBOSA, *apud* MARTINS, 1980, p. 64).

Para além desta discussão de cunho importante para entendermos como a espacialidade vai sendo arquitetada frente às conjunturas da ordem do discurso, a partir do momento em que Campo Grande ascende à condição de centro político e econômico, as articulações políticas e econômicas se articulam e utilizam esta territorialidade com o intuito de consolidar seus respectivos pares no poder. Exemplo é a passagem que demonstra as articulações, os jeitos e os “trejeitos” para fazer com que o candidato mais poderoso, dentro das articulações políticas, conseguisse sair vitorioso nas campanhas eleitorais:

Ao final da campanha eleitoral, que mobilizara nas suas hostes da renovação as figuras mais representativas da cultura, da independência cívica e da mocidade idealista da comuna, verificou-se mais uma vez, a consumação da fraude, atribuindo-se maioria dos votos ao candidato do partido dominante, Antero de Barros. (...) Debalde foram interpostos recursos contra esse resultado, que possibilitava uma grosseira falsificação da votação, especialmente no distrito de Rio Pardo, onde, ressuscitados, votaram mortos cujos óbitos estavam devidamente registrados no Registro Civil (MARTINS, 1980, p. 90).

Nesse ponto, o interesse é pensarmos as ilegalidades que se presentificavam nas disputas eleitorais, que até na contemporaneidade, de diferentes formas, estão presentes em nossa realidade. No discurso dado por essa passagem, podemos averiguar que o desejo de Demosthenes Martins é de evidenciar a situação por ele vivida junto a seus colegas e o árduo desafio que enfrentava para conseguir arquitetar a formação territorial de um estado forte, justo, ético, respaldado pelos princípios da moralidade, tanto respeitando a vontade popular como auxiliando na confecção de um processo civilizador que ofertasse o tão esperado reconhecimento das outras regiões brasileiras, principalmente, dos principais centros políticos e econômicos do país.

Demosthenes Martins exalta seus companheiros de partido, conferindo aos mesmos os ideais positivos que a sociedade, de uma forma geral, considera, por exemplo, adjetivando

os colegas como pessoas cultas, buscadores da independência cívica e possuidores de cunho idealista. Na obra, nota-se que Demosthenes Martins defende os seus iguais e, com isso, acaba se autopromovendo.

Foucault (2009) permite compreender a presente discussão quando assevera que o discurso é o objeto de desejo, pois nos coloca diretamente nas relações de poder que se estabelecem entre os diferentes grupos. Frente a isso, o discurso é o poder do qual muitos querem se apoderar: “[...] Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Ao exaltar seus parceiros de articulação política em detrimento das outras articulações, ele está preparando “terreno” para iniciar o subcapítulo que o insere politicamente em Campo Grande. Com as eleições de 1937, o Dr. Eduardo Olímpio Machado ascende ao cargo de prefeito de Campo Grande, e convida Demosthenes Martins a ser o Secretário da Prefeitura. Nesse período, Demosthenes Martins foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Maracaju. Entretanto, em busca de melhores condições de estudos aos seus filhos, desloca-se para a cidade que mais crescia no sul de Mato Grosso, migra com a família para Campo Grande – passível de ser observado na passagem que se segue: “Das cidades que conheço no interior do País, Campo Grande é uma das mais repontantes expressões da hinterlândia brasileira” (MARTINS, p. 118).

Demosthenes Martins aglomera inúmeros dados para se pensar Campo Grande no cenário político, estrutural, econômico etc. no sul do antigo Mato Grosso. De início, argumenta as atitudes tomadas pelo Prefeito e as melhorias que trouxe para Campo Grande, tais como (p. 119): o Asilo-Colônia S. Julião e do Preventório, que servia, respectivamente, como: abrigo para os hanseneanos e isolamento dos filhos sadios destes; criação da Colônia Agrícola Municipal de Bandeirantes; atuação na solução dos problemas de abastecimento de água e construção de esgotos sanitários urbanos.

Demosthenes Martins destaca também os inúmeros problemas que a administração pública buscava resolver. A título de exemplo das precárias condições estruturais do centro políti-

co e econômico sul-mato-grossense, temos a engraçada passagem em que Demosthenes cita o caso de um morador da cidade de Campo Grande, todo ensaboado, ir até a prefeitura (quando ainda era secretário municipal), num dia de domingo, mostrar toda a sua indignação perante a falta de água que sempre afetava a vida cotidiana dos cidadãos campo-grandenses. Adiantamos que a passagem é demasiado longa, todavia, instiga a reflexão sobre a realidade vivida. Além de possibilitar o entendimento do escrito acima, tanto no que toca a autopromoção como às precárias condições estruturais que enfrentavam, além de ser retomada e recontextualizada para as pretensões do terceiro capítulo, citamos:

Assim, num certo domingo de 1938, estando na Prefeitura batendo à máquina expediente a ser enviado a S. Paulo pelo Prefeito, em cuja Caixa Econômica era pleiteado o empréstimo para o serviço de água e esgotos da cidade, ouvi que golpeavam com insistência a porta de entrada do edifício. Embora estranhando esse chamamento, que implicava em atender-se as partes num domingo, estando fechada a repartição, resolvi ver quem era. Ao abrir a porta, surge-me à frente um cidadão metido num pijama todo encharcado de espumas de sabão e que, abruptamente, dispara-me à queima roupa a seguinte apóstrofe: (...) - Veja, veja, como estou! – Fui ao banheiro e mal me ensaboei, faltou água para concluir o banho. E todas as torneiras a que recorri, estavam sem um pingo de água! Isto não é terra, não tem administração, não vale nada e ninguém providencia por um fim a semelhante descalabro! Veja se é possível suportar isto!... (...) À sua exaltação, que prenunciava uma possível agressão, retruquei: (...) - O senhor tem razão; é de lamentar-se o que lhe acontece, que não é caso isolado, infelizmente. Difícil, porém, é a solução do problema. Somente não lhe assiste razão quando diz que a cidade não tem administração. Tanto essa increpação não procede que, num dia de domingo, consagrado ao descanso, em que fecham repartições, oficinas, indústrias e o comércio, o senhor encontrou aqui, trabalhando, um servidor do município, por sinal o mais graduado deles, depois do Prefeito, que sou eu, Secretário da Prefeitura. E, por favor, venha ver o que estou fazendo!

O dinheiro para tal obra foi conseguido, todavia, não foi liberado pelo órgão responsável. Diante disso, por muitos anos os moradores campo-grandenses tiveram que conviver com essa realidade. O entrevero somente foi resolvido quando Demosthenes Martins assumiu o cargo de Prefeito de Campo Grande (1942), encontrando o então Presidente Vargas para explicar o caso. Frente a esta conversa, segundo Demosthenes Martins (p. 131-132), o dinheiro foi finalmente liberado para a realização da obra.

No momento, não destacaremos os aspectos discursivos encontrados nas passagens confeccionadas por Demosthenes Martins. Para os objetivos deste capítulo, o que conseguimos perceber, nas páginas da obra memorialística de Demosthenes Martins é que, mesmo com o destaque dado a Campo Grande entre as décadas de 1930 a 1950⁶¹, e esse destaque se relacionar à reestruturação econômica e política, a cidade enfrentava graves problemas em suas infraestruturas básicas, quais sejam: más condições das rodovias que ligavam Campo Grande a outras localidades⁶²; problemas no tocante ao abastecimento da água; problemas com o esgoto urbano; iluminação pública; calçamento das ruas; escolas; desvios de dinheiro etc.

Apesar de toda a precariedade estrutural, a cidade de Campo Grande se destaca no cenário sul-mato-grossense. Isto se deve ao rearranjo burocrático nacional, através das políticas implementadas por Vargas, fazendo com que as diferentes elites localizadas no sul do antigo Mato Grosso buscassem a estruturação política, como a inserção de novas técnicas e tecnologias de comunicação e circulação (trem, telefonia, rádio e, posteriormente, rodovias). Esses elementos fizeram com que o centro político e econômico sul-mato-grossense se deslocasse para Campo Grande.

Além de se tornar o centro econômico e político no sul do antigo Mato Grosso, Campo Grande também polarizou as discussões que estão atreladas à emancipação política e administrativa. As articulações políticas, econômicas, intelectuais etc., buscavam, dentro do “processo civilizador”, arquitetar, sempre em comparação com as espacialidades mais “desenvolvidas” do país, a identidade dos sul-mato-grossenses, retirando-os do estigma de *barbárie* (GALETTI, 2000).

61 Limitamos nossa análise a essas duas décadas, por ser o período que Demosthenes Martins enfatiza em seu trabalho.

62 A falta de comunicação entre os municípios brasileiros pode ser visualizada na passagem que se segue: “Acrescida, porém, a densidade demográfica, aumentavam também os reclamos da sobrevivência. Distantiados dos centros nacionais civilizados e premidos pela carência de determinados artigos, os povoadores da Vacaria, principalmente os da periferia em que se erigia Campo Grande, estabeleceram um comércio de escambo com a cidade paraguaia de Concepción, empório comercial das ribas do Rio Paraguai. O rio era, então, o caminho natural de nossa terra para o resto do país e Concepción o primeiro porto de nossa rota fluvial” (MARTINS, p. 358-359).

Para nossas pretensões, aqui, interessa-nos pensar as formas com que Demosthenes Martins pensava a divisão de Mato Grosso, deixando transparecer que a divisão do estado participa da construção do coletivo dos moradores da parte sul de Mato Grosso, em que todos se empenharam na efetivação desse sonho. Em suas palavras:

As manifestações de aplauso com que todo o Sul de Mato Grosso expressou seu tributo de gratidão ao Presidente Geisel, não foram um movimento insólito, mas o pronunciamento que consagra a vitória de uma reivindicação tão grata aos seus habitantes. Era o coroamento de um ideal que vinha desde o fim do século passado, o reconhecimento de um imperativo geoeconômico, a consequência lógica da desajustada constituição do grande Mato Grosso, o corolário de uma luta que se manteve viva em todas as oportunidades que se apresentaram (MARTINS, 1980, p. 372).

Nesse sentido, cabe trazermos para a discussão, o movimento denominado Liga Sul-Mato-Grossense. Essa liga fora criada por estudantes no Rio de Janeiro, sendo a primeira a se manifestar via documento pela divisão de Mato Grosso. Este ardor apareceu com mais fervor depois da derrota do movimento revolucionário de 1932, pois o sul de Mato Grosso lutou contra o regime de Vargas, luta esta que rendera sonhos seccionistas (QUEIROZ, 2006, p. 159), ficando Campo Grande, por alguns meses, como capital do estado criado durante a revolução. No entanto, com o desgosto em relação aos mandos e desmandos do governo do norte, o presente grupo preferiria aliar-se ao governo Vargas, ao qual combateram no movimento de 1932, do que continuar sendo governado por Cuiabá. Como podemos observar nas palavras de Bittar (1999, p. 102): “[...] a rivalidade com Cuiabá alcançou tal proporção que os separatistas preferiam ver o sul constituído em território subordinado ao governo Vargas, que haviam combatido em 1932, a vê-lo governado ‘*por Cuiabá*’”.

A presente liga teve boa parte de suas fundamentações teóricas pró-divisionistas respaldadas pela escrita de Oclécio Barbosa Martins, no livro *Pela defesa nacional: estudo sobre redi-
visão territorial do Brasil* (1944), além de ter diversos artigos publicados pelo jornal *Correio do Estado*. Destaca-se que, segundo Bittar (1999, p. 106), o jornal *Correio do Estado*, desde a sua criação (1954) até os anos 1970, foi um veículo utilizado em prol dos anseios do movimento separatista, veiculando informações e artigos que iam ao encontro dos objetivos de secção do

sul de Mato Grosso. O então diretor do jornal *Correio do Estado*, José Barbosa Rodrigues (*apud* BITTAR, 1999, p. 106), assim se referia à participação do jornal no movimento divisionista:

[...] “a campanha pró-divisão de Mato Grosso contou com o apoio todo do jornal” que procurou manter “acesa a chama da divisão” publicando artigos e notícias sobre o assunto. Entre os colaboradores que redigiram artigos favoráveis a secessão, ele cita Oclésio Barbosa Martins e Paulo Simões Corrêa, enfatizando: “Tinham aqui no jornal e a Liga que lutava pela divisão, presidida pelo Dr. Paulo Machado”.

Para Queiroz (2006, p. 160), no que toca ao esboço da criação de uma identidade sul-mato-grossense, três são os manifestos que contribuem para pensarmos os princípios identitários do hoje Mato Grosso do Sul: *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso* (escrito em 1933) e *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso* (escrito em 1934), ambos confeccionados pela Liga Sul-mato-grossense. O terceiro documento foi concebido para rebater as críticas do então general Rondon às vontades dos grupos sulistas pela divisão do estado, que é *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon* (escrito em 1934). Auxiliando-nos na compreensão dos elementos que motivaram a Liga Sul-mato-grossense e os outros grupos que direcionavam esforços pró-divisionistas Queiroz (1999, p. 161) assevera que o empreendimento divisionista sulista ampara-se em duas principais ideias:

1) atribuição do “estigma da barbárie” exclusivamente às populações do “Norte”, do que resulta a negação, no geral, da “identidade mato-grossense”, antes elaborada pelos intelectuais *nortistas*; 2) apropriação e transformação de alguns elementos da mesma identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do Estado.

Para além desses dois elementos destacados, Queiroz (1999, p. 161) ressalta que foi comum nos manifestos e nos artigos a favor da divisão do estado o destaque à opressão que a população do Sul sofria da porção norte do estado. Os escritos dos sulistas pró-divisão assentavam-se em eleger alguns elementos e compará-los com os encontrados no sul. Diante disso, os modos de produzir eram questionados, relacionando estes ao estigma do atraso, até mesmo da Barbárie, ridicularizando imagens cultuadas pelo povo do norte, apropriando-se de anti-

gos símbolos e ressignificando os mesmos para as pretensões identitárias do sul (QUEIROZ, 1999, p. 161, 162, 163).

Estas notas divisionistas introdutórias servirão de base para pensarmos a construção da identidade sul-mato-grossense, sempre tendo em vista que esta é formulada a partir da diferença. O encontro com o diferente é que nos faz eleger elementos/signos para nos diferenciarmos e nos constituirmos enquanto pertencentes à determinada comunidade. Sendo a identidade arquitetada com uma interessante parceria com o território, este serve de base e influencia as formas com que os mais variados grupos tecem o processo identificador. Resultado disso é que determinados grupos acabam tendo a hegemonia frente ao jogo de forças (ELIAS, 1993), tendo o direito de arquitetar a identidade territorial frente às suas ordens discursivas, escamoteando/sombreando/marginalizando/esquecendo os demais grupos.

O Regime (golpe) Militar e a secção do estado: surge o Mato Grosso do Sul

A “revolução” de 1964 ganha, nas páginas da obra *A poeira da Jornada* (1980), ar de luta contra os comunistas. Demosthenes Martins, antes de entrar propriamente na revolução de 1964, expõe, a partir de suas interpretações, os elementos que findaram na ascensão dos militares ao poder político e administrativo do Brasil. A questão central gira em torno das ações e estratégias políticas que o então vice-presidente, João Goulart, tentou esquematizar para permanecer no poder, após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961.

João Goulart, para se tornar presidente, num primeiro momento, aceitou a condição de permanecer com o regime parlamentarista, todavia, com o passar do tempo, buscou, através de um plebiscito, o fim deste e a volta do presidencialismo, que, segundo Demosthenes Martins (p. 237), “[...] tinha a seu favor a maioria dos votos dos brasileiros”. Esta foi a estratégia que João Goulart adotou para assegurar algumas políticas de cunho social, que, no entanto, foram de encontro com as articulações políticas dominantes. Nesse sentido, trouxe o descontentamento por parte das classes que, até então, estavam gerindo o país, como podemos observar na passagem que se segue:

O retorno ao presidencialismo, regime que enfeixa nas mãos do Executivo a maior soma de poderes na dinâmica governamental, ensejou prontamente o desenvolvimento do plano subversivo que os corifeus do regime comunista, aninhados à sombra de Goulart, se desencapuzaram. Eram as greves, açuladas pelos dominadores dos sindicatos, insuflando a luta de classes; a falência da assistência social, explorada por aproveitadores; as Ligas Camponesas de Francisco Julião, e os grupos dos 11, de Leonel Brizola, tudo isso perturbando, conturbando, inquietando, de mãos dadas com uma inflação disparada (MARTINS, 1980, p. 237).

O fragmento reverbera para o fato de que o que estava em disputa era o medo da classe média⁶³ de sair prejudicada pelas ações realizadas por Goulart e seus ministros. Essa passagem torna-se muito interessante a nossas pretensões analíticas identitárias, pois demonstra quem e o que o autor estava interessado em defender. As palavras que interpretamos estavam direcionadas aos questionamentos das atitudes e valores tomados por Goulart, dizendo que o mesmo agia a partir do caráter de subversão, iniciada após a renúncia de Jânio Quadros. Motta (2006) acaba sendo de valia ao evidenciar de que forma a ascensão de Goulart à presidência incitou, por parte dos liberais e conservadores, o surgimento do discurso de luta contra o Comunismo. Este fato ocorreu devido a algumas políticas realizadas, ou apoiadas, por Goulart irem de encontro aos interesses das articulações das classes médias (rural ou urbana). Vários foram os governos que se debelaram contra o então Presidente do Brasil. Como exemplo, podemos citar o caso do Governador do antigo Mato Grosso, Fernando Corrêa, em que Demosthenes Martins assegura que, nos anos de 1962 e 1963, foi o mensageiro do desgosto pelo governo de Goulart.

Nesse cenário, segundo Demosthenes Martins (p. 238), Mato Grosso sai muito prejudicado: “Estado de predomínio da classe média, cuja economia se baseia na pecuária e agricultu-

63 Destacamos os limites analíticos de Demosthenes Martins, por ser a própria classe média a que mais lutou contra o golpe militar e a ditadura. Numa passagem da obra memorialística de Gabeira, *O que é isso companheiro?* (1981), encontramos um dito que muito contribui com o que arguimos. Gabeira (preso político da Ditadura Militar Brasileira, implantada em 1964) estava num barco que o levava de transferência da prisão Ilha das Cobras para a da Ilha das Flores e, neste momento, expõe o sentimento de derrota que a classe média sofrera com o “avanço” dos militares no período de Ditadura Militar. Assim Gabeira (1981, p. 167) escreve: - “[...] O barquinho, que deslizava no domingo azul do mar, há apenas alguns anos, nos levava agora, com todos os sonhos e derrotas de uma da classe média urbana brasileira, para a ilha das flores”.

ra”. Frente a essa constatação da realidade socioeconômica, ele continua e acrescenta como se o desgosto pelas ações realizadas pelo então Presidente do Brasil fosse algo de consenso geral. Assim, incita seu leitor a crer que todos os sul-mato-grossenses eram contra o Presidente, e que a partir de então iniciaram seu apoio às críticas e lutas que as mais diferenciadas articulações políticas realizavam contra o Governo de Goulart. Como podemos observar na seguinte passagem: “[...] passou nossa ação a despertar a atenção do povo para a grave ameaça que se urdia” (MARTINS, p. 238)⁶⁴.

Como Demosthenes Martins estava articulado à elite formada pelos pecuaristas e pelos agricultores, que participavam de forma efusiva nas campanhas eleitorais de Mato Grosso, articulou seu discurso com o intuito de derrubar os movimentos sociais que se levantaram a partir da ascensão de Goulart à Presidência da República. Para o sul de Mato Grosso, o cenário se apresentava frente a uma grande tensão entre os movimentos sociais pró-reforma agrária, pecuaristas e agricultores. Estas divergências renderam páginas de ásperos comentários questionando as ocupações das fazendas. Nesta medida, a elite que se sentia prejudicada articulou seus poderes e iniciou o arsenal discursivo e prático ante o perigo eminente que eles denominavam de comunismo.

Demosthenes Martins incita, em algumas páginas de sua obra, que os comunistas intentavam tomar as terras dos fazendeiros. Frente a isso, os da elite rural: “Desejavam uma medida preventiva em face da projetada invasão de propriedades rurais por elementos instigados e dirigidos por Antonio Antero de Almeida, moço bacharel em direito, agitador comunista” (MARTINS, p. 240). O autor continua dizendo que com os projetos de colonização, a viabilização da construção de estradas e incentivos ofertados pelo governo de Mato Grosso, os agitadores comunistas se aproveitaram da situação e buscaram ocupar grandes fazendas, cujos proprietários residissem nas cidades. E continua expondo um discurso muito comum à contemporaneidade,

64 No momento, ater-nos-emos apenas a estas palavras iniciais, contudo, no terceiro capítulo, o tema será novamente exposto à discussão e alguns elementos serão aprofundados frente a nossa busca de entendermos quais são os elementos de construção identitária que Demosthenes Martins confecciona em seu romance. Para quem almeja se aprofundar no assunto sobre o governo Goulart e a ascensão do Governo Militar, ver Motta (2006).

de que os movimentos que lutam pela reforma agrária são agitadores e “vagabundos”, que não querem enfrentar a dura labuta de desbravar as matas virgens, buscando se apropriar do que já foi duramente transformado e delimitado. Nas palavras de Demosthenes Martins (p. 240):

Aproveitando-se dessa circunstância, os comunistas insinuavam-lhes a apropriação das fazendas de grandes áreas cujos proprietários, geralmente, residiam nas cidades. A terra – diziam eles – deve pertencer aos que nela querem viver. E seria muito mais suave tomarem as terras já desbravadas do que obtê-las, ainda virgens, doadas pelo Governo, pregava a demagogia comunista.

Novamente fica evidente a postura de Demosthenes Martins frente às tramas que a sociedade estava confeccionando. Uma postura dada à defesa da elite do hoje Mato Grosso do Sul, esquecendo-se ou preferindo omitir todo o processo histórico que envolve, por exemplo, a luta pela terra, o direito ao acesso ou retomada da mesma. Oliveira (1996) contribui com a presente discussão, pois evidencia que a luta pela terra se inicia com a desapropriação que os indígenas sofreram, como resultado da homérica expansão do sistema capitalista, nas belas palavras de Oliveira (1996, p. 11):

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido.

Outro exemplo de luta pela terra, que Demosthenes Martins não leva em consideração, encontra-se em Fernandes (MARTINS, 1998, p. 9), quando o mesmo, na segunda metade do século 19, ressalta o processo de marginalização que os negros viveram na reintegração econômica e social do campo: “[...] as tendências de reintegração da ordem social e econômica expeliram, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo”.

No entanto, no dia 31 de março de 1964, a situação vivenciada por Demosthenes Martins sofre uma grande reviravolta, e esta, nas páginas da obra, ganha em calma: Demosthenes Martins se vê frente à ascensão do Regime Militar, com o comando do general Castelo Branco. O governo militar trouxe a tranquilidade para a elite dos agricultores e dos pecuaristas,

pois o medo das ações comunistas já não mais participa dos assuntos cotidianos. Outro aspecto interessante é a pretensa coesão de interesses, tanto dos habitantes do norte como do sul, em lutarem contra o Governo Goulart⁶⁵. Essa pretensa coesão, interpretando a escrita de Demosthenes Martins, deixou de lado, por um tempo, as discussões seccionistas. Nas palavras de Martins (p. 246):

Em Mato Grosso, a nova situação emergente foi recebida com aplausos e apoiada com entusiasmo. Pela primeira vez, nos movimentos políticos que culminavam com ações revolucionárias, os mato-grossenses estiveram unidos, eis que sempre foi uma constante, nesses episódios, a divergência entre as duas regiões em que se representa o Estado – o Norte e o Sul.

E acrescenta dizendo que: “Não houve, a favor da ação comunizante do Governo Goulart, a mais leve manifestação. Governo, povo, partidos e Forças Armadas estiveram coesos sob a bandeira de 31 de Março, a quem deram sua contribuição integral” (MARTINS, p. 246).

Segundo Demosthenes Martins, passados os primeiros meses da Revolução, após as primeiras medidas do Regime Militar se efetivarem, a tranquilidade do país foi retomada, com isso, a população voltou aos seus afazeres rotineiros, como o próprio Demosthenes Martins (p. 247):

Consolidada a Revolução e tranquilizado o País, os nossos esforços e atenções fixaram-se na administração, em que graves problemas se encontravam em equação, especialmente os relativos às vias de comunicação e à eletrificação.

A calma que a revolução trouxe findara, segundo Demosthenes Martins, com as articulações governamentais que seriam realizadas em 1965. Diante disso, as divisões através das

65 Quando de seu interesse, Demosthenes Martins (p. 248) procurava destacar a diferença entre as duas referências geográficas (norte e sul), como podemos observar: “Esta região (Sul – destaque nosso) [...] continha o maior número de municípios, a maior população, o maior eleitorado e a expressão mais dinâmica de sua economia, não tivera, ainda, um filho seu a governá-lo”.

coordenadas geográficas (sul e norte) reaparecem acompanhadas das diferenciações identitárias.

Os Udenistas, ligados ao partido UDN (União Democrática Nacional), diziam da necessidade de colocarem um candidato do sul no palacete do governador. Esse lugar foi outras vezes ocupado por representantes que tinham suas relações políticas com o sul, todavia, nenhum nascente desta territorialidade houvera ocupado tal posição (MARTINS, p. 248). Nomes foram cogitados, e a UDN pensou em lançar o Dr. José Fragelli. O partido ADEMAT (Ação democrática Mato-Grossense) tinha lançado a candidatura do pecuarista Lúdio Martins Coelho.

Estes não gostariam que fossem lançados dois candidatos da mesma territorialidade, o que poderia refletir na derrota eleitoral, pois iria rachar os votos dos cidadãos do sul, que se apresentavam em maioria, em relação ao norte. A decisão foi tomada a partir da eleição direta dos candidatos via apreciação dos partidários. Do resultado, viu-se que Lúdio Martins Coelho recebeu o maior número de votos e ficou decidido que ele seria o candidato do sul na campanha eleitoral para o governo de Mato Grosso, em 1965.

Seu concorrente direto foi o engenheiro Pedro Pedrossian⁶⁶. Decididos os candidatos, as eleições iniciaram-se com comícios, entregas de panfleto e muito suor partidário, como Demosthenes Martins deixa transparecer nas páginas de sua obra. Para além desses elementos eleitoreiros, a campanha se presentifica dentro da ordem do discurso, em que a todo momento os contrários de Pedro Pedrossian argumentavam que este era dado a políticas subversivas, e que o mesmo apoiara o governo Goulart quando trabalhava como um dos diretores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Para comprovar a verdade da qual Demosthenes Martins se sente portador, na sua obra, cita uma coluna publicada no jornal O Estado de São Paulo, em que faz referência à candidatura de Pedro Pedrossian ao governo de Mato Grosso. A notícia tinha por intuito mostrar para os líderes da revolução quem estava concorrendo para o governo de Mato

66 No momento, não iremos nos aprofundar na apresentação de Pedro Pedrossian, este será retomado no terceiro capítulo, em que procuraremos relacionar a desavença pessoal de Demosthenes Martins com o Pedro Predrosian no entendimento da construção discursiva identitária que Martins deixa transparecer, segundo nossas interpretações, em sua obra.

Grosso e que a vitória de Pedrossian poderia ir de encontro aos anseios da revolução. Como podemos observar na passagem que segue:

[...] Nunca na história da Noroeste a autoridade da administração se mostrou tão vacilante e comprometida como na gestão do Sr. Pedrossian. S. Sa. Confiou cargos de chefia a elementos comprovadamente comunistas. Até funções da mais alta responsabilidade, como a de diretor assistente administrativo, passaram a ser desempenhadas por gente que não fazia segredo das suas tendências subversivas, o que permitiu que a agitação comunista se fizesse às claras em todos os setores da estrada (O ESTADO DE S. PAULO, apud MARTINS, 1980, p. 258).

Novamente o grupo que participava da articulação política de Demosthenes Martins se apropria de manifestos contra ações comunizantes para atacar Pedrossian durante as campanhas eleitorais. Depois das eleições, tem-se a vitória de Pedro Pedrossian e o desconforto de Demosthenes Martins frente a tal resultado:

Realizado o pleito, verificou-se a vitória da coligação PSD-PTB, elegendo Governador do Estado o engenheiro Pedro Pedrossian, cujo perfil de homem público estava traçado, embora seu singelo esboço, no comentário d'O Estado de S. Paulo que transcrevemos páginas atrás (MARTINS, 1980, p. 259).

Com o passar das eleições, o Regime Militar autorizou o funcionamento de apenas dois partidos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A ARENA representava os favoráveis ao Regime Militar e o MDB representava os contrários a tal Regime⁶⁷. Contudo, como vivíamos num momento de muita repressão, tal contrariedade era controlada pelos militares. O partido do qual Demosthenes Martins era membro é fechado e os seus integrantes passam a fazer parte da ARENA. Na obra, fica claro o apoio e a fidelidade de Demosthenes Martins à Revolução e sua fé frente a nova conjectura nacional:

67 Não necessariamente todos eram contrários – alguns representantes de determinadas elites locais perderam autonomia no interior da ARENA, com isso a opção pelo MDB.

Solidário que fui com a Revolução a que dei o integral conteúdo do meu impenitente idealismo, alinhei nela as forças que sumariavam a UDN, de cujo Diretório Regional era, então, Presidente. Fiz questão de inscrever-me nas fileiras da Arena como modesto soldado (MARTINS, 1980, p. 259).

Essa passagem demonstra o quanto Demosthenes Martins se apresenta vinculado à ordem dominante, em seu olhar, e escreve sobre as suas reminiscências temporais e espaciais.

Com a posse de Pedro Pedrossian no Governo do Estado, Demosthenes Martins se vê obrigado a deixar seu cargo de Secretário do Interior, Justiça e Finanças e, junto a este, renuncia ao cargo que exercia como diretor da CELUSA (Centrais Elétricas de Urubungá S. A.), voltando à sua atividade como advogado, com a qual sempre sonhara. Todavia, sem antes deixar de dizer dos benefícios que fizera enquanto um dos diretores da CELUSA (MARTINS, p. 262, 263 e 264).

Nas páginas que se seguem, percebe-se a profundidade discursiva e os conflitos que colocavam Demosthenes Martins e Pedrossian em constantes divergências. Acusações e provocações são evidenciadas por Demosthenes Martins nas páginas de sua obra memorialística. O autor dedica um capítulo sobre um projeto de *Impeachment* contra Predro Pedrossian, e esse projeto está assentado sobre possíveis irregularidades que Pedrossian realizou quando era engenheiro da Noroeste do Brasil: “[...] não foi ele acusado de irregularidades, mas sim faltas graves [...] para as quais desviou verbas e rendas da Noroeste do Brasil” (MARTINS, p. 283).

Em páginas subsequentes, Demosthenes Martins evidencia as ilegalidades que observava no governo de Pedrossian, contudo, aqui não iremos nos ater a estas e sim destacar as reações representadas pelos seus discursos perante os percalços e conquistas que ia vivenciando. Demosthenes Martins, ao destacar as ilegalidades que fundamentam o projeto de impeachment contra Pedrossian, e diante da inércia por parte do Governo Militar, começa a ver com muito pesar as atitudes tomadas após a implantação do Regime Militar:

A ação que a Revolução exercitava em Mato Grosso, através do Governo Pedrossian, criara-me, moralmente, o impedimento de aplaudi-la. Seria desmentir toda a minha luta em mais de 50 anos de vida pública, desde a juventude, engajada em todos os movimentos que agitaram o país com o objetivo de restabelecer a honestidade na administração

pública, banindo a corrupção, e nas eleições, libertando-as das atas falsas, verdadeira conspiração do regime democrático (MARTINS, 1980, p. 295-296).

Demosthenes Martins, segundo nossa interpretação, acreditava de forma veemente que a organização política realizada pelo Regime Militar poderia levar o arranjo social brasileiro à esperada moralidade nas relações políticas como o “desenvolvimento e progresso” da nação. Nesse sentido, percebe-se que o sentido de verdade para Demosthenes Martins adentra numa opção meramente relativista, a qual nega as escalas temporais e espaciais que contextualizam a ordem política e espacial na época. Diversas vozes e lugares das diferentes falas foram abafados pelo silêncio autoritário imposto pela ditadura, e isso faz com que seja inviabilizado ler a amplitude do território que estava acontecendo, muito além dos desejos e ilusões de uma minoria dominante.

Nos capítulos finais de sua obra memorialística, ele se dedica a falar da secção do estado: os momentos de efetivação do projeto de redivisão territorial, a consolidação do novo estado da federação e sua primeira eleição. O projeto arquitetado pelo então ministro do interior Rangel Reis foi aceito pelo Presidente Geisel, para Demosthenes Martins (p. 372): “Era o coroamento de um ideal que vinha desde o fim do século passado, o reconhecimento de um imperativo geoeconômico, a consequência lógica da desajustada constituição do grande Mato Grosso”. Segundo o autor, os esforços que se iniciaram no início do século foram conseguidos através da lei:

[...] complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, do Congresso Nacional, aprovando o projeto do Presidente Geisel, o término da trajetória, o ponto de chegada de uma ideia que vem iluminada de antecedentes históricos e determinada por fatores geográficos, econômicos, hereditários e políticos, ressaltantemente positivos (MARTINS, 1980, p. 373).

Geisel (*apud* MARTINS, p. 375) profere o seguinte discurso. Num primeiro momento, dedica-se a acalantar o povo do norte e dizer que os esforços se somam para consolidar dois estados fortes, como segue:

A tarefa que nós temos pela frente é imensa. Vamos construir praticamente dois Estados: Mato Grosso do Sul que passa a ter vida política, e Mato Grosso do Norte que vai se defrontar com novos problemas mais difíceis, pela necessidade de recursos para compensar aqueles que hoje perde.

E finda o seu discurso afirmando que:

Com o nosso esforço, com a nossa vontade de realizar, usando as potencialidades do território e a capacidade da população e usando o poder econômico-financeiro da União e o seu poder político, eu lhes confesso: tenho em mim seguras esperanças de que nós vamos construir dois futuros grandes Estados do Brasil (GEISEL, *apud* MARTINS, 1980, p. 375).

Essas são as palavras que, segundo Demosthenes Martins, Geisel proferiu para acalantar as perdas que o norte sofrera com a emancipação política e administrativa do sul e dizer do seu apoio para garantir a sustentabilidade do mesmo, assim como para efervescer a “conquista” que os sulistas⁶⁸ tiveram. No penúltimo capítulo, Demosthenes Martins dedica-se a tecer palavras de agrado a Vespasiano Martins, dizendo que este foi um dos precursores dos ideais divisionistas, assim, costurando os primeiros fios identitários após a secção, elegendo homens que pudessem ser utilizados como representantes da identidade sul-mato-grossense. Por fim, termina suas memórias deixando transparecer um ar de tristeza e desalento com os rumos que a sociedade estava tomando: “[...] como na queda se esfacelam até os símbolos e as imagens, redobram-se os cuidados no trajeto...” (MARTINS, p. 396).

68 Aqui cabe suscitarmos ou rememorarmos uma questão anterior: será que realmente a construção/invenção/efetivação da secção participou das vontades de todos os mato-grossenses? Questão esta que será retomada no terceiro capítulo.



CAPÍTULO 3

A poeira da identificação: apontamentos acerca do processo de identificação territorial sul-mato-grossense

Demosthenes Martins, em sua obra, assevera que as palavras que tece são a expressão da mais pura “verdade” e que jamais a “poluiu”, nem mesmo com toda a “poeira” levantada durante as suas vivências e que poderia encobrir seu olhar perante a realidade vivida: “Não transigi, jamais, com a fraqueza humana de poluir a verdade, mesmo que fosse para nela pôr um véu diáfano de fantasia, nem mesmo envolto na poeira da jornada” (MARTINS, p. 397). Ele escreve o citado na última página de seu trabalho, mas o começo também evidencia o que encontraríamos no correr da sua obra, um acreditar e representar suas verdades e percepções sobre os fatos que relata: “[...] não me preocupei comigo mesmo, mas com os acontecimentos em que me envolvi, relatando-os, sobretudo, com integral fidelidade” (MARTINS, p. 15). Aqui, o autor se esquece de que a “verdade” é dada a partir do ponto de vista de quem acredita nela e, com isso, aquilo que para ele é a verdade absoluta pode ser facilmente contrariada frente a outras perspectivas.

Exemplares são as passagens em que Demosthenes Martins se refere a Pedro Pedrossian. Como havíamos dito no segundo capítulo, Demosthenes Martins travou uma luta discursiva contra Pedro Pedrossian, tecendo comentários sobre suas debilidades administrativas, tais como as irregularidades enquanto este estava na direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Também diz do atrelamento de Pedro Pedrossian às conjecturas comunizantes, questionando, frente ao Governo Militar, a candidatura e o governo Pedrossian do Estado de Mato Grosso. Dois momentos, na obra de Demosthenes Martins, são cruciais para visualizarmos o exposto nas palavras acima. O primeiro encontra-se na representação que Demosthenes Martins e seu amigo Dr. João Villasbôas dirigiram ao então Procurador Geral da República

junto ao Supremo Tribunal Federal (MARTINS, p. 269). A presente representação deve-se à omissão, segundo Demosthenes Martins, do governo revolucionário, frente à não intervenção no estado de Mato Grosso, devido a alguns atos praticados pelo governo de Pedro Pedrossian. Diante disso, os autores da representação pedem a: “[...] nulidade dos atos praticados por PEDRO PEDROSSIAN no exercício do cargo de GOVERNADOR do Estado de Mato Grosso” (MARTINS, p. 269). Frente a todos os argumentos contrários a Pedro Pedrossian, finda com as seguintes palavras:

E, de fato, assim é. Porque, no Governo do Estado de Mato Grosso, não respeita as leis de meio, nem as dotações específicas e vai gastando as rendas públicas sem ordem e sem limites, numa pasmosa ausência de critério administrativo, na reincidência daqueles mesmos delitos e também nos que são cobertos por aqueles – “etc” – com que completa a enumeração dos seus feitos naquela publicação (MARTINS, 1980, p. 284).

É esta representação que abre as “cortinas” para uma ação maior, que se direciona para o segundo momento contra o governo Pedro Pedrossian, e é a materialização de um projeto de *impeachment*⁶⁹. O projeto estava embasado, segundo Demosthenes Martins, nos seguintes argumentos: primeiramente, destaca o fato de que Pedro Pedrossian não poderia assumir o cargo de Governador por ter sido demitido a bem do serviço público (isso se deu por causa de

69 Para mostrar a relatividade dos discursos, sobre o projeto de *Impeachment* contra Pedrossian, ver o Capítulo X (O *impeachment*, exemplo de impertinência), do livro *O pescador de sonhos: memórias* (2006), escrito pelo então acusado Pedro Pedrossian. Pedrossian (2006) procura demonstrar o seu ponto de vista, seus argumentos sobre o assunto, e, é claro, mostra o quanto digno e ético procurava ser. Como podemos averiguar no momento em que o Ministro Carlos Medeiros sugeriu que ele se demitisse da Ferrovia, para evitar tais constrangimentos, Pedrossian (2006, p. 110) assim escreve sua reação: “E eu, com o ímpeto da juventude, entendendo que esse gesto feria minha dignidade pessoal, não concordei de forma alguma”. Em ambas as narrativas, conseguimos encontrar algo em comum por detrás destes relatos e imagens, que configuram a paisagem do território em disputa, ou em construção. Ambos não viam o outro como inerente a esta espacialidade, o outro social, o marginal e esquecido, apenas se viam como únicos “eus” de um projeto a ser naturalizado. Uma memória assim construída deve ser concebida apenas como pontos de vista, opiniões, fragmentos imagéticos sem qualificação no contexto social. O território que daí se consuma é um espaço esquizofrênico, doentio, cindido.

irregularidades que cometera enquanto engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil); em segundo lugar, cita as diversas atitudes que tomara enquanto governador, recebendo quantias exorbitantes de verbas por parte do Governo Federal a fim de que a administração pública investisse no desenvolvimento do estado. Pedro Pedrossian realizou obras de forma avessa às normalidades que a administração pública requeria. Por exemplo, executou diversas obras, segundo Demosthenes Martins (p. 290), sem concorrência pública, nas palavras do autor:

Valendo-se dos amplos recursos recebidos a título de auxílios e de execução de PROGRAMAS do Governo Federal e do robustecimento da economia do Estado, então como agora, em franco desenvolvimento, propiciatório de crescentes arrecadações fiscais, realizou Pedrossian, muitas vezes sem concorrência pública, a que tinha verdadeira alergia, uma série de obras de marcante impressionabilidade (MARTINS, 1980, p. 290).

O debate aqui não será desenrolado no sentido de afirmar se Demosthenes Martins está correto em seus argumentos ou que o mesmo se apresenta equivocado. O debate que pretendemos direciona-se no sentido de traçar as características identitárias e memorialísticas que a obra de Demosthenes Martins nos possibilita acionar para entendermos a construção/invenção identitária sul-mato-grossense. Com esta finalidade, citamos uma possível⁷⁰ resposta ao projeto de *impeachment* direcionado a Pedrossian. Pedro Pedrossian publica o artigo “Chegou o fim das velhas raposas”, no *Diário de São Paulo*, na edição de 26 e 27 de agosto de 1967. No presente artigo, Pedrossian (*apud* MARTINS, p. 296), argumenta o quanto “ladrão” fora Demosthenes Martins e, a partir disso, enumera um rol de acusações que se direcionam a Demosthenes Martins, como veremos mais a frente. Demosthenes Martins responde as acusações e abre um processo contra Pedrossian por difamação.

Este duelo travado entre Demosthenes Martins e Pedro Pedrossian serve para entendermos que o território é fruto dessas articulações, dos mais diferenciados grupos sociais que buscam se colocar e se representar tanto materialmente como imaterialmente. O processo de territorialização ganha em especificidades, pois as conjunturas política, econômica, cultural,

70 Colocamos “possível” por essa ser a interpretação que nós tiramos da referida passagem, contudo, deixamos aberto para outras possibilidades interpretativas.

ideológica etc. de cada agrupação humana conferem singularidades ao território. Assim, é frente à relação que se estabelece entre território e sociedade que o processo de identificação territorial é inventado, tendo consciência que o processo de territorialização perpassa, necessariamente, pela ordem do discurso que norteia o estar e o se colocar dos diferentes grupos que pertencem a esta localidade – pois o discurso é, como citamos no segundo capítulo: “[...] o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10)⁷¹.

Nesse momento, cabe citar Philippe Lejeune (2008), em seu livro *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, quando argumenta que: “Escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes” (LEJEUNE, 2008, p. 113). Essa passagem, somada com a de Foucault (2009), contribui para pensarmos a questão do processo de identificação territorial pela posse do discurso. Assim, em nosso caso, a escrita pode resguardar a imagem de quem escreve como dos seus pares, levando em consideração que o ato de se apropriar do discurso é dado, como assegura Lejeune (2008), em grande maioria, pela elite (tanto social como intelectual). Como resultado, temos o contar e o narrar suas próprias histórias, sombreando, marginalizando, escamoteando, silenciando etc. terceiros que não participam daquilo que os mesmos buscam representar e serem inseridos. Nesse sentido, adentram monumentos, literaturas, pinturas que retratam determinado grupo social como paisagens que determinada elite elege enquanto fundantes do processo de identificação.

A partir disso, os detentores do discurso buscam demonstrar suas verdades, crenças e construções imagéticas territoriais para o restante da sociedade, como se o que determinados grupos sociais elegem enquanto fundantes da relação sociedade base física fosse passível de ser generalizado para o todo dos grupos sociais que compõem o território. Além do mais, esses esforços de generalizações acabam se contradizendo. Exemplificador é o embate que se travou – e que até hoje continua sendo travado por intermédio do livro de memórias de Pedro

71 Assim como Mitchell (*apud* COSGROVE e JACKSON, 2007, p. 140) assevera: “[...] Em vez de janela transparente da qual se possa olhar o mundo ‘real, as imagens e a linguagem são uma espécie de signo, com uma enganadora aparência de naturalidade e transparência, como um mecanismo de representação opaco, distorcido e arbitrário, um processo de mistificação ideológica”. Mitchell comete um equívoco que não cabe a nós aprofundar, apenas um apontamento, que é não considerar imagem enquanto linguagem.

Pedrossian (2006), entre Demosthenes Martins e Pedro Pedrossian. Uma disputa discursiva que reverbera para o entendimento da construção territorial sul-mato-grossense, pois ambos, possuidores de diferentes articulações políticas, buscavam o comando de Mato Grosso e que depois passa a ser Mato Grosso do Sul. Afirmavam ainda serem possuidores da verdade e da moralidade da vida pública, como evidenciaremos mais à frente sobre Demosthenes Martins, e como agora citamos em Pedrossian (2006, p. 19), ao justificar porque resolveu escrever suas memórias:

Desejo simplesmente esclarecer fatos que, na minha ótica, estão se perpetuando na história de maneira equivocada, e registrar outros, que nunca chegaram ao conhecimento público, embora tivessem muito a ver com a dinâmica dos acontecimentos que marcaram minha participação nos destinos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Pedrossian (2006), em suas memórias, avança em relação a Demosthenes Martins, pois aceita que suas memórias participam de uma ótica sobre o assunto, deixando implícito/explicito que sua narrativa é uma entre tantas outras possíveis. Estas ponderações evidenciam o jogo discursivo que envolve a construção territorial e que muito influi na construção identitária de determinado território, que no caso é o de Mato Grosso do Sul.

Retornemos à escrita de Demosthenes Martins para encontrarmos, segundo nossas interpretações, elementos que permitam o entendimento da construção da identidade territorial sul-mato-grossense: em suas memórias, em todo o desenvolver de sua narrativa, diz ser o portador da moralidade, da integridade, pois acredita ser aquele que sempre teve por intuito levar o progresso e a moralidade ao sertão de nosso país. Para comprovar tal fala, enaltece a si mesmo ou cita o discurso de um terceiro, a quem, em algum momento, conferiu palavras de acalanto, de agrado ou de admiração, sendo estas citações, constantes na obra.

O leitor pode rememorar a engraçada passagem discutida no segundo capítulo do livro, no momento em que um morador de Campo Grande, todo ensaboado, reclama das constantes falta de água. O interessante da referida passagem é que o reclamante assim se apresenta em um domingo, e Demosthenes Martins, no cargo de Secretário da Prefeitura, estava trabalhando para resolver o problema que afetava toda a cidade. Após ouvir as queixas, Demosthenes Martins (p. 121) argumenta:

- O senhor tem razão; é de lamentar-se o que lhe acontece, que não é caso isolado, infelizmente. Difícil, porém, é a solução do problema. Somente não lhe assiste razão quando diz que a cidade não tem administração. Tanto essa increpação não procede que, num dia de domingo, consagrado ao descanso, em que fecham repartições, oficinas, indústrias e o comércio, o senhor encontrou aqui, trabalhando, um servidor do município, por sinal o mais graduado deles, depois do Prefeito, que sou eu, Secretário da Prefeitura. E, por favor, venha ver o que estou fazendo!

Não nos colocamos na posição de julgadores das falas de enaltecimento que Demosthenes Martins tece a si, como as falas de terceiros que mostram o quanto ele foi importante para o atual Mato Grosso do Sul. Todavia, tais discursos contribuem para pensarmos a imagem que Demosthenes Martins quer que seus leitores formem sobre sua pessoa, buscando construir sua identidade e, conseqüentemente, inventar a imagem do sul-mato-grossense através das palavras que traça em sua obra. Passagens que procuravam assegurar o quão digno e íntegro o autor era.

Por exemplo, no caso em que instaura um processo contra Pedro Pedrossian, por difamação – acusações que Pedrossian⁷² teceu no Jornal *Diário de São Paulo*, com o título: “Chegou o fim das velhas raposas” (PEDROSSIAN, *apud* MARTINS, p. 296-297), Pedrossian afirmava que Demosthenes Martins era “[...] um dos maiores ladrõezinhos que passaram por esta terra”. Após responder às acusações, abre o processo contra o autor da referida acusação, e enquanto esperava o andamento do processo, continuava exercendo suas atividades, uma delas ser membro da SCGI (Subcomissão Geral de Investigações/MT). O referido Órgão estava julgando atitudes e atividades de Pedro Pedrossian. Demosthenes Martins, quando o grupo ia tratar de Pedro Pedrossian, como estava processando o analisado pelo grupo, retirava-se da sala e não perguntava aos colegas o discutido sobre o assunto, como podemos ver nas palavras que segue:

Por isso e também por uma questão de ética, quando em reunião da SCGI estava em pauta assunto relacionado com Pedrossian, eu me retirava e, respeitando a característica do nosso Órgão, não indagava dos meus companheiros, que o integram, o que havia sido apurado (MARTINS, 1980, p. 322).

72 A presente passagem já foi citada, entretanto, aqui ela aparece com outro sentido interpretativo.

Em seu trabalho, o que conseguimos visualizar é que ele se apresenta, conforme suas palavras (MARTINS, p. 342), ao receber a cidadania Mato-Grossense, em 8 de novembro de 1973, como um humilde operário/proletariado, laborioso nas atividades de levar o progresso e as normatizações às relações sociais sul-mato-grossenses, um “proletário” que entregou sua juventude, sua mocidade e que, por fim, vê os últimos lampejos do pôr do sol, como escreve:

Não poderia a modéstia de minha vida de operário humilde dos labores de Mato Grosso atingir alcandores mais desatados do que este, a que me elevastes, e sim, meus Senhores, que tenho sido nesta vida, senão um pequeno proletário da terra mato-grossense, onde se me foi a juventude, se despediu a mocidade e já me ofuscam os lampejos do meu pôr de sol? (MARTINS, 1980, p. 342).

Como havíamos dito, esta foi a tônica do livro de reminiscências de Demosthenes Martins, este constante enaltecer a si e de seus pares, o respectivo grupo que procurava representar, além de tentar assegurar discursivamente todas as verdades que carregava e lutava para concretizar, como os episódios de repúdio ao governo de Goulart, ao governo de Pedrossian, como toda apologia que teceu em favor a ascensão da Ditadura Militar⁷³ etc. Entretanto, analisando sua amarra discursiva, observamos que Demosthenes Martins, mesmo se colocando enquanto porta-voz da moralidade, da integridade, em vários momentos de sua obra se utiliza, como já evidenciado no segundo capítulo, de vários “jeitinhos” para se colocar socialmente.

Três passagens são exemplificadoras. A primeira localiza-se no momento em que houve sua transferência de Belém-PA, para o Rio de Janeiro, então capital do país. Essa locomoção só foi possível por intermédio do cargo de confiança que seu pai exercia junto ao governo do

73 Demosthenes Martins, na sua introdução, tece comentários sobre a Ditadura Militar, dizendo que, no momento que escreve, ela está envolta na corrupção, elemento que a Ditadura Militar prometia combater e, por isso, se solidarizava com a mesma, dizendo: “Na conjuntura ameaçadora, consequente da desordem que se espalhava com as greves injustificadas – abalando a estrutura econômica – e a indisciplina – minando a ordem nas instituições militares – prefigurando no comício de 13 e na assembleia do Automóvel Clube, de 30 de março, no Rio de Janeiro, estava o prenúncio da anarquia. A revolução de 31 de Março foi, portanto, a conclamação vitoriosa às forças vivas de nossa formação democrática, despertadas pelas preces cristãs da mulher brasileira nas ruas e praças públicas, para o combate à preparação, que se desenrolava, da comunicação nacional” (MARTINS, p. 15).

Marechal Hermes da Fonseca, que ficou no cargo entre 1910 a 1914. Nas palavras de Demosthenes Martins (p. 35-36):

Nos fins de 1913, obtive remoção de Belém para o Rio de Janeiro, graças a intervenção do meu pai, chefe da estação do Palácio do Catete. Naquele tempo, em que não havia telefone interurbano, o Presidente da República utilizava-se do telégrafo quando queria comunicar-se pessoalmente com alguém, mas frequentemente os governadores. O telegrafista, que era o intérprete dessas conferências, tinha que ser pessoa de absoluta confiança do Presidente. Era o que acontecia com o meu pai, circunstância que determinou sua vinda para o Rio. Ele e o Marechal eram amigos pessoais, desde o tempo em que este servia na guarnição de Natal, como oficial, e meu pai era telegrafista daquela estação.

O segundo momento que gostaríamos de destacar localiza-se na busca de Demosthenes Martins para realizar seu sonho de ser advogado. Como já arguimos, no segundo capítulo, o mesmo vê suas esperanças para tal feito se esvaírem⁷⁴. A última tentativa que lançara foi através do serviço militar, contudo, Martins é dispensado devido ao problema de miopia do qual era portador.

Neste meio, Demosthenes Martins, em conversa com um amigo, vê novamente a esperança, pois o amigo o aconselha a pedir a provisão de advocacia, dada pela falta de bacharéis. No entanto, a parte que nos interessa foi a de como conseguiu realizar tal feito, destacando a licença de 90 dias, que conseguiu para viajar a Cuiabá, e assim conseguir estudar para prestar a prova que lhe daria a provisão de advogado. Demosthenes Martins somente conseguiu a licença que o auxiliou na materialização de seu sonho a partir da mentira. O autor, que se diz portador da moralidade, da ética, sucumbe perante suas necessidades e vontades, desta feita, utiliza de irregularidades, mentiras e desonestidade com a própria instituição pública da qual tanto se diz defensor (da integridade moral dos que lá atuam). Demosthenes Martins (p. 48-49) evidencia a sua destreza para conseguir a referida licença:

⁷⁴ O resumo sobre o caso foi comentado no segundo capítulo. Todavia, para as pretensões do momento, ele se torna importante para a amarração que procuraremos fazer.

À vista dessa perspectiva e da remoção para a estação de Porto Murtinho, ato expedido pelo Chefe do Distrito Telegráfico, Francisco Xavier Junior, antes da minha apresentação de retorno de Corumbá, requeri 90 dias de licença para tratamento de saúde. Encaminhei o pedido, amparado com um atestado médico por intermédio do Deputado Severiano Marques, diretamente ao Diretor da Repartição Geral dos Telégrafos, no Rio. Obtive a licença, viajei para Cuiabá a fim de submeter-me a exame no Tribunal de Justiça, para a obtenção da Provisão de Advogado.

O fim dessa história já sabemos. Martins consegue a provisão e abandona seus trabalhos como telegrafista para iniciar a carreira de advogado. Essa passagem exemplifica as contradições discursivas que envolvem o pensar e escrever de Demosthenes Martins: pratica atos de irregularidade e se utiliza dos mais variados contatos para conseguir realizar as suas conquistas pessoais.

O terceiro momento se refere ao encontro com a moça que iria acompanhá-lo durante parte desta jornada. Em Nioaque, Martins vê a necessidade de formar um lar para se livrar da solidão que o afetara, devido à falta de vida urbana na localidade:

Fixado em Nioac, onde afirmava na atividade de advogado – minha vocação – e na política – a predominante da minha formação – senti a necessidade de organizar a minha situação pessoal, constituindo um lar, onde me refugiaría da solidão que enfrentava em razão da falta quase absoluta de vida urbana naquela comunidade. A esse tempo, a distração que se apresentava era unicamente as festas religiosas tradicionais e as reuniões dançantes comemorativas de aniversários e casamentos. Nada mais... (MARTINS, 1980, p. 65).

Demosthenes Martins viu sua pretendente, pela primeira vez, no Cartório da referida cidade. Depois que a moça terminou a conversa com umas das atendentes do Cartório a atendente o indagou: “Gostou de ver a minha vizinha? Olhou tanto para ela...” (MARTINS, p. 65). Martins logo responde, utilizando-se de gíria: “É um peixão! Como é mesmo o nome dela?” (MARTINS, p. 65). Assim fica sabendo que o nome da moça é Corila e inicia, então, sua “peleja” para resolver os problemas sentimentais. O primeiro contato se estabelece num baile, quando troca as primeiras palavras com Corila. O que gostaríamos de destacar é o fato de que ele, utilizando-se da condição de prefeito, ia à escola em que Corila trabalhava somente para vê-la e fazer com que crescesse mais a amizade e o mútuo sentimento de carinho. Assim, in-

ventava vistorias, proferia palestras aos alunos, como escreve na página 66: “Às vezes, quando prefeito, ia à escola a pretexto de examinar uns reparos que fazia no prédio, somente para uma ligeira palestra, satisfazendo a atração que por ela sentia, o enlevo que me procurava”.

Não criticamos tal ato, todavia, essa passagem somada às outras duas, suscita o questionamento de até que ponto a moralidade ou a integridade pode ser recantada em prol do crescimento pessoal. No mínimo, essas passagens mostram o quanto contraditório podem ser nossos atos perante o viver. Assim, os questionamentos que realiza ao amigo Senador, diante da falta de ação do Governo Militar em relação à administração de Pedro Pedrossian, devem ser recontextualizados e trazidos para iluminar nossos pensamentos em relação ao próprio Demosthenes Martins⁷⁵ (p. 323):

- De que vale, Senador, as nossas lutas em prol da moralização da vida pública brasileira? De que vale a Revolução de 31 de Março? Não queria saber o que se praticou de corrupção no governo do antecessor do Fragelli, que não o incriminou, como deveria. E, não se esqueça de que quem vive com cobra e não é mordido é faquir.

Diante do exposto, Demosthenes Martins nos auxilia a pensar o território e a construção da identidade. Ao se contradizer em sua escrita, ele nos possibilita intuir sobre a questão da fronteira, ao nos suscitar, a partir do contato com a obra, a seguinte indagação: quais são as fronteiras morais que Demosthenes Martins tanto ressalta? Tendo como referencial as contradições discursivas expostas, podemos inferir que a fronteira deva ser pensada no contínuo de seu processo formador, ou seja, a fronteira não é, ela está sendo. Nesse sentido, o conceito de fronteira, em Demosthenes Martins, como é trabalhado por Carvalho (2009), deve ser pensado no gerúndio, assim, ao invés de arguirmos fronteira, devemos falar “fronteirando”,

75 Não estamos propondo uma defesa a Pedro Pedrossian, apenas suscitamos essa passagem para nos auxiliar no entendimento da construção da identidade territorial sul-mato-grossense na obra *A poeira da jornada: memórias*. Essas passagens servem para questionarmos os não vistos, as estratégias discursivas e o comprometimento de Demosthenes Martins com a sua realidade vivida. Assim, as passagens adentram como índices que nos auxiliam a pensar a construção identitária expressa em suas memórias.

analisando os lugares e os momentos vivenciados durante a invenção de determinada porção territorial, que, no caso, é a de Mato Grosso do Sul.

Escrever sobre a identidade territorial sul-mato-grossense, tendo como “índice” a obra memorialística de Demosthenes Martins⁷⁶, é incorrer pelas veredas da memória de nosso autor. Esta constatação nos faz rememorar o romance *Crônica de uma morte anunciada*, escrito por Gabriel García Marquez, em que a personagem principal se locomove até a cidade onde a trama é desenvolvida, para tentar recompor os fatos que levam à elucidação da morte de Santiago Nasar. Como segue a passagem:

Ela o viu da mesma rede e na mesma posição em que encontrei prostrada pelas últimas luzes da velhice, quando voltei a este povoado abandonado, tentando recompor, com tantos estilhaços dispersos, o espelho quebrado da memória (Gabriel García Marquez, 1998).

Marquez (1998) nos faz pensar o quão complicado é recompor os cacos da memória. Como já apontamos, a memória é arquitetada frente à seletividade do enunciador, ou seja, o sujeito rememora a partir de como quer ser visto pelos demais da sociedade, cabendo para os pesquisadores que adentram na discussão dialógica, entre literatura memorialística e geografia, utilizar outras fontes para interpretar e “juntar” os cacos da memória do pesquisado, introduzindo elementos que não participam do ato de rememorar, mas que, ao entrarmos em contato com a mesma, nos é suscitado. Assim, as memórias servem como “índices” que nos permitem pensar e intuir sobre a construção territorial – em nosso caso a sul-mato-grossense – através da obra memorialística de Demosthenes Martins, via entrelaçamento das diferentes fontes que pensaram e escreveram sobre o território pesquisado, como também levar em consideração os não ditos. Todos estes referenciais nos auxiliam a pensar o processo de identificação territorial que envolve a espacialidade sul-mato-grossense.

Tendo a obra como centralizadora da presente discussão, retomemos o momento em que Demosthenes Martins escreve sobre o seu enlace amoroso e posterior casamento. Essa

76 Levando em consideração que, num trabalho como este, segundo Brosseau (2007, p. 86): “[...] o texto é sempre o parâmetro da interpretação”.

retomada se dá com o intuito de inserirmos uma discussão muito cara à identidade territorial sul-mato-grossense, que são as questões que envolvem a ocupação territorial. Na obra, Demosthenes Martins descreve seu sogro e sogra, dizendo o nome e a origem territorial. O pai de Corila veio do Rio Grande do Sul e a mãe do Uruguai. Enfatiza: “[...] um casal que a exemplo de muitos outros, veio do Rio Grande do Sul, atraído pela sedução das terras novas e dadivosas, em tudo propiciatórias de um futuro promissor” (MARTINS, p. 66).

Em sua escrita, Demosthenes Martins deixa transparecer o ideal progressista com que trata a questão que envolve a ocupação das terras. Ele comunga da ideia segundo a qual essa espacialidade se apresentava como “espaços vazios”, que deveriam ser ocupados, domesticados, para, com isso, adentrarem no ciclo de exploração econômica e, assim, participarem das concepções desenvolvimentistas em que outras localidades brasileiras já estavam inseridas. Como resultado, segundo Galetti (2000), a identidade através da valorização dos “desbravadores” dos sertões torna-se um elemento central para se identificarem e romperem com a visão de barbárie de que as outras localidades mais “desenvolvidas” os adjetivavam.

Ou seja, apropriarem-se da ideia do homem forte que conseguia vencer as intempéries do isolamento e levar o “progresso” aos espaços que outrora eram “vazios”. Galetti (2000), quando discute a identidade de Mato Grosso, enfatizando que as lideranças políticas, econômicas e intelectuais se esforçavam para identificar homens que pudessem representar a identidade mato-grossense, ressalta a figura de Rondon na construção do ideal do mato-grossense desbravador:

Um outro personagem em torno do qual vai acentuar-se o culto é Cândido Mariano da Silva Rondon, o herói republicano por excelência. Mato Grossense de Mimoso, na região do Pantanal, Rondon transformou-se rapidamente, desde a sua entrada na Comissão das Linhas Estratégicas e Telegráficas, no maior e único herói vivo da história republicana do Brasil e do Mato Grosso. Para os intelectuais mato-grossenses era o símbolo das qualidades raciais e de caráter que identificavam o mato-grossense com suas origens bandeirantes. Desbravador de sertões, semeador de civilização em seus desertos, sua figura simbolizava, simultaneamente, a tradição (era o exemplar mais perfeito da raça bandeirante em Mato Grosso) e o progresso (representado pelas Linhas Telegráficas que implantara e pelo seu trabalho em prol da “civilização indígena”), duas faces da mesma moeda em que se cunhava a marca da identidade regional – o passado e o futuro que deveriam irmanar todos os mato-grossenses (GALETTI, 2000, p. 295).

Nesse sentido: “A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade” (BHABHA, 2007, p. 76). Galetti (2000) nos auxilia a pensar a questão da busca da representação do ser mato-grossense para as demais alteridades que compõem o território nacional, pois o restante da sociedade qualificava Mato Grosso enquanto lugar de barbárie. Os mato-grossenses sentiram a necessidade de expor elementos que contrariassem tais impressões. Como resultado, nomes de indivíduos passaram a ser cultuados e se tornaram exemplos do homem mato-grossense. Demosthenes Martins participa do processo de construção dessa identidade. Passagens são exemplificadoras, como, por exemplo, o momento em que Martins, quando era Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado (em 1951), recomenda, em portaria n.º 108 (*apud*, MARTINS, p. 179) a todos os diretores dos estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso que o dia 5 de Maio, data do aniversário de Rondon, seria dedicado a falar e exaltar os grandes feitos realizados por esse homem, pois este era de Mato Grosso e deveria ser conhecido e reconhecido por todos os mato-grossenses, como se segue:

Aos diretores de todos os estabelecimentos de ensino do Estado que, transcorrendo no dia 5 de maio o aniversário natalício do general CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, façam, nessa data, às suas classes, preleções em que sejam focalizadas as singulares virtudes que exornam a personalidade desse egrégio mato-grossense, padrão de elevado civismo, acendrado patriotismo e incomparável dedicação ao serviço da Nação. Nessas preleções devem ser destacados especialmente os trabalhos realizados no desbravamento dos nossos sertões e pela integração dos selvícolas à civilização. A gloriosa e longa existência do grande sertanista, toda votada à grandeza da Pátria, devem conhecê-la as gerações que estão surgindo, a fim de que lhes prestem o seu culto, o tributo da veneração que se lhe deve, da consagração a quem tanto tem enobrecido a nossa Terra (MARTINS, 1980, p. 179-180).

No obra memorialística, a visão de espaços vazios é uma constante no pensar e escrever, não só de Demosthenes Martins, mas de inúmeros indivíduos que direcionavam palavras a este: “[...] Oeste longínquo” (1980, p. 222). Exemplar é a passagem em que o então Presidente do Brasil, Geisel, proferiu um discurso sobre a concretização da instalação do novo Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 1º de Janeiro de 1979. Geisel (*apud* MARTINS, p. 384), em sua fala, deixa claro que o que hoje acontece com o Mato Grosso do Sul faz parte de um grande

feito realizado por gente desbravadora, que ocupou os espaços vazios e, assim, trouxe, em suas bagagens, o progresso e certo desenvolvimento para tais localidades. Nas palavras de Geisel (*apud* MARTINS, p. 384):

O Brasil vem ocupando, de forma ordenada, os espaços vazios de Centro Oeste e da Amazônia. Esse processo, de avanço gradual de fronteira produtiva, gerando novas riquezas, criando, expandindo e consolidando cidades, vai favorecendo o progresso de regiões, que adquirem pouco a pouco, uma identidade própria, características peculiares, centros dinâmicos, polarizadores e irradiadores de desenvolvimento.

Demosthenes Martins dedica um capítulo aos assuntos que envolvem o processo de ocupação das terras. De início, diz que as propriedades rurais de Mato Grosso têm origem com os bandeirantes paulistas, “[...] na aventura da descoberta de regiões desconhecidas em busca das minas especialmente, de ouro, ou na preia do índio” (MARTINS, p. 55). Explica que a ocupação dos bandeirantes foi direcionada à região de Cuiabá, pois nesta espacialidade se localizam as minas de ouro; já o Sul sofre o processo, de certa forma, sistemático de ocupação não indígena no alvorecer do século 19, como visto no segundo capítulo. O narrador continua a relatar o processo de ocupação até meados da década de 1940, enfatizando os fatos que a marcaram e influenciaram. Cita a lei de terras de 1850; como a denominada Guerra do Paraguai, que também influenciou a ocupação territorial, quando proprietários de terras se viram obrigados a fugir por todo o medo que a guerra trouxe; e finda dizendo que houve inúmeras ações judiciais envolvendo as questões de terra que ele, enquanto advogado, advogava, todavia, cita apenas dois casos⁷⁷.

O interessante, a partir do não dito, é procurarmos entender como os indígenas não participam (diretamente) do seu ato de rememorar, pois é Demosthenes Martins quem diz que o seu trabalho é um registro da vida brasileira, como a de Mato Grosso:

⁷⁷ Não iremos nos aprofundar no relato sobre os casos e especificidades do presente capítulo, devido aos nossos objetivos serem outros, no entanto, se o leitor ficar interessado em saber dos mesmos, ver Demosthenes Martins, nas páginas 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63.

[...] estas páginas um registro rememorando fatos, episódios e acontecimentos de um extenso período da vida brasileira, anotado do ângulo em que estive situado, abrindo certos velários que os disfarçam, onde se oculta muita ação egoísta e locupletadora – mundo antípoda daquele em que sempre me situei, no meu idealismo, a serviço da nossa Pátria, principalmente da terra de Mato Grosso (MARTINS, 1980, p. 16).

Os indígenas aparecem três vezes em sua longa obra, e, quando faz referência a estes, sempre os coloca em situação de inferioridade ou em postura de dominados. Como exemplo, na primeira vez que os cita, Demosthenes Martins buscava relatar como era a vida na fazenda de um gaúcho que o hospedou quando foi removido da estação do telégrafo de Aquidauana para a estação de Campo Formoso. Assim escreve: “Para o serviço da fazenda havia uma meia dúzia de peões, geralmente descendentes dos índios Terenas” (MARTINS, p. 39). Já na segunda vez em que menciona a figura do indígena, como já citamos, está fazendo referência aos primeiros não indígenas que vieram “desbravar” estas terras, os bandeirantes paulistas, mencionando que os bandeirantes vieram, especialmente, encontrar as minas de ouro ou na preia do índio (MARTINS, p. 55). Ou seja, cita que os bandeirantes vieram prender, agarrar, conquistar aqui os nativos, todavia, não tece nenhum comentário sobre tal feito. Acreditamos que estas preocupações podem não estar presentes em seu ato de rememorar, contudo, anunciava-se como um homem que estava a serviço da Pátria, e principalmente de Mato Grosso. Desta feita, cabe, no mínimo, perguntarmos: a qual Pátria, a qual Mato Grosso ele estava prestando o seu idealismo?

Fonte que contribui com a discussão encontra-se em Galetti (2000, p. 239), no momento em que a autora cita a carta que Maria da Glória Pereira Leite, em 1890, endereçara ao general Deodoro da Fonseca. Maria da Glória escreve a carta apresentando suas indagações acerca do futuro de Mato Grosso – no momento em que escreve, o país negociava a adoção do regime federativo. A carta possuía o seguinte título: *A extinta província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se estado?* (apud GALETTI, 2000). Maria da Glória, segundo Galetti (2000), tece comentários dizendo que o atraso que Mato Grosso possui em comparação com outras localidades deve-se:

[...] pela ganância da metrópole e pela incúria política e administrativa do Império, a que se somavam interesses mesquinhos dos próprios mato-grossenses, era o atraso de

Mato Grosso em relação aos avanços econômicos, políticos e sociais experimentados em outros pontos do país. Um atraso que se traduzia de forma cristalina no isolamento da região, na lentidão de sua história (GALETTI, 2000, p. 239).

As preocupações de Maria da Glória nos auxiliam no levantamento de fontes para pensarmos a questão dos indígenas, pois ela arquiteta comentários no sentido comparativo entre os não indígenas e os indígenas, arguindo que a agrupação dos “selvagens” era muito superior numericamente em relação aos “civilizados”, até mesmo, questionando se esta pequena aglomeração de homens não índios mereceria receber a adjetivação de civilizados. Nas palavras de Maria da Glória:

(...) a tribo selvagem leva vantagem à civilização, se merece este nome a pequena assembleia de homens ali existentes, porque são rari nantes naquele vasto pego incomensurável, flutuando aqui e ali em pequenos grupos, ao passo que a população selvagem pode-se sem exageração alguma elevar-se a um milhão de indivíduos (LEITE, *apud* GALETTI, 2000, p. 240).

Essa passagem se torna importante para levantarmos outras indagações: se o agrupamento de indígenas superava o de não indígenas⁷⁸, e quais os motivos que fazem com que Demosthenes Martins não os mencione na constituição territorial mato-grossense e sul-mato-grossense. Não necessariamente iremos nos ater a responder tais questionamentos, mas sim, partir destas indagações para amparar a análise da memória em seu contexto espacial mais amplo.

Na obra, até mesmo quando faz referência aos indígenas, o autor confere pouca importância ao fato, citando de forma rápida e dispersa, como mostramos nas passagens acima, ou falando dos mesmos enquanto elementos que participam da natureza e, tal como ela, devem ser domados. Indivíduos que devem ser encobertos com a “manta” do progresso e da

78 Temos que levar em consideração que Maria da Glória escreve a partir de Cuiabá e do seu entorno, diante disso, sabemos dos perigos de generalizações, incorrendo, assim, no equívoco interpretativo. Contudo, o próprio Demosthenes Martins salienta a existência dos indígenas na parte sul de Mato Grosso, basta lembrarmos o segundo momento em que Demosthenes Martins se refere ao índio, como já expusemos.

civilidade. Exemplificador é o terceiro momento, já citado, em que Demosthenes Martins se refere aos indígenas: o autor recomenda que os diretores das escolas, no dia do aniversário de Rondon, exaltem a figura deste homem, dizendo de quem se “trata”, da origem e o que fez para com a Nação e com o Mato Grosso. Destacando: “[...] especialmente os trabalhos realizados no desbravamento dos nossos sertões e pela integração dos selvícolas à civilização” (MARTINS, p. 180).

Interpretando as passagens que Demosthenes Martins escreve sobre as questões de terra em Mato Grosso, podemos inferir que ele não considera os indígenas enquanto participantes do processo de territorialização. Estes eram vistos como entraves para o avanço econômico, político e “cultural” que as elites dominantes procuravam efetivar na presente territorialidade. Os indígenas não estabeleciam relações sociais que fossem ao encontro dos padrões societários dominantes, desta feita, as articulações elitistas não os reconheciam enquanto participantes da presente territorialidade. Interessante destacar que os discursos que as elites fazem no sentido do ressentimento de “serem abandonados”, de precisarem de maior atenção e civilização é o mesmo discurso que esconde os outros grupos sociais de nossa aquém-fronteira.

Mesmo que Demosthenes Martins não tenha feito diretas referências aos indígenas, conseguimos interpretar que ele participa, ou comunga, da ideia de negação destes em prol do engrandecimento e construção identitária do mato-grossense e do sul-mato-grossense forte, destemido, que enfrenta as intempéries do cotidiano, mesmo sofrendo com o isolamento que a territorialidade apresentava em relação aos principais centros dinâmicos do período. Ao mesmo tempo em que os negam, os aceitam, mas ressignificando a visão que os Outros⁷⁹ possuem dos indígenas, inserindo-os frente à imagem que querem arquitetar sobre eles. Os indígenas participam das construções identitárias sul-mato-grossense e mato-grossense, a partir da ideia de sua transformação, segundo Galetti (2000), em trabalhadores ou em verdadeiros cidadãos. Como referência, citamos Galetti (2000), que trabalha a construção identitária mato-grossense

79 Nesse ponto, os “outros” além da fronteira cartográfica, os da civilidade urbana dos centros metropolitanos, possuem a mesma visão do “nós” do lado de cá da fronteira, fazendo os marginalizados serem não reconhecidos como o “outro” desse mesmo território. Estes só seriam reconhecidos se expressassem os referenciais com que esse “nós” assim os identificassem (selvagens e/ou atrasados e/ou limitados e/ou infantis e/ou perigosos e/ou pitorescos etc.).

via representação que as elites arquitetavam e representavam em exposições, folhetos, catálogos e livros, que ressaltavam as qualidades das terras, das inúmeras riquezas existentes e as qualidades dos homens mato-grossenses, que realizaram grandes feitos, inclusive a “domesticação” dos indígenas:

Aliás, o aspecto mais significativo da apresentação de Mato Grosso na Exposição de 1908 foi a exibição de índios da nação Bororo em seu stand. Não se tratava, entretanto, de alimentar a curiosidade a respeito desses “exóticos” exemplares da raça humana, como era de praxe nas grandes exposições internacionais do século XIX, mas de apresentá-los como exemplo dos avanços que o estado vinha fazendo com a providencial ajuda da Missão Salesiana, para transformar seus *índios em verdadeiros cidadãos e trabalhadores*. Sem dúvida, uma iniciativa fundamental a ser mostrada, em se tratando de um estado que era conhecido como terra de índio.

Em suas memórias, percebe-se que Demosthenes Martins parece sentir-se ancorado: “[...] na certeza de representar o baluarte da civilização nos remotos sertões do Brasil” (GALETTI, 2000, p. 250). Convicto em seu ato, busca representar a si e a seus iguais. Contudo, como pesquisadores e leitores, devemos levar em consideração que o ato de escrever as próprias memórias, na maioria das vezes, encontra-se nas mãos:

[...] das classes dominantes e serve para promover seus valores e ideologias. Os relatos autobiográficos, obviamente, não são escritos apenas para “transmitir a memória” [...] Eles constituem o espaço em que se elabora, se reproduz e se transforma uma identidade coletiva, as formas de vida próprias às classes dominantes. Essa identidade se impõe a todos os que pertencem ou se integram a essas classes e relega as outras a uma espécie de insignificância (LEJEUNE, 2008, p. 131).

As memórias de Demosthenes Martins participam desta construção identitária, uma representação que está respaldada na memória coletiva que o autor quer afirmar perante a sociedade, defendendo seus iguais e enaltecendo os mesmos, colocando como insignificante os demais grupos sociais. Amarilha (2006), analisando o livro *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*, escrito por Demosthenes Martins, em 1972, diz que ele enaltece os feitos realizados pelos sul-mato-grossenses durante a Revolução Constitucionalista de 1932, e infere

que essa história tecida por Demosthenes Martins, por ter sido escrita no momento de fundação da Academia de Letras e História de Campo Grande, em 1972, contribui com o intuito de defender os grupos de fazendeiros que, de uma forma ou de outra, auxiliam ou auxiliaram politicamente.

Este fato contribui para melhor visualizarmos a postura de Demosthenes Martins em relação aos grupos de fazendeiros que ele denominava de primeiros ocupantes desta localidade – eram vistos como os indivíduos que auxiliaram no progresso e desenvolvimento da região. Destacamos a passagem em que ele procura defender os fazendeiros de Rondonópolis⁸⁰ de uma possível ação comunista⁸¹. Aponta para o fato de os comunistas não passarem de aproveitadores, pois as terras que pretendiam “ocupar” já possuíam certa logística organizada, devido ao “suor” e às pressões dos “pioneiros” (MARTINS, 1980). Os pioneiros encontraram estas “terras virgens” e só após “um longo período de namoro” conseguiram desfrutar de toda a riqueza que a terra pode gerar.

Na defesa dos “pioneiros” e dos “desbravadores” dos sertões, Demosthenes Martins age de forma efusiva, abrindo, inclusive, possibilidades de realizar um massacre para defender os fazendeiros, em seu próprio relato:

A representação de Rondonópolis acrescentava que essa idéia estava ganhando vulto e os seus pregoeiros haviam emprazado, para o dia 13, um grande comício na cidade, depois do qual partiriam turmas volantes para a invasão das fazendas lindeiras. Nelas seriam localizados os primeiros *posseiros* [...] Urgia, portanto, a tomada de providência a fim de que essa manifesta ação subversiva fosse contida. E o destacamento policial de Rondonópolis era reduzido, não estando em condições de reprimir a desordem em marcha. Estando ausente o governador, que viajava para Campo Grande, decidi agir preventivamente. Melhor prevenir do que remediar... Chamei o Coronel Luiz Carvalho, Comandante Geral da Polícia Militar, e, depois de examinarmos a situação, assentamos que seguisse logo

80 Temos consciência de que Rondonópolis não participa da geografia do hoje Mato Grosso do Sul, contudo, para as nossas pretensões analíticas identitárias, serve como um exemplo para pensarmos uma possível resposta à questão de que Pátria ou Mato Grosso que ele se diz representante através de todo o seu idealismo.

81 Esta passagem já foi brevemente discutida no segundo capítulo, todavia, naquele momento, trabalhamos outras questões pertinentes aos objetivos lá definidos. Aqui ela ganha outras tonalidades para melhor compreendermos o processo de identificação territorial expresso no romance analisado.

para Rondonópolis um agrupamento policial, dispondo de armas automáticas e uma boa quantidade de carabinas sobressalentes e farta munição. Com isso, se necessário, seriam armados civis dispostos a auxiliar a ação repressora, dado o número insignificante de soldados de que dispúnhamos na própria capital (MARTINS, 1980, p. 240-241).

A resolução do presente conflito não precisou chegar à “via de fato”. A solução foi amparada por meios legais, que, no caso, foi a não solicitação (o pedido de permissão), por parte dos organizadores do comício, junto à autoridade policial da localidade. Mesmo assim, Demosthenes Martins, recebendo várias advertências que questionavam tal proibição, continua com a posição que tomara:

Quando se tornou pública essa decisão, recebi várias advertências e observações sobre a legalidade da proibição desse comício, invocando-se o dispositivo constitucional que assegurava o direito de reunião. A esta invocação respondia com o dispositivo legal de que as reuniões tinham que ser precedidas de pedido de localização e deviam ser para fins lícitos. Na espécie tratava-se de uma preliminar para atos subversivos que, desencadeados, custosamente seriam contidos (MARTINS, 1980, p. 241).

Esta atitude ajuda a tornar clara a postura identitária que Demosthenes Martins confere ao hoje território Mato Grosso do Sul, escrevendo, como apontado por Lejeune (2008), seus valores e ideologias a partir dos interesses das elites dominantes com que o mesmo procurava se articular. Exemplo é o capítulo *Governo José Fragelli*. Nele, Demosthenes Martins busca tecer fios que venham ao encontro de enaltecer seu amigo de partido e de labutas políticas. Este assume o Governo em 1971, substituindo Pedro Pedrossian, rival de Demosthenes Martins, como procuramos demonstrar. O Governo Fragelli, para Demosthenes Martins (p. 315): “[...] era a realização de uma velha aspiração, eis que de sua inteligência, cultura, operosidade e espírito público esperava uma ação dinâmica, construtiva e proba a serviço do nosso Mato Grosso”.

Demosthenes Martins, no início de sua narrativa, cita os problemas enfrentados por seu amigo ao assumir o Governo, dizendo que os dois primeiros anos de governo foram gastos apenas para estabilizar as finanças estaduais, que ele considera “destroçadas” pelo antecessor:

Durante os seus dois primeiros anos de Governo teve que lutar duramente para recompor as finanças do Estado, destroçadas pela ação criminosa do seu antecessor, como se verificava até nas empresas de economia mista em que o Estado, o acionista majoritário, dela tinha a direção (MARTINS, 1980, p. 315).

Na sequência de seu raciocínio, agradece o apoio que o então Presidente Médici deu ao governo Fragelli. Em seguida, após terem conseguido estabilizar a economia do estado, começa a enumerar as muitas obras que Fragelli realizou durante seu governo, e destaca que foram de vital importância para o “desenvolvimento” de Mato Grosso. Nas palavras de Demosthenes Martins (p. 316): “Recuperadas as finanças estaduais, a sua ação se desenvolveu, como se esperava, operosa e honesta”.

Utilizando como referencial Albuquerque Júnior (2009), quando este trabalha a questão do papel dos artistas e dos intelectuais na formação identitária nordestina, podemos observar que Demosthenes Martins, em sua longa obra memorialística, busca organizar discursiva e artisticamente suas lembranças para estruturar a própria vida, arquitetando uma identidade que servia tanto para representar sua espacialidade como a si próprio. Tal como Albuquerque Júnior (2009, p. 93) assevera ter acontecido na atual região nordeste do Brasil:

Os artistas e intelectuais tradicionalistas vão apoiar a visibilidade e a dizibilidade regional no trabalho com a memória. É, na verdade, uma tarefa de organização do próprio presente, este presente que parece deles escapar, deles prescindir [...] A busca por arrumar discursiva e artisticamente estas lembranças é a forma que encontram para organizar suas próprias vidas. Pensar uma nova identidade para seu espaço era pensar uma nova identidade para si próprios.

Frente a esta perspectiva, devemos nos colocar na postura de interlocutores, pensar a obra em seu “todo”, levar em consideração a ideologia em que está inserida e, como consequência, destacar aquilo que não foi dito⁸². Diante disso, em nosso caso, mesmo Demosthenes

82 O não dito participa da obra, mesmo sem estar inserido diretamente nas tramas discursivas, pois acaba sendo suscitado pelas preocupações e vivências dos interlocutores.

Martins pouco se referindo aos “Outros”, o Outro é suscitado por nossas pesquisas, pois acreditamos que os trabalhos científicos, principalmente das ciências humanas, devam focalizar o discurso via perspectiva dialética, que não negue a alteridade, e sim traga as diferenças ao seu discurso, para tentarmos melhor entender as identificações sociais. Segundo Bhabha (1998, p. 242): “Os discursos críticos pós-coloniais exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade (alteridade) que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais”.

Outro momento que nos auxilia a pensar a problemática da alteridade, e junto a isso, a invenção identitária sul-mato-grossense através das lembranças encontra-se no momento em que Demosthenes Martins (p. 349) profere o discurso de posse ao ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras, assumindo a cadeira que fora de Ulisses Serra, em 1974. No presente discurso, Martins entrelaça comentários que envolvem seu viver. Entretanto, para as nossas pretensões, o interessante é destacarmos a passagem em que fala sobre a lembrança, ou seja, do ato de lembrar. Ele diz que o ato de rememorar é confortante para a velhice e compara a mesma com a analogia de escalar a montanha: “Lembro-me – e a lembrança é o refúgio reconfortante da velhice – de uma alegoria antiga em que a vida é prefigurada na ascensão de uma elevada montanha” (MARTINS, p. 349).

A analogia busca retratar que quanto mais o tempo passa mais passos o indivíduo conseguirá dar em sua longa e penosa escalada, mirando sempre o cume da montanha. Com isso, o horizonte que conseguirá ver será maior que em outros momentos. Ao ampliar o horizonte, e isso Demosthenes Martins não leva em consideração, a visão que terá será generalizada, pois não conseguirá visualizar as particularidades que compõem o horizonte visto, deixando de observar a beleza das flores e dos pequenos pássaros, além de não conseguir sentir o cheiro das flores e das “merdas” dos animais etc. no interior da mata – devido à distância. A metáfora da escalada à montanha parece ser muito pertinente para entendermos as memórias de Demosthenes Martins. Quanto mais “escalava”, mais ele escrevia e se representava a partir de suas idiossincrasias, assim como a de seus iguais (generalizações), sombreando, marginalizando os Outros (particularidades) e suas possíveis verdades. A questão territorial representada por Demosthenes Martins também é fruto de suas idiossincrasias, ou seja, um inventar tradições,

nomes, fatos, momentos históricos que refletem sua identidade, o encontro da identidade territorial com a própria identidade de Demosthenes Martins.

Neste momento, pensando a questão da identidade territorial sul-mato-grossense, cabe-nos o aprofundamento do entendimento da construção/invenção de Mato Grosso do Sul através das passagens da obra memorialística *A poeira da jornada: memórias*. Como havíamos arguido, no segundo capítulo, o pensar seccionista inicia-se no final do século 19 (QUEIROZ, 2006, p. 155), todavia, ganha força e destaque, segundo Queiroz (2006), na década de 1930.

Nas páginas da obra de Demosthenes Martins, percebemos que a revolução ou o golpe de 1930 acabou estabelecendo um divisor de águas no que toca os anseios da secção estadual. Demosthenes Martins dedica seis capítulos de sua obra para tratar do referido evento, dizendo que a Revolução foi deflagrada, e como a mesma não foi de consenso de todos, iniciam-se vários movimentos que conspiravam contra Vargas, tal como o próprio Demosthenes Martins aponta (p. 92): “Integrando no movimento conspiratório, transladei-me, a 2 de setembro, de Maracaju para Bela Vista”. Todavia, seu traslado para ajuntar forças contra a Revolução, no momento que realizara, ainda não teve “efeito” e logo retorna a Maracaju, devido ao movimento, de âmbito nacional, ainda não ter se deflagrado em todas as “partes” contrárias a Vargas.

Nessas passagens, para nossos interesses identitários, dois momentos são seminais para cogitarmos sobre possíveis ideias seccionistas. A primeira localiza-se no ato da posse do escolhido a Interventor do Estado de Mato Grosso, o Coronel Antonio Mena Gonçalves e seu posterior substituto; e a segunda localiza-se no momento em que Demosthenes Martins escreve sobre o início do movimento armado deflagrado em São Paulo, no dia 9 de julho de 1932. No primeiro caso, como no segundo, percebe-se que Demosthenes Martins escreve diferenciando seu grupo político, inserindo-os numa visão do Sul, como podemos perceber no momento da posse do Interventor do Estado, quando afirma que: “[...] Em Cuiabá, sede do governo, também obteve o Coronel Antonio recepção festiva, sob o entusiástico regozijo popular” (MARTINS, p. 94).

Após esse comentário, continua dizendo das debilidades administrativas das quais era portador, arguindo que o interventor, por não conhecer a realidade que administrava, deixava-

se levar por acontecimentos e questões locais, não conseguindo gerir o todo do território de então Mato Grosso:

Aconteceu, porém, que o novo governante, a despeito da brilhante fé de ofício de que era portador e do alto conceito em que era tido pelo Chefe da Revolução e suas mais destacadas figuras, não possuía os predicados exigidos de um governante, máxime em período de transformações, quando se reclamavam homens de grandes qualidades, como era do ideário da Revolução (MARTINS, 1980, p. 94).

Percebe-se, então, que Demosthenes Martins procura demonstrar que a articulação política do sul tinha uma visão contrária a dos moradores da parte norte do estado: os mesmos estavam insatisfeitos com os andamentos da Revolução, principalmente no referido estado, hoje Mato Grosso do Sul. Reverbera para o escrito o momento em que a articulação política de Demosthenes Martins prepara uma reação contrária ao Interventor Antonio, escolhendo como sede do movimento a cidade de Rio Brilhante. Demosthenes Martins argumenta que o apoio ao movimento contrário ao interventor era de integral solidariedade, desde a primeira reunião, realizada no alvorecer do mês de abril de 1931, na cidade de Maracaju: “A cidade de Rio Brilhante foi escolhida como sede da mobilização da reação contra o interventor Antonio. Ali era integral a solidariedade a esse movimento, consoante fora deliberado na reunião de Maracaju nos primeiros dias de abril de 1931” (MARTINS, p. 94).

Iniciado o movimento, Getúlio Vargas nomeia outro Interventor para Mato Grosso, Artur Antunes Maciel, e esta nomeação faz com que as esperanças dos revolucionários mato-grossenses sejam renovadas: “[...] logo, porém, elas se desfizeram pela sua insignificante ação administrativa” (MARTINS, p. 95). No que toca à questão do processo de identificação, Demosthenes Martins deixa transparecer que a ação administrativa por parte do Governo do Estado está assentada em benefícios e melhoramentos nas condições estruturais dos moradores localizados próximos ao centro político/administrativo do então Mato Grosso, sede do governo estadual. E que a parte sul, por estar afastada da centralidade política, sofre com o não apoio ao desenvolvimento.

É interessante destacar o momento em que o Interventor Artur Antunes Maciel, juntamente com o general Bertolo Klinger, em visita às mais diferenciadas localidades do estado de

Mato Grosso, passa pela cidade de Maracaju, da qual Demosthenes Martins já fora prefeito. Na ocasião, a cidade se prepara para receber as autoridades e, como de costume, há a solenidade de apresentação e questionamentos que os moradores têm em relação ao seu viver. O intérprete dos maracajuenses foi Demosthenes Martins. Na ocasião, ele começa a enumerar as realizações que os fundadores da referida cidade conseguiram (MARTINS, p. 96):

Nessa ocasião sintetizei o trabalho dos fundadores da novel comuna e a sua permanente colaboração com o governo nos problemas mais prementes da coletividade. Salientei a manutenção do ensino primário gratuito, com a entidade construindo prédio adequado e estipendiando professores. Falei do auxílio à construção do ramal do telégrafo nacional e a estradas de rodagem, enfatizando, enfim, que Maracaju surgira e se desenvolvia sem o menor amparo do poder estadual. A presença do interventor, estabelecendo contanto com a terra que progredira e com o seu povo que trabalhava, seria, assim, um penhor de que a cidade sairia da orfandade em que se encontrara até então.

Essa passagem é clara e exemplar no sentido de entendermos os princípios divisionistas que iam se formando no entorno da construção de uma possível identidade do Sul. Queiroz (2006) participa com o entendimento do sentimento de abandono vivenciado pelos moradores do sul, ao nos trazer os questionamentos presentes no texto: *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon* (escrito em 1934). Observa-se, então, a partir da interpretação da presente fonte, que ele foi feito para demonstrar o desenvolvimento econômico vivenciado pelo sul de Mato Grosso, evidenciando que os mesmos conseguiram se desenvolver sem o apoio do Governo de Cuiabá, preocupado em gerir o Mato Grosso, destacando as áreas centrais e o norte do estado.

Assim, escreviam que o sentimento que pairava sobre os sulistas era de pura injustiça, tanto pelo não apoio recebido para o desenvolvimento da referida região como o sentimento de injustiça no que toca a divisão dos arrecadamentos estaduais, em que o sul era o que mais produzia, todavia, era o que menos recebia da administração: “[...] A injustiça, contudo, conforme se depreende do texto, ia além. Afirma-se de fato que, embora o Centro e o Norte produzissem apenas um terço da receita estadual, consumiam-na quase toda [...]” (QUEIROZ, 2006, p. 171).

O segundo momento em que podemos visualizar o interesse seccionista encontra-se na passagem em que Demosthenes Martins escreve sobre o início do movimento armado contrário a Vargas, deflagrado em São Paulo, no dia 9 de julho de 1932. O autor destaca que o sul sempre estabeleceu estreitas ligações com São Paulo, enfatizando que o sul era a localidade mais populosa e desenvolvida de todo o grande Estado do Oeste. Lembra as lutas, e as marcantes vinculações com São Paulo, salientando o profundo intercâmbio econômico, social, cultural e comercial:

Deflagrado o movimento armado de S. Paulo a 9 de julho de 1932, recebeu este imediata e entusiástica adesão do Sul de Mato Grosso, a região mais populosa e desenvolvida do grande Estado do Oeste. Atreito às suas tradições de lutas; às marcantes vinculações a S. Paulo, desde os tempos das bandeiras; às lides territoriais; ao intercâmbio econômico, social, cultural e comercial dominante, não causou surpresa esse intrépido pronunciamento dos sul-mato-grossenses (MARTINS, 1980, p. 100).

Demosthenes Martins (p. 101) também lamenta o fato de a Revolução Constitucionalista de 1932 ter somente a efetiva adesão do sul de Mato Grosso. Dentro do que Martins (p. 95) denominou como: “[...] uma revolução dentro da revolução”, ele foi nomeado 1º tenente de Sapadores da Noroeste. Outra passagem que se torna interessante às nossas pretensões refere-se ao momento em que Demosthenes Martins cita os nomes dos batalhões do sul que adentraram na luta contra o governo Vargas. Demosthenes Martins cita o Batalhão Antonio João, que estava sob o comando do capitão do Exército João Pessoa Cavalcanti, assegurando que o presente batalhão, em Coxim, fez com que recuassem a força do Interventor Leônidas de Matos, composto pela Polícia Militar e de civis de Cuiabá (MARTINS, p. 102). Nessas passagens entendemos que a territorialidade que hoje corresponde a Mato Grosso do Sul foi sendo produzida frente a um constante negar e se apropriar do Outro, que, neste caso identitário, é o norte de Mato Grosso⁸³, para, assim, diferenciá-los e inventar a identidade sul-mato-grossense. Demosthenes Martins (p. 100), como exposto na citação acima, procura tecer

83 Assim como Demosthenes Martins fez em relação aos outros grupos sociais que compõem o hoje Mato Grosso do Sul, como procuramos trabalhar em momentos anteriores.

os vínculos identitários sul-mato-grossenses com aqueles que eles consideravam “superiores” – que no caso seria São Paulo.

Os elogios direcionados a São Paulo, os elogios à sua gente, principalmente para os bandeirantes, é uma constante nessa obra. Isso se torna claro no momento em que Vespasiano Martins, assumindo o governo do então criado estado de Maracaju⁸⁴, em 1932, justifica a atitude dos sul-mato-grossenses de participar do movimento revolucionário de 1932⁸⁵, auxiliando São Paulo nesta empreitada:

Aos Bandeirantes, destemidos desbravadores de sertões, devemos o que somos. Mato Grosso e grande parte do Paraná foram por eles integrados em a nossa nacionalidade, quando já em mãos estranhas. Não há interesse subalterno, não há regionalismo. Estamos

84 Devido à Revolução Constitucionalista, Mato Grosso ficou por um período de três meses com dois governos, assim, fora criado o estado de Maracaju, o que corresponde ao hoje Mato Grosso do Sul. Nesse período, foi nomeado ao governo do novo estado Vespasiano Martins.

85 Segundo Queiroz (2006), este momento na historiografia de Mato Grosso do Sul somente foi valorizado como caráter de identificação dos sul-mato-grossenses após 1977, quando o projeto de secção já havia sido aprovado pelo então presidente Geisel. Esta afirmativa de Queiroz (2006) pode ser reverberada com Demosthenes Martins em dois momentos distintos. O primeiro foi no capítulo a *Revolução de 1932*, em que Martins cita o pronunciamento do Governador (Vespasiano Martins) do então criado estado de Maracaju. O próprio título do pronunciamento (*Proclamação ao povo do norte do estado*, *apud* MARTINS, p. 102) demonstra o interesse que os sulistas tinham com a adesão às forças de São Paulo na denominada Revolução Constitucionalista de 1932: “Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar-lhe não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de S. Paulo, Rio Grande e Minas pela volta ao País ao regime da lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso lado, e caminharmos pela estrada larga da liberdade” (MARTINS, *apud* MARTINS, p. 102-103). O segundo momento encontra-se no penúltimo capítulo, intitulado: *Vespasiano Martins: ereção de sua estátua* (MARTINS, p. 389). Após terem consolidado a divisão do estado de Mato Grosso, iniciou-se a invenção de nomes que pudessem ser utilizados como referências identitárias. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi retomada e dada como o momento que resguardou as vontades sulistas de emancipação política/administrativa. Diante do analisado na obra de Demosthenes Martins, concordamos com Bittar (*apud* QUEIROZ, 2006, p. 160) quando afirma que a Revolução Constitucionalista de 1932, no momento em que estava ocorrendo, não tinha interesse, por parte da elite política campo-grandense, na efetivação da secção territorial, e sim na transferência do governo central de Cuiabá para Campo Grande.

juntos com o Estado de onde partiram as Bandeiras intemoradas que nos uniram ao Brasil. Com ele estamos e estaremos (MARTINS, apud MARTINS, 1980, p. 105).

Galetti (2000), discutindo a formação identitária mato-grossense, argui que os grupos de intelectuais procuravam arquitetar suas identidades frente às suas origens identitárias. Ou seja, dizia-se serem frutos dos pioneiros, procurando destacar a bravura e destreza dos “primeiros” ocupantes desse território, assim, consequentemente, colocavam-se enquanto destemidos e bravos, que continuam a “missão” de seus percussores de levar o “progresso e desenvolvimento” a estas terras.

Como podemos observar, nas falas dos sulistas de Mato Grosso evidenciadas na obra de Demosthenes Martins, os mesmos, quando procuravam se referir ao conjunto de moradores da parte Sul do Mato Grosso, não o faziam englobando a palavra mato-grossenses e sim sulistas ou sul-mato-grossenses, tornando clara a pretensa desvinculação territorial com o centro e norte de Mato Grosso. Essa atitude pode ser explicada através dos avanços econômicos, demográficos e estruturais que o sul vivenciara (como destacamos anteriormente com Queiroz, 2006). Já o norte vivenciou o processo de estagnação econômica e populacional, somente conseguindo se estabelecer hegemonicamente no poder através do domínio político que há muito vivenciava, nas palavras de Galetti (2000, p. 299):

Na perspectiva deste trabalho, os intelectuais cuiabanos, em suas representações da sociedade local, expressavam o drama da tradicional elite nortista, assustada diante dos sinais de estagnação do seu espaço de reprodução social, evidenciado pelas transformações demográficas e sociais que animavam a região sul do estado, onde novas forças econômicas e sociais passavam a questionar seu tradicional domínio político.

Com o declínio da exploração aurífera e a perda de importância do escoamento de mercadorias através do rio Paraguai, Corumbá e, consequentemente, a região centro e norte de Mato Grosso perderam a importância econômica. Este fato deve-se, em grande parte, segundo a historiografia e, a partir de nossas interpretações da obra de Demosthenes Martins, à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em que se possibilitou a reestruturação econômica. Houve o surgimento de um novo centro econômico e que na parte sul transfor-

mou-se também no novo centro político. Este novo centro econômico e político, para os sulistas, hoje é a capital de Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

Esta conjuntura de ascensão econômica e política do sul de Mato Grosso juntamente com a estagnação econômica vivenciada pelo centro e norte, fez com que os ideais divisionistas ascendessem, respaldados nas diferenciações espaciais e econômicas que o sul vivenciara em relação às demais localidades que compunham o território de Mato Grosso (como citado em Queiroz, 2006). Retomando o trabalho de Galetti (2000), observa-se, então, que o norte se mantinha no poder devido à hegemonia política que detinha, e isso acabava por se somar ao sentimento de injustiça de que os sulistas diziam serem vítimas. Bittar (1999), no momento em que cita o manifesto dos sulistas, aponta as acusações que parcela dos moradores da parte sul do antigo Mato Grosso tecia às políticas realizadas pelos políticos nortistas. Como segue em Bittar (1999, p. 110):

[...] aos terríveis políticos de Cuiabá. Rechaçando o “clientelismo”, o “empreguismo” e o “mandonismo” do governo “do norte”, reiteravam que, com a divisão, teremos a maior dádiva dos deuses – a eliminação na vida econômica e administrativa do sul, dos tubarões da politicalha, desses politiqueiros vorazes, que levaram o Estado a esta situação infeliz – espoliado e empobrecido.

Pensando sobre essas passagens, a seguinte indagação se apresentou aos nossos olhos: como o sul, que estava em pleno crescimento demográfico e econômico não conseguiu aglutinar forças para eleger um governador? Demosthenes Martins confirma nossa inquietante pergunta quando, em 1965, começa a receber as lideranças municipais sul-mato-grossenses e verifica que praticamente todos se manifestaram favoráveis a um candidato que fosse do sul, como escreve:

Desde o início de 1965 fui recebendo das lideranças municipais manifestações favoráveis a um candidato ao Governo do Estado que fosse do Sul. Esta região, alegavam, que continha o maior número de municípios, a maior população, o maior eleitorado e a expressão mais dinâmica de sua economia, não tivera, ainda, um filho seu a governá-lo, embora reconhecessem que Arnaldo de Figueiredo e Fernando Corrêa, embora nascidos no Norte, eram autênticos representantes sulistas, eis que aí formaram sua mentalidade e granjearam o prestígio político de que desfrutavam (MARTINS, 1980, p. 248).

A resposta para tal questão, segundo nossas interpretações, perpassa por um jogo complexo de possibilidades. Todavia, aqui iremos lançar uma tentativa de explicação a partir do que estamos concebendo enquanto a própria “essência” da identidade sul-mato-grossense, a partir das tramas evidenciadas por Demosthenes Martins, que é o encontro com a diversidade, ou seja, a constituição de diferentes grupos sociais que, através das suas articulações, se rivalizam/negociam na tentativa de se manterem ou se efetivarem no poder político e econômico, lançando, assim, seus pontos de vista e suas características identitárias.

A própria continuidade da narrativa de Demosthenes Martins citada acima, no que toca a escolha de um candidato do sul às eleições para governador de 1965, exemplifica a diversidade de grupos e interesses que se mesclavam no hoje Mato Grosso do Sul. O nome de Fragelli foi lançado com o apoio de Demosthenes Martins, todavia, a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) lança a candidatura de Lúdio Martins Coelho, e o representante do norte foi Garcia Neto: “Nas candidaturas de Garcia Neto e Lúdio Coelho refletia-se a divergência latente nas duas regiões integrantes do Estado – Norte e o Sul” (MARTINS, p. 250). Na convenção realizada pelo partido de Demosthenes Martins (UDN – União Democrática Nacional), através da votação, ficou decidido que o candidato sul-mato-grossense seria Lúdio Martins Coelho.

Lúdio Martins Coelho disputa a eleição com Pedro Pedrossian, e o resultado da referida disputa é a vitória do segundo. Para pensarmos a questão identitária arquitetada na obra de Demosthenes Martins e a tensa relação entre nortistas e sulistas, é interessante trazer para o debate a obra memorialística de Pedrossian (2006). Em seu trabalho, ele diz que o seu nome foi cogitado pelo candidato Lúdio Martins Coelho para ser companheiro de chapa, e isso fez, segundo Pedrossian, com que o seu nome ganhasse repercussão, e diante disso fosse lembrado como possível nome para o governo através da aliança PSD e PTB. Porém, um problema se apresentava, e aqui adentra a questão do jogo político entre nortistas e sulistas: sob o mesmo citar que os nortistas jamais poderiam aceitar que surgisse uma “dobradinha” do sul, assim, para garantir votos tanto do sul quanto do norte, Lúdio muda de ideia e decide por outro nome, como podemos observar nas próprias palavras de Pedrossian (2006, p. 62-63):

O fato de Lúdio Coelho ter cogitado meu nome para ser seu companheiro de chapa provocou sensíveis repercussões na época e o meu nome passou a ser lembrado pelo PSD e

pelo PTB, também como uma alternativa viável e interessante. Entretanto, as correntes políticas nortistas do Estado jamais poderiam aceitar uma dobradinha da região sul. Os fatos parecem ter conduzido o candidato udenista a buscar opções mais adequadas aos interesses do norte. Lúdio nunca mais me procuraria para comunicar a sua mudança de decisão.

Conseguimos perceber que a identidade sul-mato-grossense, através da obra de Demosthenes Martins, apresenta-se, neste caso, pela via da negação. Demosthenes Martins procura negar aquilo que ele não considera condizente com a identidade que quer construir para si e para o Mato Grosso do Sul. Esta constatação torna-se evidente pelo fato de Pedro Pedrossian ser um “genuíno” sulista, oriundo de Miranda. No entanto, Demosthenes Martins não se refere a este fato e depois finda suas argumentações sobre toda labuta eleitoral sem tecer nenhuma alusão a Pedrossian enquanto um vivente do sul de Mato Grosso. Apenas aglutina palavras de pessimismo em relação ao futuro de Mato Grosso: “Realizado o pleito, verificou-se a vitória da coligação PSD-PTB, elegendo Governador do Estado o engenheiro Pedro Pedrossian, cujo perfil de homem público estava traçado” (MARTINS, p. 259).

Em Demosthenes Martins, percebe-se a característica transitória que a identidade territorial possui. Pois, por ser fruto da direta relação entre homem e base física, a identidade territorial assume o caráter de um contínuo fazer-se para representar as articulações políticas, econômicas, culturais etc. que, frente ao jogo de poder, conseguem “assumir” a hegemonia e dar suas características ao território, conferindo, assim, os elementos materiais e imateriais que depois de formados devem ser generalizados ao restante da sociedade.

Esta identidade jamais poderá expressar o todo do território, porque o princípio da identidade é da diferenciação, nesse sentido, ao mesmo tempo em que grupos de indivíduos se articulam e “buscam” conferir suas características identitárias, praticam o sombreamento/marginalização/silenciar. Sem esquecer que estes arranjos silenciados/sombreados/marginalizados, com o passar do tempo, podem “reinvidicar” as suas características identitárias. Esta complexidade para se pensar a identidade territorial via as articulações sociais que estabelecem suas relações de poderes, reflete-se na grande dificuldade de respondermos a pergunta que fizemos no segundo capítulo: “será que realmente o processo de secção do sul frente ao norte foi um constructo social?”. Esta indagação por muito nos acompanhou no desenvolver deste

livro, todavia, como não conseguimos encontrar as peças que pudessem ofertar uma resposta direta sobre o assunto, devido à complexidade analítica em que ela está inserida, preferimos, momentaneamente⁸⁶, concordar com Bittar (1999, p. 108):

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade: estava criado Mato Grosso do Sul. Mas se o sonho era de todos não se saberá. A ausência de um plebiscito evitou que se apurasse a opinião das duas populações interessadas: a do sul e a do centro-norte. Tendo sido realizada pelo regime militar, só assim a divisão pode prescindir da consulta popular. O povo de nada sabia. Ele mais assistiu do que participou, pois o assunto foi tratado por Geisel como “*sigiloso*”: o presidente delegara os estudos preparatórios para respaldar o ato a uma “*comissão de alto nível*”.

Na obra *A poeira da jornada: memórias*, percebemos que a identidade sul-mato-grossense vai se apresentando indireta e diretamente durante o transcorrer da narrativa. Demosthenes Martins “pincela” sua identidade pessoal e, com isso, inventa uma possível identidade territorial. Além do mais, a identidade territorial foi se transformando no correr da narrativa, mostrando que ela é fruto de seu tempo, dos arranjos sociais que compõem determinada espacialidade, assim, confere-lhe características de um contínuo sobre o território, um contínuo territorializar, desterritorializar, reterritorializar etc. A identidade territorial que interpretamos nas palavras de Demosthenes Martins é o reflexo de seu desejo e idiossincrasias, no entanto, o que conseguimos abstrair, para as nossas pretensões geográficas, de forma conceitual, é que a identidade territorial não é... ela está sendo... sendo dentro dos mais variados “Eus” e os meus “Outros”.

86 Este estado momentâneo de aceitação do que Bittar cogita é dado pela nossa crença de que esta análise deva ser aprofundada dentro dos estudos territoriais sul-mato-grossenses. Que os pesquisadores, através das mais variadas fontes, iniciem uma cautelosa investigação sobre o assunto e apontem caminhos sobre outras possibilidades de resposta. Devemos colocar que se for apenas pela nossa fonte pesquisada (MARTINS) a resposta é outra, ela deve ser entendida como sim. Segundo Demosthenes Martins, como evidenciamos, todos os sul-mato-grossenses tinham aspirações seccionistas, e o que o então presidente Geisel fez foi apenas coroar este sonho.

CONSIDERAÇÕES

Do fim da análise voltamos ao começo da obra, pois somente chegando ao pretenso fim analítico conseguimos compreender a introdução da mesma. Demosthenes Martins, na introdução, expõe o sentimento de frustração, apresenta-se perdido em seu interagir com o mundo:

Nesta altura da vida, laboriosamente construída, o que me desola são os desencantos que me surpreendem diante das frustrações sentidas no meu idealismo impenitente de homem público, como ainda agora, com as distorções que maculam, em grande parte, o ideário da Revolução de 31 de Março de 1964 (MARTINS, 1980, p. 15).

O sentimento de frustração/desolação de estar perdido, segundo nossa interpretação, ocorre pelo fato de Demosthenes Martins idealizar projetos que só se efetivam em seu mundo metafisicamente construído. Assim, os elementos de orientação e localização não se concretizam, pois não é a realidade empiricamente vivida que Demosthenes Martins utiliza como referencial de localização e orientação de seu estar no/com o mundo. Percebe-se que o sentido de identidade buscada, em Demosthenes Martins, é dado a partir da negação do Outro, com isso, não se torna possível consolidar uma leitura mais rica e dinâmica da diferença e mobilidade territorial a partir dos vários sujeitos e grupos que produzem esse território. Ao não ver esse complexo dinâmico que hodiernamente se relaciona no território, impõe-se uma construção identitária baseada na ilusão de uniformidade e harmonia a partir do “eu(s)”, no máximo de um “nós” fechado em si.

A partir desses apontamentos, pode-se argumentar que a obra *A poeira da jornada: memórias* nos credencia ao arguir que o processo de identificação territorial sul-mato-grossense só se efetiva enquanto projeto de representação que determinada articulação de grupos ou que

determinado grupo elaborou para se representar, assim, costurando fios identitários a partir da forma com que os mesmos queriam ser visualizados.

Nesse sentido, a construção identitária sul-mato-grossense apresenta-se, em partes, esquizofrênica, devido, em vários momentos, aos construtores do processo de identificação não se respaldarem em suas vivências espaciais, e sim buscarem elementos exógenos como referência identitária. Procuravam como referenciais de orientação e localização os padrões de organização social que hegemonicamente se estabeleceram como referência de civilidade. Diante disso, a pretensa identidade territorial permite visualizar apenas uma parcela do processo de identificação territorial. Além disso, por ser fruto da produção social, a identidade territorial nunca se apresenta acabada/terminada, ela só se colocará findada em si mesma, ou seja, o que arguimos é que a identidade territorial não é... ela está sendo... sendo dentro do processo relacional que se estabelece entre a articulação dos mais diferenciados grupos que vão se rivalizando para se efetivarem no momentâneo poder, seja do discurso como das esferas políticas e econômicas. A identidade territorial é fruto dos desejos/sonhos/verdades/“necessidades” de quem a inventa/produz e que só se efetiva nela mesma.

Por fim, retomando o “discurso” que abre o presente livro, pontuo que este trabalho muito contribui com minha formação enquanto indivíduo que busca cotidianamente referenciais identitários de como melhor se localizar no mundo a partir do lugar de enunciação. Uma construção identitária que reconheça o “Outro” enquanto “Outro”, que saiba que o lugar em que falo é um entre tantos outros possíveis, e, principalmente, reconhecer que a identidade que construo/invento e os meus pontos de orientação não são, e sim estão acontecendo, um contínuo identificar e se orientar que faz com que eu seja o “Eu” diferente do “Outro”, conquanto, o “Outro” se faz presente no meu “Eu”, mas meu “Eu” também se faz presente no “Outro”.

Eu, quando leio alguma desta outra casta não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. Quantas ideias finas me acodem então! Que de reflexões profundas! Os rios, as montanhas, as igrejas que não vi nas folhas lidas [...] É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias: assim podes também preencher as minhas (MACHADO DE ASSIS, S.d., p. 203).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Casimiro de. Meus oito anos. In: FACIOLI, Valentim; OLIVIERI, Carlos. **Antologia de poesia brasileira: romantismo**. São Paulo: Ática, 1985.

ABREU, Silvana de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste Brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. In: MARÍN, Jérri R., VASCONCELOS, Cláudio A. de (Orgs.). **História, região e identidade**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, p. 263-290.

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem bocas**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

_____. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**: revista de História, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008..

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder**: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria literária**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ANGENOT, Mark. et. al. (Org.). Teoria literária: problemas e perspectivas. Trad. Ana Luísa e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmuro**. São Paulo: Formar Ltda, S.D.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec: Ed. UNESP, 1988.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no “pantanal da Nhecolândia”. Campo Grande: UFMS, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura (obras escolhidas). Trad. Sergio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENEDITO, Mouzar. **Memória vagabunda**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDO, Gustavo. O conceito de literatura. In: José Luís Jobim (Org.). **Introdução aos termos literários**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EdUEM, 2005.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**: periódico das comunidades departamentais da UCDB. Campo Gande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.

BITTENCOURT, Gilda (Org.). **Geografias literárias e culturais**: espaço/temporalidades. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 2004.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊIA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zany (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Grafias de identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional**. Rio de Janeiro: Lamparina editora; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BUARQUE, Chico. Doze anos. In: BUARQUE, Chico. **Ópera do malandro**. Rio de Janeiro: Polygran, 1979. 2 discos sonoros.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **Literatura e práticas culturais**. Dourados: UFGD, 2009. p. 111-127.

_____. Augusto Meyer proustiano: a reinvenção memorialística do eu. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova – temas universitários, 1981.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira: discursos e desdobramentos da política pública no Mato Grosso do Sul**. 2009. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu. Campinas: Papirus, 1995.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHAMORRO, Graciela. **Terra Madura, Yvy Araguayje**: fundamento da palavra guarani. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira oeste**. Campo Grande: UFMS, 1999.

_____. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889 – 1943**. Campo Grande: UFMS, 1995.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSGROVE, Denis E.; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

DORFMAN, Adriana. As escalas do território e sua articulação: uma revisão. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1995.

DONATO, Hernâni. **Selva trágica**. São Paulo: Edibolso, 1976.

ELIAS, Nibert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira; PINHEIRO, Robinson Santos. **Linguagem geográfica e literária**: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. **Raído**: revista do programa de Pós-graduação em Letras da UFGD. Dourados, v. 3, n. 5, p. 87-101, jan./jun. 2009.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Uma geografia do menino: pai do homem. **Perspectiva geográfica**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

_____. O olhar e a paisagem: caminhos de um poema. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 26, 2004.

_____. **Geografia e paisagem**: entre o olhar e o pensar. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001a.

_____. O ensino de geografia para além da geometrização do espaço: apontamentos entre o redondo e as retas. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 23, 2001b.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.

FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 197. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUENTES, Carlos. **Geografia do romance**. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 26. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Hermenêutica em retrospectiva**. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Otávio Gonçalves. **Onde cantam as seriemas**. 2. ed. Campo Grande – Ms: 1988.

GOMES, Paulo C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GRONDIM, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

Guarani Kaiowá: localização e tekoha. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kauiowa/552>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade? Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Org. Liv Lovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊIA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87 - 119.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HISSA, Casio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio B. de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IBANHES, Brígido. **Silvino Jacques**: o último dos bandoleiros – o mito gaúcho sul-mato-grossense. Campo Grande: UFMS, 1997.

JAMESON, Frederic. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

JAUSS, Hans Robert. et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Coord. e trad. De Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DRYSINSKI, Wladimir. **Dialética da transgressão**: o novo e o moderno na literatura do século XX. Trad. Ignácio Antonio Neis. et. al. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LANGER, Protásio Paulo. Cartas geográficas edificantes: o imaginário da conversão dos povos indígenas nos mapas dos jesuítas Heinrich Scherer e Samuel Fritz. In: SUES, Paulo. et. al. (Org.). **Conversão dos cativos**: povos indígenas e missão jesuítica. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** o Brasil e a era Vargas. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978,

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARIN, Jérri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do estado de Mato Grosso. **Fronteiras**: revista de História. Dourados, v. 4/5, n. 7/9, p. 151-182, 2000/2001.

MARTINS, Demosthenes. **A poeira da jornada**: memórias. São Paulo: Resenha Universitária, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATURANA, Humberto. **Cognição e vida cotidiana**. Trad. Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MENEGAZZO, Maria Adélia. Representação artística e limites espaciais: o regionalismo revisitado. In: RUSSEFF, Ivan. et. al. **Ensaio farpados**: arte e cultura no pantanal e no cerrado. Campo Grande: Letra Livre: UCDB, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas**: 1948. Org. e notas de Stéphanie Ménasé. Trad. de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama**: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Pensar e ser em geografia**: ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O que é geografia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu**: 1800 – 1900. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre et. al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961 – 64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**: conflitos e violência; movimentos sociais e resistência; os “sem-terra” e o neoliberalismo. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Estrada móvel, fronteiras incertas**: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917 – 1926). Campo Grande: UFMS, 2005.

PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEDROSSIAN, Pedro. **O pescador de sonhos**: memórias. Campo Grande, MS: IHGMS – Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, 2006.

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus**. 20. ed. Domínio Público: Editora Nova Fronteira, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLA, Eduardo. **Literatura e realidade nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, S. D.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades: um breve ensaio. **Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

_____. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 87, p. 171-201, 2007.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2008.

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, Jérrir R.; VASCONCELOS, Cláudio A. de (Org.). **História, região e identidades**. Campo Grande: UFMS, 2003. p. 19-46.

QUINTÁS, Afonso López. **Estética**. Petrópolis: Vozes, 1993.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SAHR, Wof-Dietrich. Portos e sertões: reflexões sobre uma geografia cultural *à la brésilienne*. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (Org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 261-288.

SANTIAGO, Silvino. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **O outdoor invisível:** crítica reunida. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

_____. **Fronteira do local:** roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: UFMS, 2008.

SAUER, Carl. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SEGATTO, José Antonio; BALDAN, Ude. **Sociedade e literatura no Brasil.** São Paulo: Unesp, 1999.

SEREJO, Hélio. **Vento brabo...** Presidente Venceslau: Requião, 1971

SODRÊ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia:** geografia e ideologia. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et. al. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cultos, incultos e ocultos: as novas identidades latino-americano. In: CANCLINI, Nestor Garcia (Org.). **Culturas da Ibero-América:** diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento. Trad. Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003.

VIDAL e SOUZA, Candice. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

ZILIANI, J. C. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul: 1977 – 2000.** 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, jul./set. 2000.

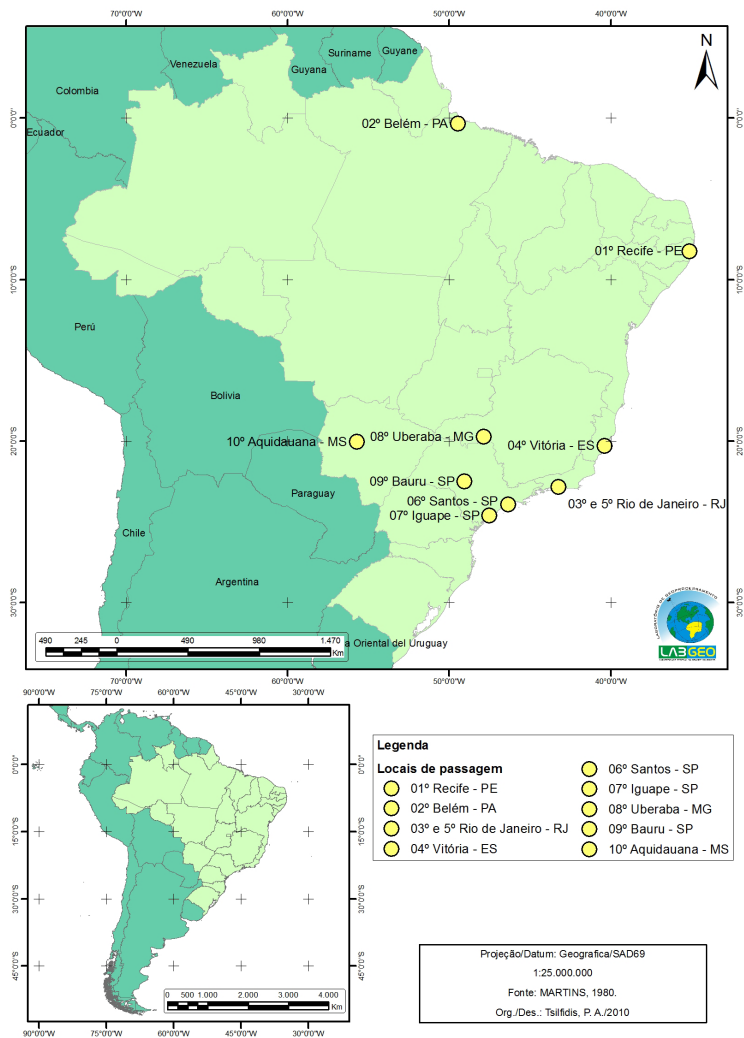
WEINGARTNER, Alisolete A. dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Est, 1995.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



ANEXOS

Anexo 1: movimentação espacial em território nacional



Anexo 2: movimentação espacial em solos sul-mato-grossenses

